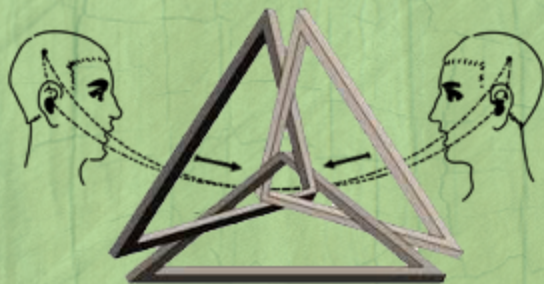


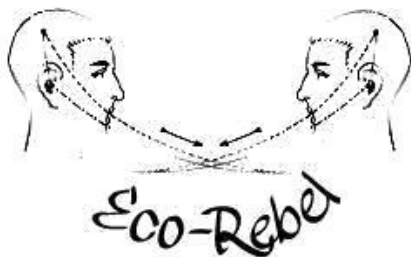
Ecolinguística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 1, número 1, 2015



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



EDITORIAL

Os organizadores

Prezadas leitoras, prezados leitores!

Aqui está o primeiro número de *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem* (abreviadamente ECO-REBEL), que pretendemos publicar semestralmente. Apesar de ser uma disciplina relativamente jovem no cenário científico, a ecolinguística já se firmou como um novo modo de se estudarem os fenômenos da linguagem, praticamente em todos os continentes. Como qualquer disciplina em plena vitalidade, ela já apresenta algumas ramificações, como a ecolinguística crítica, a linguística dialética e, no Brasil, a linguística ecossistêmica, com seu sub-ramo análise do discurso ecológica.

Um dos primeiros objetivos de ECO-REBEL é ser um fórum em que os ecolinguistas brasileiros e estrangeiros possam discutir diversas questões que têm a ver com a relação entre língua e meio ambiente ou mundo. Como se verá em alguns textos presentes neste número, para se praticar ecolinguística, ou seja, estudar qualquer fenômeno da linguagem ecolinguisticamente, é preciso assumir o ponto de vista da visão ecológica de mundo (VEM), amplamente discutida por Fritjof Capra em quase todas as suas obras. Um outro objetivo é mostrar que se pode e se deve fazer ciência em português, embora artigos em línguas como o inglês, espanhol, francês e, eventualmente, em italiano também possam ser considerados para publicação. Isso se justifica perfeitamente no contexto da VEM.

Temos a honra de iniciar a revista com dois nomes marcantes na curta história da ecolinguística, Alwin Fill (Universität Graz, Áustria) e Adam Makkai (University of Illinois at Urbana-Champaign). Eles são autores dos dois primeiros livros que portam no título a palavra 'ecolinguística'. O de Fill foi escrito em alemão e se intitula *Ökologik: Eine Einführung* (Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993), em português, *Ecolinguística: Uma introdução*. Trata-se da primeira introdução à ecolinguística já escrita. No entanto, desde a década de oitenta do século passado o autor já vinha escrevendo artigos e livros sobre 'linguagem e ecologia'.

No decorrer da década de noventa e começo do ano de 2000, ele organizou diversos encontros e publicou várias coletâneas de ensaios ecolinguísticos, além de proferir conferências em congressos internacionais. Podemos dizer com toda certeza que foi essa intensa atividade de Fill

que fez a disciplina decolar, tornando-se uma disciplina internacionalmente respeitável. Sem esse papel catalisador exercido por ele, ela certamente não teria tomado as proporções que apresenta atualmente. O artigo de Fill neste número inaugural de ECO-REBEL, “Ecolinguística: A história de uma ideia verde para o estudo da linguagem”, toca justamente na questão da história da disciplina, além de falar sobre as ramificações que ela já apresenta, incluindo-se algumas sugestões de aplicação.

O livro de Makkai é uma coletânea de ensaios que ele vinha publicando desde a década de setenta do século passado sobre as relações entre língua e meio ambiente, ou melhor, sobre questões linguísticas partindo da visão ecológica do mundo. Não se trata, portanto, de uma introdução ao assunto como o de Fill. O título do livro é *Ecolinguistics: ¿Toward a new paradigm for the science of language?* (Londres: Pinter Publishers, 1993). O texto aqui reproduzido, “Porque ecolinguística”, constitui a introdução a esse livro. Reproduzimo-la porque contém grande parte das ideias ecolinguísticas do autor. Um dos ensaios contidos no livro que vale a pena mencionar é “A pragmo-ecological view of linguistic structure and language universals”, publicado em *Language sciences* 27, p. 9-23, 1972. Na sua cruzada contra a gramática gerativa, então ‘gerativa transformacional’, Makkai propõe alternativas mais ecológicas para se estudarem os fenômenos da linguagem. Para o que nos interessa, é importante notar que ele já vinha se preocupando com o assunto ‘linguagem-ecologia’ desde a época do clássico texto de Einar Haugen, também de 1972. Aliás, como se vê no artigo de Fill, Haugen mencionou a palavra ‘ecolinguística’ a Makkai nesse mesmo ano, embora só oralmente. Por representarem marcos na história da ecolinguística, os textos de Alwin Fill e Adam Makkai entram na revista como convidados de honra.

O terceiro texto, intitulado “Biodiversidade e diversidade etnolinguística na Amazônia”, é de um dos primeiros e mais profundos conhecedores da questão das línguas indígenas brasileiras, o recém-falecido Aryon Dall’Igna Rodrigues. A despeito do fato de o adjetivo usado pelo autor ser “etnolinguística” e não “ecolinguística”, o ensaio é inteiramente ecolinguístico. Ele discute uma das questões mais prementes do cenário linguístico nacional, ou seja, a questão da diversidade linguística (linguodiversidade), relacionando-a com a diversidade biológica (biodiversidade): as duas estão diminuindo perigosamente a cada dia que passa. Trata-se do objeto de estudo do ramo da linguística ecossistêmica intitulado etnoecologia linguística. O texto foi publicado com autorização da família de Aryon. Dada a importância, a pertinência do assunto tratado bem como a conhecida competência do autor na área, também este texto é convidado.

Por pretender ser primordialmente porta-voz da ecolinguística que se pratica no Brasil, os próximos dois artigos de ECO-REBEL estão voltados para o assunto.

O quarto texto, “Linguística ecossistêmica”, de Hildo H. do Couto, visa a expor os princípios da versão da ecolinguística que se pratica no Brasil, sobretudo no eixo Brasília-Goiânia. Entre outras

ECO-REBEL

coisas, o texto mostra que ela é chamada de ‘ecossistêmica’ por partir justamente do ecossistema biológico para erigir suas bases epistemológicas, embora lance mão também da ecologia sociológica e da filosófica. Isso significa que os linguistas ecossistêmicos não se consideram linguistas que pegam conceitos da ecologia biológica e os aplicam metaforicamente no estudo dos fenômenos da linguagem, caso em que estariam praticando ‘linguística ecológica’, em que o substantivo é ‘linguística’ e ‘ecológica’ o adjetivo. Pelo contrário, eles praticam ‘ecologia linguística’, outro nome para ‘linguística ecossistêmica’. No caso, o substantivo é ‘ecologia’, enquanto que ‘linguística’ é o adjetivo.

Como os fenômenos discursivo-textuais também têm guarida na ecolinguística que praticamos, nesse contexto vem surgindo a linguística ecossistêmica crítica, mais comumente chamada de análise do discurso ecológica (ADE). Isso está discutido no quinto texto, de Hildo Couto & Elza Kioko do Couto, mostrando que se pode praticar análise do discurso sem sair do âmbito das ciências ecológicas, com ligeiras achegas da análise do discurso positiva, do taoísmo, das ideias de Gandhi e outras. As diversas versões da análise do discurso tradicional têm privilegiado em suas análises questões de ideologia e relações de poder. A ADE, ao contrário, por estar no contexto da VEM, privilegia a defesa da vida (de todas as espécies) e uma luta constante contra tudo que possa trazer sofrimento aos seres vivos, aí inclusos os humanos, mas não só eles, pois a ADE evita o antropocentrismo das análises do discurso tradicionais, mesmo quando camuflado sob o véu do humanismo.

O sexto texto, “Um estudo da ecologia do contato de línguas em Timor-Leste”, de Davi Albuquerque, tenta aplicar os princípios da linguística ecossistêmica ao estudo do contato de línguas. Contrariamente aos estudos tradicionais sobre contatos, parte-se da interação comunicativa, não do sistema, mostrando “interferências” do sistema A no sistema B, ou vice-versa. Pelo contrário, o que interessa é como se dá a interação na situação de contato entre povos aloglotas.

O sétimo artigo, “O ambiente como argumento final na imprensa brasileira”, é do ecolinguista português Rui Manuel Nascimento Lima Ramos. Ele mostra como uma notícia de jornal sobre um funcionário público detido pela polícia, mostrando que ele simplifica a realidade, espetacularizando, valorizando a pessoa para, em seguida, inverter a valorização e criar uma imagem disfórica dele, execrando-o publicamente, sem lhe garantir defesa.

O oitavo texto é o miniartigo de Francisco Gomes de Matos, “Por uma identidade ecolinguística”. Incluímo-lo porque é um dos primeiros textos publicados por um brasileiro usando a palavra ecolinguística. O autor falou em identidade ecolinguística já em 1988. Aliás, ele relacionava ecologia com ensino de línguas já na década de setenta do século passado. A citação que faz de Kaplan & Baldauf mostra que, na década de noventa do mesmo século, os autores viam a língua

ECO-REBEL

imersa em um ecossistema, antecipando uma das ideias mais básicas da linguística ecossistêmica.

Por seu valor histórico, também este miniartigo entra aqui como convidado.

Este primeiro número de ECO-REBEL contém ainda seis resenhas e algumas minirresenhas. A primeira obra resenhada, por Alessandro B. Tatagiba, é a revista *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1, 2013, que contém trabalhos apresentados no I Encontro Brasileiro de Ecolinguística (realizado na UnB em 2012). A segunda é o livro *Ecolinguística: Um diálogo com H. H. do Couto* (2013), de Elza K. N. N. do Couto, resenhado por Nathália M. P. Gomes. A terceira é o volumoso livro-coletânea *Da fonologia à ecolinguística* (2013), por Genis F. Schmltz Neto. A quarta é o livro *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora* (2014), que contém os trabalhos apresentados no I Encontro de Ecolinguística e Imaginário (realizado na UFG em 2014), resenhado por Rosineide Sousa. A quinta é o também alentado livro *Entomologia cultural* (2014), resultante do I Simpósio Brasileiro de Entomologia Cultural, resenhado por Hildo H. do Couto. Quanto às minirresenhas, trata-se apenas do registro neste número inaugural de nossa revista de outras obras já publicadas em português, mas que já haviam sido resenhadas anteriormente.

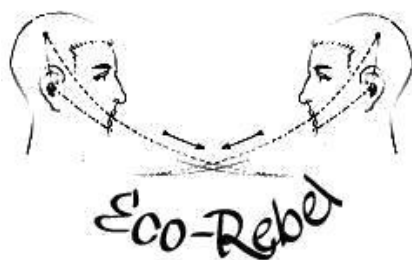
Por partir da visão ecológica de mundo, a ecolinguística encara seu objeto de estudo de modo holístico, o que significa que assume a paráfrase que Roman Jakobson fez de uma famosa frase de Terêncio. Parafrazeando ambos, diríamos: *Ecolinguista sum; linguistici nihil a me alienum puto* (eu sou ecolinguista e nada do que é linguístico me é estranho). Isso significa que a ecolinguística que praticamos pode tratar tanto da interioridade quanto da exterioridade da linguagem, para usar expressões comuns entre os praticantes de análise do discurso. Como se pode ver no terceiro texto (linguística ecossistêmica), ela inclui questões como análise de discursos e de tudo que tem a ver com as relações entre língua, usuários e o lugar em que se encontram, o que constitui o tripé do ecossistema linguístico: língua (L), povo (P) e território (T). No que tange às relações entre LP e T temos o contato de línguas, assunto tratado neste número de ECO-REBEL por Davi Albuquerque. Em linguística ecossistêmica esse tipo de estudo recebe o nome de exoecologia linguística. No que tange à interioridade (endoecologia linguística), o que existe de específico na abordagem ecolinguística é que ela não vê os fenômenos como estruturas fechadas, mas como redes orgânicas. Além de encarar seu objeto de estudo holisticamente, como redes orgânicas, não fechadas, a versão da ecolinguística chamada linguística ecossistêmica encara a língua não como um instrumento de comunicação ou de expressão do pensamento. Para ela, a língua é comunicação e expressão de pensamento, ou seja, ela é um processo, um gerúndio, como já dizia Eugenio Coseriu, não um substantivo nem um particípio passado. Estamos convictos de que ECO-REBEL será um foro privilegiado para discussão dessas e de outras questões que têm a ver com linguagem e meio ambiente ou mundo.

ECO-REBEL

Por isso, eventualmente a revista poderá acolher textos de ecossemiótica e de ecocrítica, além de ciências humanas como antropologia, sociologia, psicologia etc., contanto que se enquadrem na visão ecológica de mundo e toquem na questão da linguagem. Por outro lado, poderá acolher também textos de ecologia, contanto que possam dialogar com os estudiosos da linguagem. Por fim, gostaríamos de falar sobre a capa. Os triângulos representam os ecossistemas linguísticos, inextricavelmente imbricados um no outro: se tirarmos qualquer um deles, o todo se desmorona. Os dois rostos virados um para o outro visualizam a interação linguística. Aí estão representados os pilares da linguística ecossistêmica: os ecossistemas linguísticos, que são triádicos, e a ecologia da interação comunicativa. Tudo isso no cenário da natureza física. Esta capa é de autoria de Genis Frederico Schmaltz Neto. Dele é também a formatação da revista, inclusive sua organização no sistema.

Boa leitura.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 1, 2015.



ECOLINGUÍSTICA: A HISTÓRIA DE UMA IDEIA VERDE PARA O ESTUDO DA LINGUAGEM¹

Alwin Fill (Universidade de Graz)

R e s u m o : Este artigo apresenta um esboço da história da ecolinguística, mostrando que ela já estava em germe em Humboldt, Sapir e Whorf. Salienta que um dos primeiros a relacionar ‘língua’ e ‘ecologia’ foi Voegelin, vindo logo a seguir Einar Haugen. Este último foi seguido até certo ponto por William Mackey, Norman Denison e Harald Haarmann. Mostra que o termo ‘ecolinguística’ apareceu pela primeira vez em 1976, em um livro de Henri Gobard, reaparecendo em Kurt Salzinger em 1979 e em Claude Hagège em 1985). A seguir, são apresentadas três correntes da ecolinguística (ecologia linguística, ecologia da língua e ecologia das línguas). Toca na questão do antropocentrismo impregnado nas línguas, juntamente com algumas de suas consequências. Para camuflar esse vezo, às vezes se usam eufemismos. Fala do estado atual e do futuro da ecolinguística, que se apresenta promissor, embora ela ainda precise convencer sobre como pode contribuir para salvar línguas em perigo de extinção. Precisa também mostrar como se pode fazer pesquisa “transdisciplinar”, que método usar para isso etc. De um modo geral, a proposta de Haugen veio em boa hora.

P a l a v r a s - c h a v e : História da ecolinguística; Antropocentrismo; Ecologia linguística.

A b s t r a c t : This article sketches the history of ecolinguistics, showing that its seed were already in authors such as Humboldt, Sapir and Whorf. The first investigator to associate ‘language’ and ‘ecology’ was Voegelin and collaborators. But, the first to suggest the use of the ecology metaphor in language studies was Einar Haugen, who was followed by William Makey, Norman Denison and Harald Haarmann. The article also shows that the term ‘ecolinguistics’ was first used in print in 1976, by Henri Gobard, and, a little later, by Kurt Salzinzer, in 1979, and by Claude Hagège in 1985. Further, three branches of ecolinguistics emerging (linguistic ecology, ecology of language, and ecology of languages). Among the other themes investigated by ecolinguistics we find anthropocentrism, sometimes hidden under euphemism. Ecolinguistics is relatively consolidated, and its future is promising, although ecolinguists must show how it can contribute to rescue endangered languages as well as how to do “transdisciplinary” researches. Which methods to use. In the end, Haugen’s proposal has been shown to be very fruitful.

K e y w o r d s : History of ecolinguistics; Anthropocentrism; language ecologies.

1. Introdução: As raízes da ecolinguística

“As raízes da ecolinguística” (Mühlhäusler, 1998) podem ser encontradas no trabalho de pensadores como Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf, e também de Wilhelm von

¹ Traduzido do inglês por Maria Jandyra Cavalcanti Cunha.

Humboldt (cf. Makkai 1996). Humboldt, Sapir e Whorf reconheceram a ligação entre linguagem e cultura e conscientizaram-se do fato de que a diversidade nas visões de mundo está diretamente ligada à diversidade linguística.

A história mais recente da ecolinguística, contudo, começa com Einar Haugen, um linguista estadunidense nascido em 1906 de pais imigrados da Noruega para onde, quando o filho ainda era criança, retornaram. Anos mais tarde, a família voltaria a viver nos Estados Unidos, o que gerou em Haugen uma preocupação com o futuro dos pais em seu novo *habitat* em comunidades americanas. Essa experiência pessoal foi também a razão de seu interesse pelas línguas escandinavas durante toda a sua vida. De 1964 a 1974, Haugen foi professor de línguas escandinavas e linguística na Universidade de Harvard. Morreu em 1994, com 88 anos de idade. Para a continuação desta revisão histórica, veja também Couto (2007: 47-63) e Couto (no prelo).

Em 1970, Haugen deu uma palestra intitulada ‘A ecologia da linguagem’, na qual ele fez uso de uma metáfora que havia sido cunhada por Carl e Florence Marie Voegelin, dois sociolinguistas que pesquisavam a relação entre língua e cultura no sudoeste dos Estados Unidos. Os Voegelins eram linguistas da tradição de Boas e Sapir, interessavam-se pelas línguas nativas norte-americanas e preocupavam-se com o perigo de extinção que ameaçava essas línguas. No trabalho ‘Languages of the world; native America Fascicle One’ (1964: 2), eles haviam escrito a respeito de uma ecologia de ‘interlíngua’ e de ‘intraíngua’ e sugerindo que “na ecologia linguística, começa-se não com uma língua em particular, mas com uma área determinada; sem a atenção seletiva a poucas línguas, mas com a atenção abrangente de todas as línguas daquela área”. É essa ideia da “atenção abrangente de todas as línguas” em uma determinada área que foi introduzida com o termo ‘ecologia’.

A palavra ‘ecologia’ como termo técnico das ciências da vida foi cunhada pelo biólogo alemão Ernst Haeckel em 1866, com o significado de inter-relações entre organismos, e entre organismos e seu meio ambiente. Haugen – cuja palestra de 1970 foi publicada em 1972 em um livro com o mesmo título (o trabalho foi reimpresso em 2001; todas as citações usadas neste artigo foram retiradas dessa reimpressão) – definiu “ecologia da língua” como “o estudo das interações entre qualquer língua e seu meio ambiente” (2001: 57).

Na década de 1950, Haugen experimentara “em primeira mão” – como ele próprio afirma – como, em ambiente americano, a língua norueguesa cedeu à influência do inglês

estadunidense em comunidades de imigrantes. Ele observou que uma “língua de imigração” (2001: 64) se desenvolveu a partir de um estado de bilinguismo com “mudança ou alteração de código”. Em particular, Haugen interessou-se pelos processos que se desenvolviam nas mentes dos falantes e que, como resultado, afetavam a comunidade e sua cultura. Desse interesse, ele chegou a uma divisão a respeito da ecologia da língua que expressou da seguinte forma:

Parte da ecologia [da língua] é psicológica: sua interação com outras línguas nas mentes dos falantes bi- e multilíngues. Outra parte da ecologia é sociológica: sua interação com a sociedade na qual ela funciona como meio de comunicação. A ecologia da língua é determinada primariamente pelas pessoas que a aprendem, usam-na e transmitem-na a outros (2001: 57).

Haugen se distancia das metáforas biológicas da língua que falam de ‘nascimento’, ‘vida e ‘morte’ das línguas, apesar de que ele reconhece o valor heurístico de tais metáforas. Com sua própria metáfora ecológica, ele sublinha o aspecto inter-relacional do contato linguístico. Em outras palavras, ele enfatiza o fato de que o contato linguístico nunca é somente uma influência unilateral, mas trabalha em ambas as direções (cf. Couto 2009). Assim, a ecologia da língua estuda – a partir da perspectiva inter-relacional – fenômenos que já foram examinados com nomes como psicolinguística, etnolinguística, antropologia linguística, sociolinguística e sociologia da linguagem. Os linguistas têm se preocupado com [esse estudo] em trabalhos sobre mudança linguística e variabilidade, contato linguístico, bilinguismo e padronização” (Haugen, 2001: 58). Dentre os linguistas que Haugen menciona como tendo realizado trabalhos sobre os fenômenos da ecologia linguística estão estudiosos bem conhecidos como Uriel Weinreich, Charles A. Ferguson, William Labov, John Gumperz, Joshua Fishman and Dell Hymes (Haugen, 2001: 59).

Uma vez que me referi, em trabalho anterior (Fill, 2001: 44), à palestra na qual a metáfora ecológica de Haugen foi utilizada na década de 1980 e nos primeiros anos de 1990, permitam-me mencionar apenas alguns momentos importantes desse uso metafórico. William F. Mackey (1980/2001) referiu-se especificamente ao trabalho de Haugen quando descreveu o fenômeno da mudança de língua no Canadá em termos de “a ecologia da mudança linguística”. Norman Denison, em muitos de seus artigos, adota a metáfora haugeniana em relação às línguas e dialetos da Europa. Em um trabalho intitulado “A linguistic ecology for Europe?” (1982/2001), pela primeira vez ele liga a ecologia linguística com a economia, levantando questões sobre os custos da ‘pluriglossia’ e,

particularmente, da manutenção de minorias linguísticas nos diversos estados da Europa. Harald Haarmann, que mais tarde se tornou conhecido por seu trabalho sobre as línguas minoritárias do mundo (cf. Haarmann, 2001), usou o termo “relação ecológica” para a inter-relação entre língua e etnicidade em 1986. Peter Mühlhäusler, também usou “ecologia linguística” anteriormente, quando (em um trabalho publicado em 1992) argumentou que não são as línguas individuais que devem ser preservadas, mas as “ecologias linguísticas”. Mühlhäusler (1995) também estava entre os primeiros a ver a relação entre diversidade linguística e diversidade biológica, um tópico que, nesse meio tempo, foi estudado extensivamente por autores como Daniel Nettle (1998, ver também Nettle & Romaine, 2000: 41-49; William Sutherland, 2003, entre outros).

2. Ecolinguística

O termo *Ecolinguística* foi primeiramente usado há cerca de 40 anos. Na *Ecolinguistics List* (08/01/ 2013), Hildo Honório do Couto escreveu sobre a origem do termo o que segue abaixo:

Hoje me deparei com a seguinte passagem do livro *L'Aliénation linguistique: analyse tétraglossique*, de Henri Gobard (1976): "...etno-psico-sociolinguística da política cultural, que poderia ser o objeto de uma nova disciplina proposta por J. D. Palmer: a ecolinguística" (p. 45).

Ele [Gobard] acrescenta que Palmer a propôs em 1973. Essa seria verdadeiramente a primeira ocorrência [*escrita*] do nome da nossa disciplina. A propósito, Adam Makkai me disse que Einar Haugen tinha sugerido oralmente a palavra [*ecolinguística*] a ele durante um congresso em Chicago em 1972.

O termo “ecolinguística” foi depois usado por Kurt Salzinger (1979) e, sob a forma francesa “*écolinguistique*”, por Claude Hagège, em seu livro *L'homme de paroles* (1985: 146 f.). Nesse trabalho, Hagège fala de *écolinguistique* como um estudo do futuro, que trataria de fenômenos “naturais”, como características topográficas, relações entre humanos e outros organismos e fenômenos cósmicos, e como eles se integram com as línguas e as culturas. Em 1980, Dwight Bolinger apontou a conexão entre língua e problemas ecológicos e ambientais, tais como a poluição da água e do ar (1980: 182). Assim, vemos que muito cedo o termo já havia sido usado para determinar modos pelos quais determinadas línguas se relacionam com a natureza e com o ‘meio ambiente’ (aqui usado literalmente) dos humanos. Especialmente com o advento da análise crítica do

ciscurso, o estudo da língua e dos problemas ambientais se desenvolveram em um ramo independente dentro da ecolinguística, que foi particularmente influenciado pelo trabalho de Michael Halliday (1990/2001) e Peter Mühlhäusler (2003, ver também Harré, Brockmeier & Mühlhäusler, 1999).

Hoje, usamos ‘ecolinguística’ como um termo geral para o estudo da língua e seu contexto. Dentro desse estudo, pelo menos três correntes de pesquisa se desenvolveram, tendo elas sido definidas por Couto (2007: 42) da seguinte forma:

- **Ecologia linguística** = o estudo das relações entre língua e ‘problemas ecológicos’ (poderia ser chamada de ‘Linguística Ambiental’)
- **Ecologia da Língua** = estudo das relações entre língua e seu ambiente social, mental e físico, na área onde ela é usada e na mente do falante que a usa.
- **Ecologia das línguas** = estudo da inter-relação entre línguas; ex.: pidginização e crioulização, língua ameaçada e morte de línguas.

2.1 Ecologia Linguística

Os congressos da Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA) tiveram um papel crucial no desenvolvimento da ecolinguística como uma parte independente da linguística, em especial o ramo que investiga o papel da língua no surgimento (e na possível mitigação) dos problemas ecológicos.

No IX Congresso da AILA em Tessalônica, na Grécia, em 1990, o linguista e teólogo norte-americano (de pais holandeses) Frans Verhagen organizou duas reuniões nas quais estabeleceu uma rede de pessoas de todas as partes do mundo interessadas no tema língua e ecologia.

Foi no mesmo congresso da AILA em Tessalônica que Michael Halliday ministrou a principal conferência, ‘New Ways of Meaning: the challenge to Applied Linguistics’, na qual ele mostrou o poder “construtor” da língua, cujo sistema nos faz pensar de certos modos, de forma a adotarmos ideologias não ecológicas. Seu pronunciamento “língua não corresponde; ela constrói” (2001: 185) é o princípio básico do construtivismo (*constructionism*) que admite que a língua não apenas reflete a realidade, mas ativamente a molda, criando atitudes, opiniões e ideologias. Entre essas ideologias estão aquelas que muitos milhares de anos atrás levaram ao ‘sucesso’ da espécie humana:

ECO-REBEL

desenvolvimentismo (*growthism*), a crença na inexauribilidade de recursos, antropocentrismo e ‘especiismo’. Halliday escreve (2001: 198):

A maior questão é o desenvolvimentismo na gramática; e nós vimos quão profundamente engramatizados são os motivos do crescimento *versus* o encolhimento, da inexauribilidade de nossos recursos materiais, da passividade do ambiente inanimado e da singularidade da humanidade, no lugar de nossa continuidade com a criação. Essas e outras características do sistema linguístico constroem nossa experiência de tal forma que acreditamos poder nos expandir para sempre – nossos números, nosso próprio poder e domínio sobre as outras espécies, nosso consumo e o chamado ‘padrão de vida’.

Isso leva-nos às seguintes questões:

- a. Em que medida o sistema linguístico (para Halliday: ‘a gramática’) contém elementos que são problemas para os biólogos, físicos e “a comunidade de linguística aplicada” (i.e., elementos não ecológicos)?
- b. De que maneira essas características linguísticas influenciam o pensamento e a ação das pessoas?
- c. Como a língua pode ser usada para moldar a visão biocêntrica do mundo, distinta de uma visão excessivamente antropocêntrica e mecânica? (cf. Verhagen, 1991: 117)

A opinião de Halliday é de que o sistema linguístico realmente influencia nossos pensamentos e o modo como nós vemos o mundo, ou, em outras palavras, **constrói** a realidade para nós. Aqui está uma lista de elementos não ecológicos no sistema da língua (‘a gramática’) que, de acordo com Halliday estão desatualizadas. Nas próprias palavras de Halliday: “há uma síndrome de características gramaticais que conspiram [...] para construir a realidade de um certo modo, e é um modo que não é bom para a nossa saúde como espécie”. (2001: 194 f.):

- - Inúmeros substantivos para energia, ar, água e solo, assim como carvão e ferro, sugerem inexauribilidade de recursos (Halliday, 2001: 194). As línguas americanas nativas (ex. hopi) não denominam esses recursos como substantivos incontáveis.

ECO-REBEL

- Lógica de dois valores (no sentido de Aristóteles): o sistema binário. O sistema binário ‘sim’ e ‘não’, que, contudo, pode ser evitado com o uso de “na maioria das vezes”, “de uma certa maneira”, etc.
- Contrastes (grande vs. pequeno; montanha vs. vale; natureza vs. cultura; etc.). A língua sugere contrastes onde na realidade não existe contraste (o que é ‘pequeno’ em um contexto pode ser ‘grande’ em outro).
- Palavras relacionadas a crescimento servem como termos neutros: Quão rápido é o carro? Quão longa é a jornada? Nós nunca dizemos coisas como: quão devagar é o carro? Quão pequena é a casa? “A gramática do ‘grande’ é a gramática do ‘bom’, enquanto que a gramática do ‘pequeno’ é a gramática do ‘ruim’”.
- Pronomes possessivos (minha terra, meu cachorro) sugerem propriedade humana sobre a natureza.
- Humanos vs. animais: animais são tratados diferentemente dos humanos no vocabulário; há, por exemplo, palavras diferentes para prole, comer e morrer – por exemplo, em inglês, *pregnant* (humanos) vs. *gravid* (animais)², em alemão: *essen* vs. *fressen*, *sterben* vs. *eingehen* ou *kaputt gehen* (= quebrar, como uma máquina)
- Nossos sistemas de escrita favorecem a fragmentação.

Todos esses fenômenos linguísticos foram “importantes para a nossa sobrevivência, no estágio da história que está agora chegando ao fim”. Mas eles impõem “uma estreita descontinuidade entre nós mesmos e o resto da criação ...” (Halliday, 2001: 195). Hoje as ideologias sobre o desenvolvimentismo, antropocentrismo e especismo são datadas e, em último caso, podem ser perigosas para todas as manifestações de vida neste planeta, incluindo a humana. Não podemos mudar “as camadas internas da gramática”, mas o que podemos fazer é chamar a atenção para os fatos da língua que promovem uma ideologia do desenvolvimento e separam os humanos dos outros seres vivos. (cf. Halliday, 2001: 196).

A palestra de Halliday foi publicada primeiramente no *Journal for Applied Linguistics* (jun. 1990: 7-36) e depois disso republicada diversas vezes. Tornou-se um artigo

²(N.T.) Em português, os termos usados são ‘grávida’ (humanos) e ‘prenha’ (animais); comer vs. devorar; falecer vs. quebrar.

realmente influente e um alerta para muitos linguistas; de repente, eles entenderam que a linguística aplicada tem dimensões que em muito transcendem aquelas que dizem respeito ao ensino de línguas em geral e de inglês para fins específicos, tradução e outras áreas tradicionais.

A linguística aplicada, depois da palestra de Halliday, tornou-se uma ciência ambiental na qual a posição dos humanos passou a ser reexaminada e sua liderança na terra questionada.

2.1.2 Antropocentrismo: animais, terra

Nesta sessão, de forma mais detalhada, discutimos um dos pontos da crítica de Halliday, ou seja, a separação de humanos do resto da criação.

A respeito dos animais, este tópico já foi discutido muitas vezes (ex.. em Fill, 2010: 184-186). Entretanto, o ‘antropocentrismo’ também está sendo usado no discurso sobre madeira e terra, como mostram os itens lexicais mencionados a seguir. Neles a utilidade da madeira e da terra para os humanos é enfatizada (fonte: Schultz, 2001: 113 f.):

- Os termos ‘madeira macia’ (*softwood*) e ‘madeira dura’ (*hardwood*) expressam de que maneira a madeira é útil para os humanos. Uma descrição não antropocêntrica denominaria as árvores pelo seu nome (como carvalho e pinheiro).
- A palavra ‘recurso’ enfatiza o uso que fazemos de alguma coisa (para obter energia, para construção etc.). Uma linguagem não antropocêntrica especificaria o que está sendo referido, por exemplo: uma floresta, terra, um rio, etc.
- A expressão ‘limpar a terra’ (*to clear land*) soa positiva, como se a terra estivesse anteriormente em desordem e tivesse ficado limpa. No entanto, o que realmente significa é que a vegetação foi removida da terra.
- Em inglês, a expressão ‘*to develop a mountain*’, desenvolver a montanha, soa como se a montanha estivesse recebendo alguma vantagem. Na realidade, é uma expressão antropocêntrica usada para indicar que a montanha está se tornando economicamente interessante para os humanos, após a construção de estradas e teleféricos.

ECO-REBEL

O que segue é parte de um texto antropocêntrico sobre paisagem, no qual é expressa a utilidade (ou inutilidade) da terra para os humanos.

De fato, grande parte da terra que é tão fortemente defendida como ‘cinturão verde’ do sudeste não composta por campos belos e verdejantes, mas por terra imunda, semiabandonada que não tem utilidade. (*The Times*).

‘Cinturões verdes’ fazem a terra parecer ‘bela’ e ‘útil’ – ao menos para quem vive ou veraneia ali. ‘Imunda’, ‘semiabandonada’ e ‘sem utilidade’, entretanto, sugerem inutilidade para os humanos. O fato de a terra provavelmente ser o *habitat* de muitos animais e plantas é ignorado nessa descrição.

Similarmente, as descrições que encontramos nas “trilhas ecológicas” (*Nature trails*) frequentemente enfocam a utilidade do fenômeno natural para os humanos. Por exemplo, podem ser dadas informações sobre:

- por que certa árvore é ‘útil’ e a idade que ela deve ter para ser usada;
- por que certo pássaro é útil (ex.: quantos insetos ele come por dia);
- por que as formigas são úteis (quantas pragas elas destroem a cada dia).

Poderíamos argumentar que mesmo o termo inglês *environment*, meio ambiente, é antropocêntrico, porque coloca os humanos no centro e descreve o que está ao seu redor. Para mostrar que os humanos também são parte do ‘environment’, sugiro ‘human and natural environment’ (ambiente natural e humano) ou, usando um neologismo, *convirionmet* (com o seu equivalente em alemão, *Mitwelt*).

Outra forma de antropocentrismo é o uso de **eufemismos** para o modo como nós tratamos e usamos a natureza. Por exemplo, há mitos eufemismos que fazem o nosso uso dos animais para comida, vestuário e objetos de experimentação parecerem simples atividades industriais ou mecânicas. As palavras ‘morte’, ‘assassinato’, ‘extermínio’ e ‘veneno’ são evitadas e nós as lemos como: ‘produção de carne’, ‘proteção vegetal’ e ‘experimentos toxicológicos’.

Em particular, o uso que fazemos da pele dos animais como material para o vestuário tem que ser linguisticamente escondido, de maneira que os compradores de pele não se conscientizem das matanças. Por isso, nos anúncios, é possível encontrar a palavra

‘groelandês’, *Greenlander*, quando a referência for uma pele para a qual um grupo de focas deu a sua vida, ou a palavra russa *sobaki* para uma pele feita do couro de cachorros. Um caso especial é a linguagem da caça, na qual as partes do corpo de um animal são frequentemente chamadas como coisas (ex. pernas como ‘patas’).

2.2 A ecologia das línguas

Voltemos à ‘ecologia das línguas’ no sentido haugeniano. Nos últimos anos, o estudo dos contatos e das inter-relações entre línguas tem sido bastante dominado por uma ameaça à qual muitas línguas estão expostas. Ainda que por muito tempo as ideologias de “um país – uma língua” tenham prevalecido no mundo, desde então os governos começaram a se dar conta de que a diversidade linguística pode ser mais um bem do que uma obrigação e que, com o desaparecimento das línguas, pode haver um perigo real de as culturas e visões de mundo se tornarem irremediavelmente perdidas.

Quando em 1912 o Presidente Theodore Roosevelt, dos Estados Unidos, disse: “Nós temos espaço para apenas uma língua neste país e esta é o inglês” (citado por Nettle & Romaine, 2000: 193-194), um governante no século XXI (pelo menos nominalmente!) faria um apelo pela manutenção da diversidade linguística no seu país.

Interessantemente, foi mais ou menos na época da palestra de Haugen (1970) que a mudança das atitudes gerais relacionadas à diversidade linguística passou a ter lugar. O movimento verde, o surgimento das contraculturas e fatos similares podem ter sido parcialmente responsáveis por essa mudança. Entretanto, sendo eu linguista, arriscaria a dizer que foi também o incansável trabalho de acadêmicos como Haugen que trouxe à luz um novo interesse pela inter-relação e diversidade e uma melhor avaliação da “pequenez” – e isso em todas as esferas da vida, incluindo as formas de comunicação.

Hoje as políticas linguísticas não mais objetivam a unificação e uniformização a todo custo, mas (pelo menos aparentemente!) geralmente incluem o aumento da diversidade e a manutenção das minorias linguísticas. O cuidado nos parênteses da sentença anterior é necessário porque, na verdade, muitos governos ainda estão relutantes em colaborar com a manutenção da diversidade linguística, particularmente porque envolve apoio financeiro de vários tipos. Por isso, Robert Phillipson – em seu livro sobre políticas linguísticas na Europa (2003) desmascara as políticas linguísticas da União Europeia e argumenta que elas são hipócritas e, na realidade, só servem para divulgar mais o inglês.

Embora possa ser assim, *ao menos aparentemente*, a diversidade linguística e cultural são agora vistas como uma coisa boa, e o desaparecimento de línguas e culturas é deplorado em todo o lugar. Livros sobre o perigo de extinção de línguas proliferaram, e foram fundadas dúzias de organizações que se dedicam à manutenção de línguas minoritárias. Antes que eu retorne à história mais recente da ecolinguística, deixem-me repetir que, sem dúvida, o trabalho dos linguistas teve um papel importante neste novo interesse pela diversidade. Em uma época em que línguas morrem todo o ano e culturas minoritárias estão sendo engolidas pelas majoritárias, mais linguistas são urgentemente necessários para desenvolver as tarefas práticas de registrar e documentar as línguas minoritárias tanto quanto criar autoconfiança em seus falantes.

3. O estado atual e futuro da Ecolinguística

Hoje (2013), a ecolinguística pode ser considerada como um campo razoavelmente estabelecido da linguística. Incluindo as oficinas da AILA, mais de vinte congressos e simpósios internacionais já foram realizados em áreas temáticas sob o rótulo de “ecolinguística”. A AILA tem dado atenção a “língua e ecologia” ao estabelecer uma “comissão científica” para o tema e garantir outra palestra central (depois da de Halliday) no congresso de 1999, em Tóquio. Um volume temático contendo 28 importantes artigos nesta área foi publicado (Fill; Mühlhäusler, 2001), e um periódico *online*, *Language and ecology* (editado por Arran Stibbe) está disponível no seguinte endereço: www.ecoling.net. Adotando a ideia de Couto, Stibbe também estabeleceu a “Ecolinguistics List” como um fórum por meio do qual os ecolinguistas do mundo podem trocar ideias e enviar mensagens.

Ainda que *ecolinguistics* não seja ainda uma entrada no Oxford English Dictionary (OED), uma busca na internet (no *Google*) hoje (jan. 2013) alcança cerca de 1.500 endereços na rede (contra 1.260 in 2005). Em muitos centros de pesquisa em todo o mundo, está sendo conduzida investigação teórica e empírica em ecolinguística. A University of Southern Denmark, em Odense, abriga uma delas (Jørgen Døør e Jørgen Bang sendo os cérebros principais), Bielefeld (Alemanha) tem outro (com Peter Finke como fundador do Research Centre for Cultural Ecology, e também Wilhelm Trampe), e Graz (Áustria) como um terceiro, onde muitos simpósios sobre ecolinguística já foram realizados. No Brasil, a ecolinguística também tem seguidores antigos como Francisco Gomes de Matos (UFPE) e Hildo Honorio do Couto (Brasília), que tem feito muito para

divulgar o tema na América do Sul. Muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado já foram escritas com o paradigma da ecolinguística e também com o seu *background* teórico. Em várias universidades, particularmente na área de falantes de alemão, foram ministrados cursos em seminários com tópicos da ecolinguística.

Apesar desses sucessos, muito precisa ser feito na pesquisa em ecolinguística. Algum trabalho teórico tem sido conduzido, mas falta a sua aplicação. Primeiramente, falta mostrar como uma abordagem ‘holística’ para a linguagem pode ser conseguida e quais métodos podem ser empregados para mostrar a inter-relação entre língua, humanos e natureza.

Determinados fenômenos da linguagem são de fato (parcialmente) responsáveis pela degradação do meio ambiente e por outros problemas de nosso tempo – mudança climática sendo um deles? Podemos fazer alguma coisa sobre essas questões ao mostrar o cenário linguístico (no sentido de Halliday)? Seria também desejável que tivéssemos mais estudos contrastivos para tornar possível comparar as línguas da terra em relação ao antropocentrismo (e outros pontos mencionados por Halliday)?

Uma segunda tarefa da ecolinguística seria mostrar como a ideia de Haugen, de transferir ‘ecologia’ da biologia para as línguas, pode ser empregada com êxito na tarefa urgente de salvar as línguas ameaçadas e ajudar a criar uma consciência da importância de mantê-las. Será possível fazer as pessoas e os governos pensar em ecologias linguísticas ao invés de línguas individuais? Há um método de ecologia biológica que possa ser transferido para a ecologia linguística? Também a integração da ‘economia linguística’ em ecolinguística é urgentemente necessária: na nossa era da globalização não é suficiente enfatizar que toda língua incorpora uma visão de mundo e que, com a morte de uma língua, morrem o conhecimento e a experiência humanos que foram adquiridos por muitos e muitos anos? O aspecto econômico da diversidade e da manutenção linguísticas têm que ser levados em conta também: qual é o custo de manutenção de uma língua minoritária, quantos empregos ela cria, e as pessoas que a usam conseguem ganhar mais? Essas são questões para as quais os governos querem respostas dos linguistas (sobre esse tema, ver, entre outros, Grin & Vaillancourt, 1997). A ecolinguística também terá que considerar os aspectos da língua: a relação estreita entre língua e cultura é presumida por todo mundo, mas pesquisa adicional sobre sua inter-relação é urgentemente necessária.

Finalmente, no nível da teoria, uma integração e ligação entre os diferentes campos da ecolinguística ainda é uma aspiração. Critica-se que as áreas da “ecologia da linguagem”

(que estuda a inter-relação das línguas em seu contexto) e da ‘eco-crítica’ (ecologia linguística, que estuda o papel da língua em relação aos problemas ambientais) estão apenas tenuemente conectadas e não formam um campo homogêneo de estudo.

Ecolinguistas ainda são estudiosos que se preocupam com o contato e a diversidade linguística ou ambientalistas interessados no papel que a língua representa na degradação ecológica, mas dificilmente eles estão interessados em ambos campos. Por um lado, a pesquisa futura em ecolinguística terá que prover uma teoria ‘transdisciplinar’ que una essas áreas, e, por outro, focar nos aspectos aplicados e mostrar o uso prático do paradigma.

Em qualquer direção que vá a pesquisa, não há dúvida de que a ideia criativa de um estudioso americano de pais noruegueses, que estava preocupado com o destino de sua língua nativa nos Estados Unidos, teve um sucesso notável. Não é mais verdadeiro dizer que as pessoas se preocupam com o cachalote que está morrendo, mas não com as línguas que estão desaparecendo. A introdução por Haugen do termo ‘ecologia’ na linguística contribuiu para repensar o valor da diversidade. Para concluir este relato, permitam-me citar o parágrafo final de um artigo de Ludwig Fischer (2002: 76), no qual a ideia por trás da ecologia das línguas parece apropriadamente expressar o seguinte:

Salvar línguas e trabalhar por uma democracia etnolinguística global não é um luxo idealístico e impraticável nem um contra-ataque à língua inglesa, mas uma necessidade premente, urgente e essencial para o surgimento de uma comunicação global adequada e sustentável.

Referências

BOLINGER, D. *Language – the Loaded Weapon. The Use and Abuse of Language Today*.

Londres: Longman, 1980.

COUTO, H. H.. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília:

Thesaurus, 2007.

_____. *Linguística, ecologia e ecolinguística. Contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Ecological approaches in Linguistics: a historical overview. *Language and Sciences*, v. 14, 2014, p. 122-128.

FILL, F. A. Ecolinguistics – State of the Art 1998. In: Fill; Mühlhäusler (orgs.), 2001, p. 43-53 [originalmente publicado em 1998].

_____. *The Language Impact. Evolution – System – Discourse*. Londre: Equinox, 2010.

ECO-REBEL

- _____. Mühlhäusler, Peter (orgs.). *The Ecolinguistics Reader. Language, Ecology and Environment*. Londres: Continuum, 2001.
- FISCHER, L. The Conservation of Conversation beyond English. In: FILL, F. A; TRAMPE, W; (orgs.) *Colourful Green Ideas*. Berna: Peter Lang, 2002, p. 59-76.
- GRIN, F.; VAILLANCOURT, F. The Economics of Multilingualism: Overview of the Literature and Analytical Framework. In: GRABE, W. (org.). *Multilingualism and multilingual communities*. Cambridge: CUP, 1997 p. 43-65.
- HAARMANN, H. *Language in Ethnicity. A View of Basic Ecological Relations*. Berlin, New York, Amsterdam: de Gruyter, 1986.
- _____. *Die Kleinsprachen der Welt. Existenzbedrohung und Überlebenschancen. Eine umfassende Dokumentation*. Frankfurt/M: Peter Lang, 2001.
- HAGÈGE, C. *L'homme de paroles*. Contribution linguistique aux sciences humaines. Paris: Arthème Fayard, 1985.
- HALLIDAY, M. "New ways of meaning: the challenge to Applied Linguistics," in: Fill / Mühlhäusler (orgs.). 2001 p. 175-202 [originalmente publicado em 1990]
- HARRÉ, R.; BROCKMEIER, J.; MÜHLHÄUSLER, P. *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. London: Routledge, 1999.
- HAUGEN, E. *The Ecology of Language. Essays by Einar Haugen*. Ed. Anwar S. Dil. Stanford: Stanford U.P., 1972.
- _____. The Ecology of Language. In: Fill; Mühlhäusler (orgs.), 2001, p. 57-66 [originalmente publicado em Haugen (1972: 325-339)].
- MACKAY, W. F. The Ecology of Language Shift. In: Fill; Mühlhäusler (orgs.), 2001, p. 67-74 [originalmente publicado em 1980].
- MAKKAI, A. "Die Welt als Bewusstsein und Paraphrase. Zur gesamtökologischen Fundierung des menschlichen Sprachverständnisses mit besonderer Berücksichtigung der Sprachphilosophie Wilhelm von Humboldts. In: Fill, Alwin (org.). *Sprachökologie und Ökoluistik*, Tübingen: Stauffenburg, 1996, p. 77-91.
- MÜHLHÄUSLER, P. Preserving Languages or Language Ecologies. A top-down approach to language survival. *Oceanic Linguistics* 31/2, 1992, p. 163-180.
- _____. On the Relationship between linguistic and biological diversity. In: Myers, D. (org.). *The Politics of Multiculturalism in Asia and the Pacific*. Darwin: Northern Territory U.P., 1995.
- _____. *Linguistic Ecology. Language change and linguistic imperialism in the Pacific Region*. Londres, Nova York: Routledge, 1996.
- _____. *Humboldt, Whorf and the Roots of Ecolinguistics*. LAUD working paper. Ser. A, 442. Essen: LAUD, 1998.
- _____. *Language of Environment – Environment of Language*. Londres: Battlebridge, 2003.

ECO-REBEL

NETTLE, D. Explaining global patterns of language diversity. *Journal of Anthropological Archaeology* 17, 1998, p. 354-374.

_____; Romaine, Suzanne. *Vanishing Voices. The Extinction of the World's Languages*. Oxford: OUP, 2000.

PHILLIPSON, R. *English-Only Europe? Challenging Language Policy*. London, New York: Routledge, 2003.

SALZINGER, K. Ecolinguistics: A radical behavior theory approach to language behavior. In: Aaronson, Doris; Rieber, Robert W. (orgs.) *Psycholinguistic research: Implications and applications*. Nova York: Erlbaum, 1979, p. 109-129.

SCHULTZ, B. Language and the Natural Environment. In: Fill, Alwin; Mühlhäusler, Peter (orgs.), 2001, p. 109-114 (publicado primeiro em 1992).

SUTHERLAND, W J.. Parallel extinction risk and global distribution of languages and species. *Nature* 423, 2003, p. 276-279 (Cartas a *Nature*, 15/03/2003).

VERHAGEN, F. Ecolinguistics: Context, Contours, Constraints, Challenges. Nova York: Sociological Energy Services International, 1991.

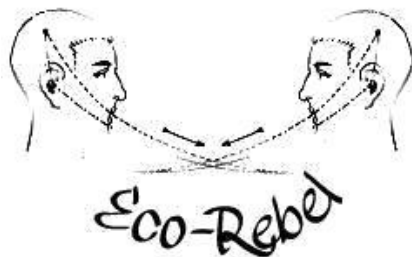
_____. Ecolinguistics: a Retrospect and a Prospect. In: Kettemann, B.; Marko, G. (orgs.). *ECONstructing Language, Nature and Society. The Ecolinguistic Project Revisited*. Tübingen: Stauffenburg, 2000, p. 33-48.

VOEGELIN, Carl F.; Voegelin, Florence Marie. "Languages of the World. Native America Fascicle One," *Anthropological Linguistics* v. 6, n. 6, 1964, p. 2-45.

(Este texto está também no livro *O paradigma ecológico nas ciências da linguagem: Coletânea de ensaios clássicos e contemporâneos*, Goiânia: Editora da UFG, 2015, organizado por Hildo H. do Couto, Elza K.N.N. do Couto, Gilberto P. de Araújo & Davi B. de Albuquerque).

Texto convidado.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 1, 2015.



PORQUE **ECOLINGUÍSTICA¹**

Adam Makkai (Universidade de Illinois, EUA)

R e s u m o : Publicado originalmente como Introdução a (Makkai, 1993), este artigo contém grande parte das ideias ecolinguísticas do autor. Basicamente é uma tentativa de mostrar que há outras maneiras de se fazer linguística além da da gramática gerativa, então ‘gerativa transformacional’. O artigo propõe alternativas mais ecológicas para se estudarem os fenômenos da linguagem. Entre as que são mencionadas incluem-se a tagmêmica de Pike, a gramática estratificacional de Sydney Lamb e a gramática sistêmico-funcional de Halliday. No entanto, a alternativa mais consentânea com a nova visão científica seria a ecológica, motivo pelo qual propõe a disciplina ecolinguística, que, mesmo estando *in statu nascendi*, pode ser um bom ponto de partida para se estudar os fenômenos da linguagem. No entanto, ela não deve ser encarada como um novo paradigma.

P a l a v r a s - c h a v e : Ciências da linguagem; Visão holística; Ecolinguística.

A b s t r a c t : Originally published as Introduction to Makkai (1993), this article contains many of the ecolinguistic ideas of the author. Basically, it is an attempt at showing that there are other ways of doing linguistics beyond generative grammar, then called ‘generative transformational grammar’. Among these alternatives the following are mentioned, among others: Pike’s tagmemics, Sydney Lamb’s stratificational grammar and Halliday’s systemic-functional grammar. However, the alternative more in sync with the new view of the world brought about by modern science would be ecolinguistics, which is still *in statu nascendi* but can be a very interesting starting point for the study of language phenomena. However, it is proposed not as a paradigm for language sciences.

K e y w o r d s : Language sciences; Holistic view; Ecolinguistics.

A segunda metade do século XX tem visto muitas inovações e contrainovações na linguística, a tal ponto que, de fato, a diversidade desta modesta área de estudo sugere uma comparação com a medicina, com seu amplo campo de aplicação, que vai da podiatria à psiquiatria. A linguística também parece ter os seus ‘podiatras’ e psiquiatras; uma vasta gama de ‘ginecologistas’ e pedolinguistas têm aparecido durante o curto passado recente da disciplina.

Não deve ser tarefa desta breve caracterização de minha contribuição à área colocar nomes na mesa, quer denominando ‘escolas de pensamento’, por exemplo, quem ou de

¹Traduzido do inglês por Hildo Honório do Couto.

que grupos são as autoridades e quem usufrui dos compartimentos mais altos da suíte no piso da cobertura do complexo linguomédico: os leitores ficam convidados a tirar suas próprias conclusões e fazer as próprias comparações. No entanto, eu desejo ardentemente enfatizar UM PONTO ESPECÍFICO, que é o seguinte: eu recuso terminantemente a qualificação de alguns linguistas como ‘unicórnios nobres’ (os teóricos de orientação gerativo-transformacional), e outros como ‘coyotes tugging at the carnage’ (trabalhadores de campo), que é uma divisão da linguística desnecessariamente provocativa e discriminatória, perpetrada por Langacker (citado em Abercrombie, 1980).

Talvez uma palavra ou duas sejam necessárias a fim de explicar o título deste livro, bem como o sinal de interrogação espanhol invertido no início de um subtítulo com dois asteriscos circundando uma palavra no centro *¿Towards a new **paradigm** for the science of language?* Essa pontuação não pertence à tradição do inglês, que eu respeito e não quero violar. Meu objetivo é chamar a atenção para os abusos e mal-entendidos sobre a palavra *paradigma* e o que se espera que ela represente razoavelmente no atual contexto ecológico.

Desde o aparecimento do famoso livro de Thomas Kuhn, *The structure of scientific revolutions* (Kuhn, 1962), muitos linguistas têm se ocupado em comparar a revolução chomskyana de 1957-1965 com uma grande “mudança de paradigma” na linguística – mudança de paradigma comparável à revolução newtoniana-einsteiniana na física e ao aparecimento de Sigmund Freud na cena da psiquiatria. Se é verdade que questões interessantes têm indubitavelmente sido postas no alvorecer de 1957-1965 e depois, não é difícil demonstrar (embora isso possa parecer um tanto antipático em alguns círculos do poder estabelecido) que as mudanças que têm aparecido na linguística NÃO SÃO EFETIVAMENTE DE NATUREZA CIENTÍFICA, MAS SEMELHANTES A UM GOLPE DE ESTADO SOCIAL. Eu não sou o primeiro a dizê-lo por escrito, mas Raimo Anttila (Anttila, 1974). Depois disso eu passei a entender os golpes de estado sociais atuais e como seus propagadores conseguem fazer com eles pareçam revoluções científicas reais: as respostas estão dadas no revelador livro de Berger e Luckmann *The social construction of reality* (Berger; Luckmann, 1967).

Um pesquisador que consiga mostrar que as pretensas ‘revoluções científicas’ são, de fato, meros golpes de estado sociais pode ser chamado como um DESBANCADOR DE PARADIGMAS. Por outro lado, um pesquisador que atribui ansiosamente o *status* de

mudança de paradigma científico a qualquer nota de rodapé que sai da caneta de um praticante que se encontra no poder pode ser chamado de FANÁTICO POR PARADIGMA. O problema é, claro, que a própria palavra *paradigma* adquiriu as conotações de prestígio, aceitação, regularidade, normalidade, financiamento – em suma, as conotações de desejabilidade, sucesso e aceitação social. Os praticantes de fora de um ‘paradigma’ são vistos com suspeição; são motivo de desprezo, ridículo e rejeição – às vezes também de uma certa inveja e admiração.

A primeira parte deste livro é um indiciamento iconoclástico do ‘paradigma’ gerativo-transformacional em vários de seus aspectos. Os ensaios a partir dos quais os capítulos 1, 2, e 3 foram formados mais tarde foram escritos no início dos anos setenta, pouco antes de eu ser promovido de professor associado a professor pleno da Universidade de Illinois, de Chicago, cujos linguistas estavam laborando em vão na sombra do movimento da ‘semântica gerativa’ da Universidade de Chicago, que dominava por completo os encontros anuais da Sociedade Linguística de Chicago (CLS), sendo os comitês de seus programas largamente constituídos de estudantes pós-graduandos ansiosos para seguir a última mania. Estava claro que tinha havido uma rixa entre a gramática gerativo-transformacional à la MIT e o movimento da ‘semântica gerativa’, que tinha James D. MacCawley como um de seus maiores expoentes, mas minhas simpatias ficavam com o CLS. Juntamente com muitos outros, eu senti que o CLS não avançava o bastante no questionamento sobre o que estava errado com a GGT ortodoxa, de modo que em agosto de 1974 decidimos fundar uma associação linguística binacional independente tendo os Grandes Lagos como centro. O nome LACUS (*Linguistic Association of Canada and the United States*) foi inventado por meu colega J. Peter Maher da Northeastern Illinois University; este mais do que adequado nome ocorreu a ele quando eu estava caminhando e falando sobre os Grandes Lagos, o Canadá e os EUA. Como a publicação deste livro coincidirá com o vigésimo aniversário dessa associação, parece apropriado explicar ‘ecologia’ e ‘paradigma’ no espírito de LACUS, diante do entusiástico e crescente número de membros, aos quais este livro é dedicado coletivamente.

Nós sentíamos desde o começo que se havia um campo nas assim chamadas humanidades que dependia de dados em grande quantidade para verificação e provar sua relevância ele era a linguística. No entanto, o manuseio de uma grande quantidade de dados tem sido extremamente difícil, inclusive nos dias de hoje. A presença

relativamente fácil e quase universal do computador pessoal deverá remover da linguística a maldição da dificuldade com as taxonomias, uma vez que ela é uma ciência essencialmente comportamental e social.

Nós da LACUS temos sempre percebido que talvez nenhuma outra área deveria evitar a compartimentalização em ‘teoria’ versus ‘prática’ como a linguística, uma vez que a linguagem humana é algo democrático, de toda a humanidade, dada naturalmente – se não igual em termos de qualidade – ao analfabeto e ao alfabetizado. A prova do pudim proverbial, portanto, deve estar no comer, devendo as teorias irrelevantes ser descartadas e estudadas somente como aberrações históricas ou curiosidades.

Pensemos no caso do professor Marr na antiga União Soviética. Ele sustentava que a língua pertencia à ‘superestrutura’, que, de acordo com uma interpretação de Marx, deveria ser influenciada pela ‘infraestrutura’, que é constituída pelos instrumentos de produção, a posse deles e a administração política. Logo se tornou óbvio, no entanto, que a língua russa não tinha mudado de modo palpável devido à mudança do país do regime dos tzares para o do Lenin (houve algumas simplificações ortográficas e alguma fraseologia nova surgiu), de modo que o próprio Stalin teve que intervir e declarar que os ensinamentos de Marr estavam errados. Uma vez que antes da denúncia de Marr a coisa politicamente correta a fazer era praticar marrismo, grande quantidade de linguistas soviéticos, que dedicaram suas carreiras a Marr, perderam os empregos ou caíram em desgraça ou foram humilhados.

Que modos de ‘comer’ o pudim da linguística norte-americana contemporânea existem que tenham sido subexplorados por todos os grandes livros de culinária até hoje? A aprendizagem de língua é um deles; a aquisição de língua é o outro, além de qualquer dúvida. Porém, pense no seguinte: suponha que haja um modo testado e aprovado de ensinar espanhol, francês, latim, alemão e russo nos colégios e faculdades americanas que fosse de alguma forma baseado nas ideias de Chomsky, provenientes do MIT, e que pudesse ser provado estatisticamente que os alunos assim treinados tenham adquirido uma fluência sem sotaque, quase de falante nativo, e plenamente gramatical nessas línguas, ao passo que os infelizes que receberam o ensino tradicional ficaram em seu baixo nível costumeiro. Pense também na seguinte possibilidade: se no ensino de inglês como segunda língua (ESL/TESL) as massas estatisticamente testadas de populações reais pudessem exibir a superioridade inata de escolher ou não conscientemente a ‘transformação passiva’ via regras ordenadas conscientemente aplicadas, escrevendo em

um estilo vívido e superior, e alternando as duas vozes, resultando em numerosos Prêmios Pulitzer para a ficção e a poesia escrita por falantes não nativos, de modo que todos esses sucessos pudessem ser ligados objetiva e unanimemente às vantagens do ensino de línguas transformacional-gerativo, haveria prova socialmente verificável de que gramáticas desse tipo são melhores para os seres humanos do que as não GGT. Mas, é assim realmente?

Que Chomsky e a gramática gerativo-transformacional (GGT) não tem nenhuma utilidade para a pedagogia de línguas é uma das maiores calamidades da linguística moderna. Como reação à posição antiprática da GGT (em todas as suas diversas versões) muitos ex-praticantes de GGT declararam que TODA a linguística teórica estava morta e se retirou para a tipologia linguística, a pragmática, ou para ESL/TEFL, que ainda é um tanto amorfa e está lutando para construir a própria identidade.

Até parece que não PODERIA haver uma abordagem teórica à pedagogia de segunda língua – pelo menos do ponto de vista da GGT, uma vez que todas essas questões foram relegadas à ‘performance’, sendo a ‘competência’ o único objetivo verdadeiro da linguística atual. Outras teorias, que pena!, não tiveram melhores resultados, sobretudo as de cunho mais formal.

A gramática gerativa aplicada (GGA) de S. J. Shaumyan, desenvolvida durante os anos soviéticos, é também pesadamente formal e baseada na lógica simbólica. No entanto, contrariamente à GGT, ela está saudavelmente baseada na semiótica e, por isso mesmo, oferece um conjunto de analogias muito mais realísticas para o uso da língua humana natural. A GGA ainda nos deve explicações sobre duas questões maiores: o papel do léxico nas gramáticas do ‘fenótipo’ (isto é, de línguas efetivamente faladas), e como os seres humanos adquirem sua língua. A GGA pode nos surpreender nesse ponto, uma vez que Shaumyan, transplantado a Yale e depois para consultorias privadas sobre a ex-URSS na América, continua a desenvolver e modificar seus pontos de vista.

A gramática stratificacional-cognitiva (GSC) tem se mantido alheia à questão da pedagogia em um número não desprecioso de publicações, embora diversos praticantes tenham sinalizado que questões e assuntos sociolinguísticos de aquisição de língua podem ser tratados de modo elegante na GSC (Herrick, 1984).

Com isso ficamos com duas abordagens teóricas maiores à linguagem; ambas se distinguiram por se dedicarem a necessidades concretas de pessoas concretas em várias partes do mundo. A mais antiga delas – internacionalmente – é a tradição britânica de

Firth, atualmente conhecida sobretudo na obra de Michael A. K. Halliday e sua gramática sistêmico-funcional (GSF).

Originalmente inventada nos EUA, mas agora praticada mundialmente pelo Summer Institute of Linguistics (SIL), existe a tagmêmica de Kenneth L. Pike, Robert E. Langacker e outros. Pike e seus mais de quinhentos colaboradores no SIL têm tido um grande sucesso no processo de criar alfabetos com base fonêmica para grupos de línguas pré-letradas e a elaboração de gramáticas para elas. Eles têm conseguido resultados duradouros e impressionantes na área de teoria e prática de tradução (Nida, 1974, Beekman; Callow, 1974).

Halliday e a gramática sistêmico-funcional também têm conseguido resultados duradouros na produção de gramáticas (principalmente do inglês) que podem tratar do que as pessoas realmente dizem e escrevem; além disso, o modelo de Halliday é o primeiro grande modelo teórico que trata com sucesso da língua como uma semiótica social (Halliday, 1978), mas de um modo que nossos colegas da literatura podem proveitosamente usá-lo mediante a inclusão sistemática de registro, teor (*tenor*), teor funcional, modo escrito ou falado e léxis como um nível linguístico.

O de que precisamos globalmente são alguns dos seguintes tratamentos:

1 Como o autor de boa prosa literária ordena seus pensamentos ao desenvolver um enredo literário? Como as várias estruturas de enredo se inter-relacionam com o nível da dicção (vocabulário) e a sintaxe de determinado escritor?

2 Como poetas e tradutores de boa poesia produzem seus textos?

3 Que relação existe entre o '*status social*' e o 'estado do ego' de um falante-ouvinte como refletida na dicção da pessoa, no potencial de significação e na sintaxe do texto sob investigação? Por outras palavras, pode existir algo como uma 'psicolinguística psiquiátrica' que se ligaria significativamente à abordagem mais tradicionalmente sociolinguística?

4 Por que ninguém está seriamente trabalhando com Psicologia da Interação Social (PIS) no Oeste? (Karácsony 1938).

5 Por que ninguém está tentando criar um modelo em que os traços dos modelos recém-mencionados poderiam redundar em uma síntese? Isso é impossível? Seria ofensivo a alguém? Se sim, por quê?

6 Numa época de especialistas em computação em diversos outros campos, por que também os lógicos estão relutantes em expressar os pressupostos e as premissas da Teoria A em termos das Teorias B, C e D? Isso não mostraria algo útil sobre a mente humana, objetivo último de qualquer estudo?

7 Por que não existem mais linguistas dando um olhada na literatura e escritores dando uma olhada séria no que a linguística moderna tem a oferecer?

ECO-REBEL

Nós estamos vivendo em uma época em que, ao fim e ao cabo, a humanidade se conscientizou sobre a importância tanto do meio ambiente macro quanto do meio ambiente micro em que vivemos. O termo geral para essa consciência Nova Época (New Age), ECOLOGISMO, tem feito sua influência ser sentida na conservação tanto do mar quanto da terra; tanto na sociologia e economia urbana quanto na rural; na agricultura e na exploração do espaço. Nos dias atuais, nós todos tendemos a ser conscientes de que além de uma ECOLOGIA DO ESPAÇO FÍSICO existe também uma ECOLOGIA DA MENTE. Nós vivemos em estados mentais, em MODOS DE PENSAR mais ou menos sócio-psicologicamente pré-manufaturados, tais como os modos ‘pré-científicos’, os ‘científicos’ e os ‘pós-científicos’. Pensador pré-científico é aquele que toca dois objetos e declara ‘isto é frio’ sobre um e ‘isto está pelando’ sobre o outro. Pensador científico é aquele que inventa o termômetro – na escala Fahrenheit, na Réaumur ou na Celsius – e começa a medir a temperatura das coisas. Um pensador pós-científico, ao contrário, é aquele que tem dezenas de diversos termômetros e os usa profusamente, mas, ao mesmo tempo indaga sobre a origem do ‘calor’ no Universo e liga essa questão intergaláctica a dúvida sistemática sobre a habilidade da consciência humana em geral de ser objetiva, devido ao reconhecimento heisenbergiano de que observações interferem na natureza da maioria dos objetos observados (Lukacs, 1968). *Mutatis mutandis*, a filologia do século XIX pode ter sido pré-científica; Bloomfield, Hockett, Chomsky, Pike e Shaumyan são científicos – cada um usa um termômetro diferente – Lamb, Halliday e até certo ponto Roy Harris podem ser considerados pós-científicos, uma vez que todos os três questionam ou re-questionam as bases, cada um a seu modo.

A ECOLINGUÍSTICA, como o nome indica, está tentando fazer essas perguntas que, espera-se, conduzirão as novas gerações de linguistas para uma visão da linguagem filosoficamente mais tolerante e de modo geral INCLUSIVA, não EXCLUSIVA.

Eu não tenho a mínima intenção de proclamar que estou propondo o começo de um novo paradigma. *The structure of scientific revolutions* simplesmente não é aplicável à linguística. Nossa disciplina tem tido apenas um ‘paradigma’ desde os debates eruditos dos gregos antigos a propósito de se a língua é sujeita a regras (as ‘analogias’ dos Alexandrinos) ou uma questão de listas aleatórias (a Escola de Pérgamo) (Dinneen, 1967: 94-5). Na verdade, o debate é até mais antigo, recuando ao debate entre os partidários de Heráclito e os de Parmênides (Heráclito disse que ‘tudo flui’ ou ‘torna-

se'; Parmênides disse que 'tudo É' (cf. Algeo, 1972). Não é necessário muito esforço para perceber a 'reencarnação' dos antigos regularistas gregos e os heracliteanos no movimento neogramático do século XIX na Alemanha, cuja continuidade indireta, mas obviamente real, é a Gramática Gerativo-Transformacional, com suas regras de transformação; do mesmo modo, seria perfeitamente lógico ver Hugo Schuchardt (1889) e os caçadores de exceções à 'Ausnahmslosigkeit des Lautwandels' (ausência de exceção nas mudanças fonéticas) continuando na sociolinguística urbana e o variacionismo dos últimos dias. A Gramática Estratificacional de Lamb, como convincentemente mostrado por Algeo (1972) em sua comparação clássica, seria a 'reencarnação' da filosofia parmenidiana que, em oposição a dialética Heráclito, procura 'ser' e 'realização' de preferência a 'mudança' e '-se'.

Quão grande e velho deve ser um 'paradigma' para poder ser considerado um 'Paradigma' genuíno, com P maiúsculo? Quantos 'subparadigmas' desejamos e estamos preparados para reconhecer no interior dos paradigmas maiores, tal como o paradigma macro-aristotélico de dois mil e quinhentos anos, que pode englobar Copérnico, Kepler, Newton, Einstein e Heisenberg?

Os físicos podem discordar. No entanto, é fato que a NOMENCLATURA INTERNACIONAL DA LÓGICA foi feita com base nos trabalhos de Aristóteles, baseando-se nas mudanças das intuições ulteriores em visões de mundo, como se vê nos grandes inventores supra: TODAS FAZEM SENTIDO CUMULATIVO, HISTÓRICO, SEPARADA OU CONJUNTAMENTE. O mesmo não se pode dizer de Tales, Anaximandro, Pitágoras ou Platão por sinal, uma vez que esses gigantes pré-aristotélicos do pensamento grego ainda viviam largamente no mundo do misticismo.

Fritjof Capra, autor de *O tao da física* (1980), embora ainda pertencente ao paradigma macro-aristotélico da ciência do século XX, já aponta para além dele, e esse 'além', curiosamente, aponta para os antigos e para o Extremo Oriente. Por isso, eu vejo um grande 'paradigma de mudança de consciência' com o seguinte contorno:

- (a) O mundo antes de Aristóteles
- (b) A visão de mundo aristotélico-judeo-cristã-materialista
- (c) A visão de mundo pós-Hiroshima e pós-alunissagem gradualmente se transformando em 'Pensamento da Nova Era'

ECO-REBEL

Toda a linguística que conhecemos pertence à visão de mundo aristotélico-judeo-cristã-materialista e não oferece nada diferente além de maiores ou menores variações sobre o tema anunciado pelos gregos por volta de 400 a.C.: somos todos criadores de regras (ou ‘cabeças duras’, para tomar emprestado uma frase da Conferência de Abertura de Halliday na Universidade de Sydney) como a GGT e os chomskyanos, ou seguimos ‘linhas mais leves’ como as da etnografia da fala (para citar uma frase e um título de Dell Hymes).

ASSIM SENDO, CONSIGAMOS PRIMEIRO NOSSA CARTA DE ALFORRIA, DEPOIS EXPROPRIEMOS E FINALMENTE PECHINCHEMOS NOS PREÇOS POR ATACADO.

NADA DE ****PARADIGMAS****, POR FAVOR!

Vivamos o melhor que pudermos o meio em que nos encontramos todos com algum grau de dignidade humana e decoro acadêmico! Eu gostaria de sugerir que a palavra *afirmar* seja oficialmente excluída do vocabulário de todos os linguistas práticos e seja substituída por *sugerir*, *hipotetizar*, *submeter* e *pretender mostrar* seguidas de dados ou prova objetiva.

Minha caracterização supra do modo de pensamento ‘pós-científico’ como talvez mais avançado do que o modo ‘científico’ prévio não pretende sugerir que todas as ‘questões científicas’ na linguística têm sido resolvidas – muito longe disso. Os três modos ‘pré-científico’, ‘científico’ e ‘pós-científico’ ainda se encontram inextricavelmente entrelaçados na obra da maioria dos linguistas praticantes e muitas figuras de proa têm se distribuído de modo desigual ao longo da escala dos três. Chomsky, por exemplo, que tem pretendido ser o crítico de tudo que tem sido escrito sobre linguística, e que introduziu as noções de ‘adequação observacional’, ‘adequação descritiva’ e ‘adequação explanatória’, em geral tem errado sobre fatos observáveis reais, simples da fala humana – p. ex., a interdependência de significado e acento. Se ser ‘científico’ significa ignorar dados reais, ele deixa de sê-lo, como Yngve (1986) indica de modo convincente. Uma vez que ele também está preocupado com o próprio processo de explicação, também Chomsky está, até certo ponto girando em torno do modo científico. Essas categorias não são, portanto, estanques e nós devemos ter cuidado ao aplicar rótulos de valor a elas. Uma leitura superficial da asserção epistemológica de

Yngve poderia facilmente levar alguém a pensar que um bom linguista precisa necessariamente ser um materialista filosófico que vê a língua como impulsos elétricos filmáveis e graváveis. Naturalmente, isso é parte integrante do comportamento objetivamente observável do ‘indivíduo comunicante’ de Yngve. De uma plataforma mais alta podemos ver também que o ‘indivíduo comunicante’ que faz esses impulsos graváveis e codificáveis é também membro de uma classe social, uma família, uma nação, uma área dialetal, ou duas (ou três ou dezessete, conforme o caso), portador ou não de graus acadêmicos, partidário de pontos de vista filosóficos, políticos e religiosos, irradiando em determinado tempo um ‘estado de ego adulto’, um ‘estado de ego de parente’, um ‘estado de ego infantil’. Nenhuma dessas categorias são *ipso facto* acientíficas; elas só o seriam se as pessoas forem forçadas subjetivamente a elas e sem consenso democrático ou verificabilidade pública. Indubitavelmente, é mais fácil gravar um sessão de barganha em um mercado ao ar livre do que ‘provar cientificamente’ que o falante ‘A’ está meramente incomodando o falante ‘B’ e meramente fingindo que está negociando algo que afinal não pretende comprar. Mas, isso pode ser feito. A pergunta a ser feita deve ser cuidadosamente formulada e submetida à análise; os sujeitos precisam ser entrevistados e suas respostas registradas e analisadas de acordo com novos métodos de tratamento de dados que deixarão essas respostas acessíveis a grupos de observadores objetivos e descritivistas.

A ECOLINGUÍSTICA ainda se encontra *in statu nascendi* e tem um longo caminho a percorrer antes que possa preencher qualquer um de seus objetivos e aspirações. A carreira de um linguista individual certamente passará por suas próprias fases ‘pré-científica’, ‘científica’ e ‘pós-científica’, tudo dentro do que um Ph.D. treinado faz de modo a ser interpretado como plenamente ‘linguística científica’ por membros de outras profissões.

Verbalizemos a questão de outro modo: ‘pré-científico’ significa efetivamente não analítico, ou ingenuamente catalítico. Na história da filosofia, o grande sábio Platão pode ser visto como uma grande figura pré-científica nesse sentido. ‘Científico’ é um modo de pensamento que é primariamente analítico, aquele que pega fatos observáveis em pedaços ou hólons e reduz esses pedaços a seus menores constituintes atômicos – quer deixando-os assim ou fingindo que dessas partículas elementares menores podemos realmente recompor os hólons originais, mais ou menos como fazem os gerativistas, frequentemente sem dar muita atenção ao fato. ‘Pós-científico’ é um modo

de pensamento que passa pelo estágio analítico e pode contar com suas técnicas ao analisar fatos observáveis, mas que visa a prover ‘perspectiva’ à ‘intuição’; descrever estruturas linguísticas, por exemplo, em contextos maiores. O desenvolvimento da sociolinguística e da linguística do texto às vésperas da virada gerativa pode ser visto como uma fase neocatalítica que sucede uma fase altamente analítica na história de linguística.

No início deste ensaio eu destaquei a tagmêmica de Pike e a gramática sistêmico-funcional de Halliday, à quais gostaria de associar a ecolinguística e aqui está a razão: trata-se dos dois movimentos na área que apresentam quantidades relativamente iguais de analiticidade e cataliticidade, tanto em seus objetivos quanto em sua metodologia. A GGT, ao contrário, é um empreendimento primordialmente analítico, mesmo que os ‘traços semânticos’ e os ‘traços fonéticos’ sejam às vezes vistos como o ponto de partida da linguagem humana e não o cemitério de seus *disjecta membra*. Lamb e a gramática cognitivo-estratificacional também foram primariamente analíticos, mas na obra posterior de Lamb a EPISTEMOLOGIA começou a exercer um papel crescentemente importante, o que, por sua vez, levou ao reconhecimento da diferença entre e a interdependência da analiticidade e da cataliticidade na teorização linguística. O menos prático dos teóricos compatíveis, Shaumyan (1983) claramente reconhece a natureza dupla da linguística quando fala em ‘conceitos-centauro’. Análise e catálise estão claramente implícitas na divisão que Shaumyan faz na linguagem entre GENÓTIPO e FENÓTIPO: qualquer descrição de uma língua fenotípica falada deve partir de métodos analíticos, depositando os resultados dessa análise no construto teórico interlingual, a álgebra universal da língua fenotípica, como uma atividade catalítica. *Mutatis mutandis*, Shaumyan está, portanto, agindo ‘cientificamente’ como analista de línguas reais (fenótipos) e ‘pós-cientificamente’ quando formula (ou cria) sentenças fenotípicas algébricas em lógica simbólica.

Nada disso torna a tarefa do ECOLINGUISTA mais fácil. Na verdade, isso o põe em oposição às melhores cabeças da área; acadêmicos que são seus professores e seus mais velhos; pessoas que ele admira e respeita. Os ditames do processo da escrita e da tradução, bem como as realidades quotidianas de uma existência ativamente multilíngue são de tal ordem que, apesar de tudo, as perguntas esboçadas acima (1-7) devem ser feitas; além disso, elas devem ser feitas de modo a permitir ao ecolinguista continuar

inabalável, mesmo se as respostas que chegarem a ele da geração de seus mestres tiverem que ser negativamente críticas.

Eu espero não ter ofendido ninguém com minhas tentativas de sugestão de ‘mapeamento de teorias’, como fiz no ensaio ‘A pragmo-ecological view of linguistic structure and language universals’ (Makkai, 1972). Que mais do que conhecimento ‘linguístico’ é necessário para explicar um texto que tem sido conhecido há muito tempo? O ensaio “The ‘Illumination’ of Giuseppe Ungaretti” é um exemplo. Depois de mostrar o que faz a gramática do texto de diferentes pontos de vista, fica faltando mergulhar no pano de fundo histórico e filosófico tanto do autor quanto do gênero com que ele trabalha.

Tudo isso teria sido chamado simplesmente senso comum na tradição filológica do século XIX. O linguista pragmo-ecológico não tem nenhuma dificuldade em ser associado à ‘filologia’, contanto que fique pressuposto que a filologia do século XIX e do começo do século XX é tida como pertencendo ao *modus operandi* ‘pré-científico’. Na verdade, a filologia nunca foi superada pela linguística estrutural; os dois campos do saber podem perfeitamente beneficiar-se da experiência um do outro. No final deste século talvez não seja prematuro dizer que a ECOLINGUÍSTICA pode ser vista como uma ‘filologia pós-científica’, ou como neofilologia catalítica. O processo de composição de dado soneto pode ser visto como exemplos de neofilologia ecolinguística.

ECOLINGUÍSTICA como termo foi sugerida a mim pelo professor Einar Haugen em Chicago por ocasião do IX Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnográficas, em 1972. De qualquer forma, o professor Haugen não é em absoluto responsável pelo uso particular que eu faço dele.

Minha dívida para com a linguística cognitivo-estratificacional e o professor Sydney M. Lamb em tudo ficará clara para o leitor. A despeito dessa dívida, as opiniões expressas aqui são minhas próprias e ninguém ligado à linguística estratificacional deve ser considerado responsável por elas. Grande parte delas apareceram em outras publicações entre 1968 e 1991. Portanto, o presente ensaio contém ideias desenvolvidas ao longo de 23 anos, durante os quais meu pensamento não permaneceu o mesmo. Tentativas anteriores de dividir a matéria em seções sobre ‘Fonologia’, ‘Morfologia’, ‘Sintaxe’, ‘Semântica’, ‘Lexicografia’, ‘Idiomaticidade’, ‘Aspectos Literários’ e ‘Aspectos Diacrônicos e Sociolinguísticos’ pareceram forçadas e desnecessárias após maiores

ECO-REBEL

reflexões. O ensaio já mencionado sobre Ungaretti estaria na seção literária, idiomática e de tradução, mas em certo sentido ele caberia na seção sobre fonologia e talvez na semântica. Uma das consequências das reflexões ao longo de todo esse período é a de que eu já não vejo nenhuma linha divisória entre essas disciplinas tradicionais. O caso de um poema, curto ou longo, certamente amalgama e acomoda todos os aspectos da língua, do fonológico e o gráfico ‘para cima’ na direção da formação de palavras, de sentenças, de estrofes, sintaxe, semântica, intenção literária, o contexto histórico etc.

Eu fui originalmente educado na tradição europeia como um estudante de Sándor Eckhardt, Albert Gyergyai, János Györi e Jolán Kelemen na Universidade de Budapeste; antes dos dois anos que estive no Departamento de Francês, a maior influência sobre meu pensamento veio de nosso professor de húngaro e latim na Academia da Igreja Reformada Húngara, Dr. Lajos Lengyel, a quem chamávamos ‘Zeus’. Foi com esse lastro centro-europeu, com base em húngaro, francês, alemão, latim e russo que eu cheguei aos Estados Unidos com 21 anos em primeiro de janeiro de 1957. Na Universidade de Harvard, em que me tornei o primeiro estudante refugiado de minha geração, fiz cursos de francês com René Jasinski e de francês antigo e provençal com o professor F. Solano; no Departamento de Eslavística, fiz cursos com o professor Sechkareff, Hugh McLean, H. G. Lunt e Roman Jakobson. Embora flagrantemente diferentes nos detalhes, Budapeste e Harvard tinham uma coisa em comum: ensinaram-me um saudável respeito pelo texto.

De 1958 a 1960 eu ensinei francês, alemão, latim e russo no Iolani College Preparatory Academy de Honolulu, Havaí. Aqui os meninos de ascendência japonesa, chinesa, havaiana, filipina e portuguesa, além dos do continente americano, tornaram-se meus professores, assim como eram meus alunos. Eu falava húngaro com minha mulher em casa, inglês no trabalho, e ouvia todas as línguas étnicas dos vários povos mencionados bem como uma boa dose de ‘Hawaiian Pidgin’, característico do final dos anos cinquenta e começo dos sessenta. Por essa ocasião, a Ford Foundation me enviou para Yale no outono de 1960; minha mente não era uma ‘tabula rasa’ no que concernia a línguas e seus mais diversos usuários. Meus primeiros poemas haviam sido publicados na Hungria em 1954 e 1955; várias traduções do francês, do francês antigo e do provençal apareceram impressas ou foram lidas na Rádio Budapeste em muitos programas literários. Devo mencionar também meu papel como secretário literário de minha mãe, Rózsa Ignác (1909-1979), autora de cerca de 90 romances e inúmeras

ECO-REBEL

traduções, sobretudo do romeno e do francês. Da idade de 14 a 21, quando deixei a Hungria às vésperas da invasão militar soviética, após a Insurreição Nacional de 1956, eu vivi uma intensa atmosfera literária, com visitas regulares de romancistas, organizadores de livros, diretores de teatro, compositores, pintores, escultores, poetas e tradutores – todos amigos de minha mãe e da família estendida. A língua era vista por essas pessoas como um instrumento, um meio para um fim, o da autoexpressão em um contexto social destinado à comunicação com os outros. Eu acho que não teria me tornado um linguista se tivesse ficado em meu país natal.

As doutrinas estruturalistas de ‘uma vez fonema, sempre fonema’, ‘distribuição complementar’, ‘não seja teleológico’, ‘significado é desimportante’ etc. que pairavam no ar em Yale eram tanto algo a ser tolerantemente aprendido a fim de ver aonde podiam levar quanto uma piada caseira. ‘Você acha que Bernard Bloch acredita em tudo isso?’, costumávamos nos perguntar, algo temerosos e alegres ao mesmo tempo. Logo ficou claro que devíamos ‘agir como se’ essas ideias fossem verdadeiras, uma vez que dizer o contrário significava sair da objetividade, que era a moeda estrangeira no mercado, duramente conseguida, acumulada desde 1880, quando William Dwight Whitney ensinara em Yale. A grande ênfase no indo-europeu, dois anos de sânscrito, védico clássico bem como gótico, velho eslavo eclesiástico e a gramática comparativa do grego e latim com professores como Paul Tedesco, Konstantin Reichardt, Ralph Ward e Warren Coxgill tinha um denominador comum que, de novo, parecia estar de mãos dadas com a experiência Budapeste-Harvard: a importância do texto antigo (escrito). Enquanto nós construíamos sentenças em grego, latim e sânscrito, parecia-nos claramente óbvio que jamais poderíamos nos tornar falantes daquelas línguas, daí a observação semijocosa de Albrecht Goetze de acordo com a qual ‘no começo havia o texto’, sabedoria confiável a ser seguida mais tarde.

Os *slogans* militantes dos convertidos à GGT inicial pareciam interessantes e amedrontadores: interessantes porque eles passaram a fazer os próprios textos; amedrontadores porque, uma vez que o/a linguista se convertia no/a próprio/a informante, o controle da objetividade sobre o que se estava investigando parecia ir pelo ralo. Eu ainda era um estudante de primeiro ano de pós-graduação quando concluí que a questão do dialeto e a relatividade do ‘que é gramatical para que falante’ poderia levar a muitos acidentes e fortificações vulneráveis nos territórios ocupados da GGT. O aparecimento de Sydney M. Lamb na cena no outono de 1964 foi como um golpe de ar

fresco dentro de um mausoléu. De repente, podia-se falar em ‘significado’: ele tinha sido removido da lista de proibições; a possibilidade de discutir sobre computadores se tornou uma realidade; expressões idiomáticas, alusões, trocadilhos, citações e textos literários se tornaram, todos, possíveis áreas de pesquisa, assim como foi a decifração linguística e as sérias discussões sobre os prós e contras a GGT e a alternativa estratificacional. Com a semântica estrutural firmemente estabelecida em Yale sob a batuta de Rulon W. Wells e Floyd G. Lounsbury (os dois eram simpáticos às novas tendências na linguística teórica), o tema que escolhi para minha tese de doutorado foram as expressões idiomáticas inglesas. Meus orientadores foram os professores Wells, Lamb, Lounsbury, Cowgill e Stimson. Quando ela ficou pronta, *Idiom structure in English* (Makkai 1965) se tornou a primeira tese de doutorado em Yale sobre o inglês americano moderno de uma perspectiva estratificacional escrita por um falante não nativo de inglês. Esses foram os três ‘primeiros’ em nossa bagagem, e nem todo mundo ficou alegre ao me ver portando-a. Em 1972 a monografia foi publicada como livro, aumentada de três vezes relativamente ao seu tamanho original.

Por esse tempo, eu estive trabalhando na University of Illinois at Chicago, começando no outono de 1967. Chicago tornou-se um lugar estimulante: a vizinhança com a University of Chicago, James D. McCawley e a semântica gerativa, bem como seus encontros anuais que resultaram nos CLS (Chicago Linguistic Circle), propiciaram frutuosas discussões. Mas o *establishment* da GGT era opressivo, mesmo em suas segunda e terceira versões, e assim aconteceu que em agosto de 1974 LACUS (Linguistic Association of Canada and United States) foi fundada, com a ajuda de M. A. K. Halliday, M. Peter Maher, Valerie Becker Makkai, Jean-Luc Garneau, Peter A. Reich, Robert J. Di Pietro e Fred C. C. Peng. Foi um privilégio meu ter sido seu primeiro *Foundation Executive Director* e Diretor de Publicações, desde o começo, o que dura até o momento em que estou escrevendo este texto. Participaram do movimento autoridades como Bolinger, Pike, Hockett, Lamb, Shaumyan, Garvin e Householder, entre muitas outras. As atas já existentes dos encontros de LACUS preenchem uma estante inteira. Os sócios são de cerca de 23 países de 4 continentes, sendo uma ‘universidade sem paredes’. Foi um privilégio todo especial para mim o ter concebido, dado início e dirigido LACUS – talvez a mais importante experiência acadêmica que eu jamais tive. LACUS não é a sede de nenhum clube de teoria: entre outras coisas, a associação é uma escola de tolerância e boa vontade em um campo

ECO-REBEL

intolerante, pugnaz e com frequência desnecessariamente maldoso, cheio de egos superinflados com asserções bizarras. A ECOLINGUÍSTICA é em grande parte filha de LACUS, a cujos membros (presentes, passados e futuros) este ensaio é dedicado.

Nota

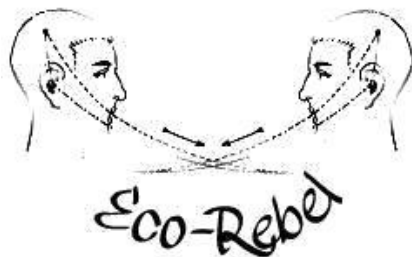
* Este texto foi escrito como introdução a Makkai (1993).

Referências

- ABERCROMBIE, D. Fifty years in phonetics. *ForLing* 5/2, 1980, p. 169-178.
- ALGEO, J. Stratificational grammar. In Makkai; Lockwood (orgs.). *Readings in Stratificational linguistics*. Al.: The University of Alabama Press, 1973, p. 9-14.
- ANTTILA, R. Revelation as linguistic revolution. *The First LACUS Forum*, 1974, p.171-176.
- BEEKMAN, J., Callow, J. *Translating the word of God*. Grand Rapids, MI.: Zonderman, 1974.
- BERGER, P. L.; Luckmann, T. *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. Londres: Penguin Press, 1967.
- Dinneen, F. P. *An introduction to general linguistics*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1967.
- HALLIDAY, M A K. *Language as social semiotic*. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HERRICK, E. M. *Sociolinguistic variation: A formal approach*. Ala.: The University of Alabama Press, 1984.
- KARÁCSONY, S. *Magyar nyelvtan társzélektani alapon* (Hungarian grammar based on social interaction psychology). 1938.
- KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.
- LUCKACS, J. *Historical consciousness*. New York: Harper & Row, 1968.
- MAKKAI, A. *Idiom structure in English*. Tese de Doutorado, Yale University, 1965.
- _____. A pragmo-ecological view of linguistic structure and language universals. *Language sciences* 27, 1973, p. 9-22.
- _____. 1993. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers, 1993.
- NIDA, E. A. *Towards a science of translating with special reference to principles and procedures involved in Bible translation*. Leyden: Brill, 1974.
- SHAUMYAN, S. K. Inaugural thought on the philosophy of linguistics, semiotics, and communication as it relates to a New Philosophy of Physics. *LP* 1, 1983, p. 28-31. YNGVE, V. H. To be a scientist. *The thirteenth LACUS Forum*, 1986. p. 5-25.

[Este texto está também no livro *O paradigma ecológico nas ciências da linguagem: Coletânea de ensaios clássicos e contemporâneos*, Goiânia: Editora da UFG, 2015, organizado por Hildo H. do Couto, Elza K.N.N. do Couto, Gilberto P. de Araújo & Davi B. de Albuquerque).

Texto convidado.



BIODIVERSIDADE E DIVERSIDADE

ETNOLINGUÍSTICA NA AMAZÔNIA

Aryon Dall'Igna Rodrigues (UnB)

Resumo: O objetivo deste artigo é pôr em paralelo a diversidade linguística com a diversidade biológica na região da Amazônia. Até certo ponto a primeira tem a ver com a segunda. Por ser uma região rica biologicamente, é também rica linguisticamente, fato difícil de comprovar, mas que se tenta provar mediante projeções plausíveis. Por ser uma região só acessível mediante o istmo do Panamá, a região desenvolveu fenômenos linguísticos raros, só existentes nela. A obsolescência e morte de línguas em curso acarretará grande perda no conhecimento linguístico, nos níveis fonológico, morfológico, sintático e até semântico.

Palavras-chave: Biodiversidade; Linguodiversidade; Obsolescência linguística; Morte de língua; Amazônia.

Abstract: The objective of this article is to show that there are interesting parallels between biological diversity and language diversity in Amazonia. Up to a certain point, the former has to do with the latter. Once it is rich biologically, it is also rich linguistically, what is not easy to show, unless we use plausible projections. This region is relatively isolated from the rest of the world, being accessible only through the isthmus of Panama. This lead to the development of rare linguistic phenomena, which can be found only here. The consequence of the ongoing language obsolescence and death will be the loss of invaluable language knowledge, at all levels, such as the phonological, the morphological, the syntactic and even the semantic.

Key words: Biodiversity; Languodiversity; Language obsolescence; Language death; Amazonia.

1. Diversidade biológica e diversidade cultural e linguística.

Assim como a diversidade biológica é produto de milhares de anos de evolução, isto é, da interação entre as espécies, de migrações para novos meios ambientes, de adaptação a mudanças climáticas etc., também a diversidade cultural e linguística ou, numa palavra, a diversidade etnolinguística decorre de processos seculares e milenares de dispersão de grupos humanos e de interação de uns com outros e com novos meios ambientes. A língua e a cultura podem ser vistos como fenômenos independentes, já que um indivíduo pode aprender a falar línguas de povos com culturas muito diferentes da

sua e, sendo assim, todo um povo pode adquirir uma segunda língua e, eventualmente, mudar de língua. Não obstante isso, língua e cultura se interpenetram de tal forma, que não se pode conceber uma sem a outra. Sem línguas não poderiam ter-se desenvolvido as culturas humanas, pois as línguas é que permitem não só a transmissão da experiência e dos conhecimentos adquiridos às gerações seguintes, mas também as ações cooperativas que caracterizam a organização dos indivíduos em sociedade. Por outro lado, sendo o código simbólico que permite organizar e fixar na memória os conhecimentos, a língua se impregna a tal ponto da cultura do povo que a fala, que não só sua semântica e seu léxico, mas também sua sintaxe reflete propriedades importantes dessa cultura. Em vista disso, a cada língua corresponde, na realidade, um complexo etnolinguístico, um corpo de hábitos, experiências, conhecimentos, maneiras de ver e de sentir para os quais essa língua tem expressão adequada e imediatamente disponível. Portanto, à diversidade linguística entre os povos corresponde necessariamente uma diversidade cultural, quer se trate de diferenças profundas, quer se trate de variantes culturais menos acentuadas. Se para a Amazônia brasileira pudermos estimar um certo número de línguas antes da penetração dos europeus, deveremos admitir que dessa mesma ordem seria o número de culturas ou de variantes culturais.

2. A diversidade etnolinguística da Amazônia.

Consideremos aqui a diversidade etnolinguística na Amazônia brasileira. Não se sabe o número de línguas existentes nesta região antes da entrada dos europeus. Entretanto, podemos fazer uma primeira estimativa desse número recorrendo ao procedimento que utilizamos para calcular o número de línguas faladas no território brasileiro (Rodrigues, 1993a, 1993b), isto é, pela projeção para a totalidade do território do número de línguas existentes num segmento desse território ainda não afetado ou só pouco afetado pela colonização europeia. Para o território brasileiro utilizamos duas amostragens em áreas diferentes, uma no Brasil oriental e a outra na Amazônia. Precisamente esta última pode ser utilizada para projeção sobre a totalidade do território amazônico brasileiro. Trata-se de um inventário dos povos indígenas que viviam no início do século XVIII entre os rios Tapajós e Madeira, feito por Menéndez (1981), com base em relatos da época. Não se trata de uma amostra ideal, pois a colonização nessa área, embora ainda em estágio incipiente, já poderia ter causado deslocamentos de povos, sobretudo em vista da prática dos missionários jesuítas, nascida no século anterior, de induzir os habitantes de

diferentes malocas a reunir-se em grandes aldeamentos, frequentemente heterogêneos quanto às línguas, para os fins da catequese. Mas essa ainda é, infelizmente, a única amostra que até este momento foi possível identificar. No interflúvio Tapajós-Madeira foram identificados 61 povos e, para dar conta da possibilidade de haver mais de um povo com a mesma língua, foi estimado o número de 45 línguas, com uma redução, portanto, de 25%. Se ainda considerarmos razoável esse tratamento, podemos fazer a projeção desse número, que ocorria numa área amazônica de cerca de 300.000 km², para toda a Amazônia legal, cuja superfície é de aproximadamente 4.000.000 km², o que nos dá perto de 700 línguas. Devemos tomar esse número com bastante cautela, não só pelas razões já assinaladas no outro cálculo - p. ex., não se pode esperar que tivesse sido homogênea a densidade linguística numa área tão grande -, mas também porque contamos com uma só amostra como base para essa projeção. Entretanto, para quem considere exagerado um tão alto número de línguas, recomendamos que veja os dados comparativos com outras áreas tropicais do mundo (da Ásia, da África e da própria América Latina), que apresentamos em nosso estudo sobre a situação linguística do Brasil há 500 anos (Rodrigues, 1993a, 1993b).

3. A importância da diversidade etnolinguística da Amazônia.

A diversidade etnolinguística da Amazônia é importante não só pelo grande número de línguas e, conseqüentemente, de etnias, mas também devido à singularidade de umas e outras. Como linguista, posso falar melhor das línguas que das culturas, mas acredito que o que vou dizer das primeiras será, pelo menos em parte e *mutatis mutandis*, extensível às últimas. A Amazônia é o coração da América do Sul, um continente que permaneceu praticamente isolado do resto do mundo desde seu povoamento há pelo menos 12.000 anos até à chegada dos europeus há cinco séculos. Esse isolamento, condicionado por sua disposição geográfica, com uma única conexão viável pelo Istmo do Panamá, teve como uma de suas conseqüências que as unidades etnolinguísticas que chegaram até este continente, nele passaram a evoluir interagindo entre si, mas sem contacto com os povos dos demais continentes. Essa situação não só impediu ou, pelo menos, reduziu consideravelmente a incorporação de inovações surgidas nos outros continentes, mas favoreceu o surgimento de novidades culturais e linguísticas que ficaram restritas à América do Sul, não tendo podido propagar-se às demais partes do mundo. Se isto parece plausível para todo este continente, tanto mais o será para a sua

parte mais central, que é a Amazônia.

3.1. Especificidades linguísticas na Amazônia.

No que tange mais particularmente às línguas, a previsível ocorrência de fenômenos novos ou raros vem-se confirmando paulatinamente, na medida em que se estende e se intensifica a investigação científica das línguas amazônicas. Nos vários planos estruturais dos sistemas linguísticos e também nas situações de uso social das línguas encontram-se fenômenos antes desconhecidos, alguns dos quais têm levado à revisão de generalizações teóricas feitas sem seu conhecimento.

3.1.1. Fenômenos fonéticos. Assim, no nível puramente fonético, foram registrados na Amazônia alguns sons linguísticos não reportados fora desta região e outros raramente encontrados alhures, em geral no próprio continente americano. No primeiro caso está um som consonantal da língua Pirahã, falada junto a um dos afluentes do rio Madeira, no Estado do Amazonas. Este som (aqui representado por D) é produzido com o mesmo movimento inicial da língua com que se faz o nosso *r* de *arara*, mas abaixando-se as bordas laterais desse órgão e projetando-se a ponta do mesmo para fora da boca por entre os dentes e os lábios: em terminologia técnica, um *flap* (“vibrante simples”) lateral alvéolo-labial sonoro. No segundo caso, o de sons não exclusivos desta área geográfica, mas raríssimos como sons linguísticos, está a consoante vibrante bilabial sonora B, também presente no Pirahã, e sua contraparte surda, isto é, sem vibração das cordas vocais, mas só com a vibração dos lábios, P, que se encontra na língua Arára da família Karíb, no baixo Xingu. A língua Suruí ou Paitér do oeste de Mato Grosso (família Mondé) tem um som até agora observado só nela, uma consoante fricativa lateral surda interdental L (e não alveolar, como a que tem sido descrita para muitas outras línguas).

3.1.2. Fenômenos fonológicos. Do ponto de vista fonológico, isto é, da economia dos sons, o Pirahã também é particularmente notável. Seu sistema consonantal é um dos mais anárquicos que se conhecem, muito pouco configuracional. Por exemplo, o som oclusivo velar [k], que por si só não constitui um fonema, ocorre como variante tanto do fonema oclusivo labial /p/, como do oclusivo dental /t/ e, ainda, do oclusivo glotal /ʔ/ e do fricativo /h/: pode-se dizer que o som [k] é, no sistema fonológico do Pirahã, uma espécie de coringa dos fonemas consonantais surdos, sem individualidade própria.

Nesse sistema há também dois fonemas consonantais sonoros, um labial /b/ e o outro não-labial /g/. Ambos têm uma variante nasal e outra líquida, mas enquanto para /b/ essas são da mesma qualidade labial, [m] e [B], respectivamente, para /g/, que é velar, elas não são velares, mas dentais, [n] e [L], respectivamente. Assim, para os fonemas consonantais, tanto surdos quanto sonoros, prevalece a oposição entre labiais (/p/ e /b/) e não labiais (/t/ e /g/). Outros fenômenos fonológicos de interesse teórico descobertos em línguas amazônicas incluem segmentos fonológicos complexos, com até três fases sucessivas de realização fonética, como no Yuhúp (fam. Makú) da bacia do rio Negro, no Estado do Amazonas, e o Karitiána (fam. Arikém) no Estado de Rondônia; a produção de sons nasais em contacto com fonemas assilábicos glotais, como em Pirahã (fam. Múra) e em Mawé (fam. Mawé, tronco Tupí) no baixo Tapajós, e, inversamente, a glotalização de vogais em contacto com consoantes nasais em Tuparí (fam. Tuparí) na bacia do Guaporé, em Rondônia; etc.

3.1.3. Fenômenos gramaticais. Embora até os anos 70 se considerasse um princípio universal a construção de orações negativas mediante o acréscimo de um ou mais morfemas de negação às afirmativas correspondentes, portanto por um aumento de substância, uma língua de Rondônia, o Karitiána (fam. Arikém) produz orações negativas mediante a supressão das marcas de aspecto e tempo no verbo, portanto por redução de substância. Outro suposto princípio universal foi desfeito nos anos 70 pelo estudo de mais uma língua amazônica. Com base no exame de línguas dos outros continentes, tipologistas haviam concluído que não existiam línguas em que a ordem básica das orações transitivas tivesse o objeto direto nominal em primeira posição. Entretanto, o Hixkaryána (fam. Karíb), no rio Nhamundá no Amazonas, desfez essa conclusão. Entre outros fenômenos gramaticais únicos ou incomuns podemos citar a incorporação de posposições no sintagma verbal em Panará (fam. Jê), hoje na bacia do Tapajós, no Pará, e em Nadêb (fam. Makú), na bacia do rio Negro, no Amazonas; a incorporação recursiva de nomes no sintagma verbal do mesmo Nadêb; a referência alternada (*switch reference*) (isto é, a sinalização de argumentos com referentes idênticos ou diferentes) não apenas no sujeito de orações coordenadas ou subordinadas, mas também no objeto direto e nos complementos indiretos destas, como em algumas línguas da família Tupí-Guaraní; etc.

Considerando que o conhecimento das línguas amazônicas é ainda muito limitado, pois a maioria delas não foi estudada cientificamente e muito poucas das estudadas têm sido objeto de pesquisas mais continuadas e mais profundas, podemos antever que mais fenômenos linguísticos ainda não detectados podem existir e que alguns deles podem ter importância crítica para o melhor conhecimento da linguagem e da mente humana.

4. Os grandes rios amazônicos: vias de progresso, vias de destruição.

Sendo a maior bacia hidrográfica, a Amazônia se constituiu uma enorme rede de vias de transporte e comunicação. Antes da chegada dos europeus essas vias serviram para os povos indígenas não só se expandirem, mas também comerciarem, intercambiando os produtos de suas experiências diferenciadas, guerrearem, disputando as melhores condições de vida, e associarem-se, criando condições de melhor domínio do meio ambiente. Com o uso das tecnologias e das ideologias por eles desenvolvidas esses povos puderam deslocar-se, fazer intercâmbios culturais, atacar e defender-se, preservar sua saúde física e mental e sentir-se protagonistas de uma vida plena de sentido. Ao longo da principal via de comunicação puderam desenvolver-se os grandes cacicados observados pelos primeiros europeus que desceram ou subiram o rio Amazonas e de cuja cultura nos dão alguma ideia os restos de cerâmica artística hoje estudados pelos arqueólogos. Entretanto, com o advento dos europeus, esse mesmo grande rio e seus afluentes se tornaram vias de destruição para os povos indígenas, dando acesso a uma nova gente dotada da tecnologia do ferro e da pólvora e possuidora de uma ideologia de conquista e acúmulo de bens materiais, de exploração da força de trabalho alheia e de imposição de suas próprias ideias e crenças. Os grandes cacicados já nos primeiros decênios de confronto com os Portugueses tinham desaparecido todos, de tal modo que ficou difícil, até recentemente, acreditar-se que tenham existido. Que povo teria produzido a cerâmica marajoara, que outro povo teria feito a cerâmica de Santarém? Que línguas teriam falado esses povos? Dois séculos após a entrada dos europeus, as duas margens do longuíssimo Amazonas estavam praticamente vazias de povos indígenas, e assim estavam também os baixos cursos da maioria de seus afluentes. E nessa enorme área já não se falavam mais as línguas indígenas, mas aí imperava somente a Língua Geral Amazônica, herança dos mamelucos do século XVII convertida em língua comum de toda a população não indígena e instrumento da cultura cabocla,

que incorporou os traços básicos da cultura europeia ocidental associados a elementos de diversas culturas indígenas.

4. Perda linguística, perda cultural.

O processo de exploração colonial da Amazônia, essencialmente espoliativo, causou a extinção da maioria das etnias e das línguas indígenas. Se para o momento de início desse processo podemos estimar cerca de 700 línguas e, naturalmente, outras tantas etnias na Amazônia brasileira, hoje contamos nesta não mais que 140 línguas, ou seja, apenas 20%. Isto implica no desaparecimento, em 400 anos, de mais de 500 povos diferenciados não só por suas línguas, mas certamente também por suas culturas. Pouco importa que se possa supor que muitas dessas culturas e dessas línguas devem ter tido muito de comum entre si; a destruição foi tão grande, tão enorme, que é impossível imaginar o que desapareceu para sempre e se perdeu definitivamente para o conhecimento da humanidade, no fundo, o que se perdeu de humanidade.

Os povos sobreviventes são, em sua maioria, os que estavam mais afastados das principais vias de penetração dos exploradores e dos catequizadores, alguns dos quais, mais recentemente se deslocaram para os vazios criados pelas ações de extermínio e escravização, as *guerras justas*, ou pelas operações de *descimento*, isto é, de remoção para os pontos de concentração criados pelo sistema colonial, que eram os grandes aldeamentos missionários. Muitos desses povos estão hoje em situação muito precária, com suas línguas moribundas, como os Xipáya e os Kuruáya no baixo Xingu, os Kanoê, os Arikapú, os Puruborá e outros em Rondônia, os Tariána no alto rio Negro etc. Em alguns casos a língua está moribunda porque seus falantes jovens, diante de pressões e apelos externos, estão usando preferencialmente ou exclusivamente outra língua, agora em geral o Português; em outros casos, é o próprio povo que está no fim, reduzido a uma ou duas famílias, quando não a um ou dois indivíduos – com a morte destes a língua terá cessado de existir. Para outras línguas o termo “moribundo” seria exagerado ou muito pessimista. Há povos amazônicos que hoje têm um contingente populacional reduzido a poucas dezenas de pessoas, mas que não obstante isso mantêm um controle saudável de sua língua, que continua sendo sistematicamente a primeira de seus filhos. Populações pequenas podem manter-se demograficamente estáveis por várias gerações, como se observa em alguns povos do alto Xingu, ou podem mesmo, superadas as condições que determinaram sua redução, crescer substancialmente e afastar-se do risco

de extinção. É bem conhecido o caso do povo Tapirapé, em Mato Grosso, que, graças a uma intervenção externa positiva em momento de crise aguda, teve seu contingente populacional elevado de 50 para 400 pessoas em cerca de cinquenta anos, sendo todas essas pessoas falantes ativas de sua língua. Nem sempre, porém, a estabilidade demográfica implica em estabilidade linguística. Em regra, as populações pequenas sofrem mais fortes injunções negativas com respeito a sua cultura e a sua língua e mais rapidamente são levadas a abandoná-las. Às vezes, entretanto, dadas outras circunstâncias, populações maiores são mais afetadas pelos fatores negativos externos. É, por exemplo, o caso dos Múra da região de Autazes, no baixo Madeira, cuja população hoje remanescente é de 1.400 pessoas, as quais não falam mais a língua Múra, em contraste com seus parentes étnicos, os Pirahã (também chamados Múra--Pirahã), no Maici, afluente do alto Madeira, que são apenas 150 indivíduos, que ainda conservam seu idioma.

5. Línguas ameaçadas.

No mundo globalizante de hoje consideram-se línguas ameaçadas de extinção aquelas que têm menos de 100.000 falantes. Por esse critério todas as línguas indígenas do Brasil estão entre as mais ameaçadas. A língua com maior número de falantes na Amazônia brasileira é a dos Tikúna ou Tukúna, um povo com uma população de cerca de 23.000 pessoas estabelecidas ao longo do rio Solimões desde a foz do Jutai até a fronteira com o Peru e com a Colômbia (há mais cerca de 4.500 Tikúna no Peru e outros tantos na Colômbia). O número médio de falantes por língua na Amazônia Legal está hoje em cerca de 1.000. Entretanto, como há números bem superiores a esse, há também os muito inferiores. Se, para um programa de pesquisa urgente urgentíssima, que se faz necessário, priorizarmos as línguas faladas por não mais de 200 pessoas, teremos um universo de 61 línguas amazônicas, das quais 28 têm sido estudadas, algumas de maneira mais completa, outras só parcialmente, enquanto que as demais 33 ainda não foram objeto de estudo. Nestes últimos dez anos morreram os últimos falantes de Kokáma no Brasil (pode haver ainda alguns velhos no Peru ou na Colômbia), que foram os informantes de Ana Suelly Cabral no Solimões; morreu o último falante de Baré identificado no Brasil (pode haver algum ainda na Venezuela), que foi o informante de Christiane de Oliveira no alto Rio Negro; não tenho conseguido notícias nos últimos anos do último falante da língua Máku, com o qual trabalhamos eu e Iraguacema Maciel

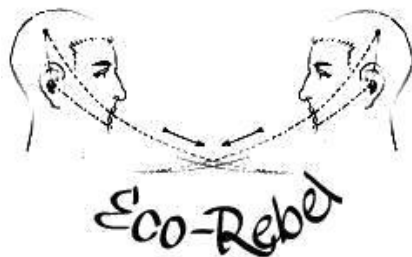
em Roraima. No Pará, das línguas Anambé, Kuruáya, Xipáya só há falantes idosos, os sobreviventes do povo Amanayé só lembram expressões soltas de sua língua. É como se as línguas estivessem – e estão – desaparecendo diante de nós. E as iniciativas para organizar um programa de pesquisa linguística urgente falham pela falta de recursos financeiros, pela indiferença e incompreensão até nos meios universitários e pela falta de pesquisadores bem treinados. Não só é urgentíssimo documentar as línguas que estão mais imediatamente ameaçadas de desaparecimento, mas é essencial também que se promovam ações adequadas para assegurar a sobrevivência das demais línguas e a adaptação das respectivas culturas às novas situações, sem que isso implique em pura desvalorização e eliminação dos conhecimentos de toda ordem adquiridos e consolidados ao longo de séculos.

Referências

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* v. 9, n. 1, 1993a, p. 83-103.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Ciência Hoje* v. 95, 1993b, p. 20-26.

Texto convidado.



LINGUÍSTICA ECOSISTÊMICA

Hildo Honório do Couto (UnB)

R e s u m o : O objetivo principal deste artigo é apresentar a versão brasileira da ecolinguística, chamada linguística ecossistêmica (LE). O nome se deve ao fato de ela partir do conceito central da ecologia, o ecossistema, para erigir seu arcabouço epistemológico. O conceito central do ecossistema é o de interações, motivo pelo qual o núcleo da LE é a ecologia da interação comunicativa (diálogo). Esta, por sua vez, se dá no interior de um ecossistema linguístico, como comunidade de fala que se encontra no interior de uma comunidade de língua. O artigo mostra que a LE não usa conceitos da ecologia como metáforas. Pelo contrário, ela é ecologia linguística, não linguística ecológica. Seus praticantes são ecólogos que estudam fenômenos da linguagem, não linguistas que estudam esses fenômenos linguísticos auxiliados pela ecologia. A LE vê seu objeto holisticamente. Ela parte da visão ecológica de mundo, a partir da qual se pode estudar todo e qualquer fenômeno da linguagem, tanto da exterioridade (exoecologia linguística) quanto da interioridade (endoecologia linguística). Na primeira está incluída a análise do discurso ecológica.

P a l a v r a s - c h a v e : Língua; Ecologia; Linguística Ecossistêmica; Ecologia da interação comunicativa.

A b s t r a c t : The main objective of this article is to present the Brazilian version of ecolinguistics, called ecosystemic linguistics (EL). Its name is due to the fact that it departs from the central concept of ecology, ecosystem, in order to build its epistemological foundations. The central concept of the ecosystem is interaction. For this reason, the kern of EL is the ecology of communicative interaction (dialogue). This, on its part takes place inside a linguistic ecosystem, as a speech community which generally belongs to a larger language community. The article also shows that EL does not use ecological concepts as mere metaphors. On the contrary, it is linguistic ecology, not ecological linguistics. Its practitioners are ecologists studying linguistic phenomena, not linguists dealing with language phenomena using ecological concepts as metaphors. EL sees its object holistically. It departs from the ecological view of the world, from which one can study both external (linguistic exoecology) and internal language phenomena (linguistic endoecology). The former includes ecological discourse analysis.

K e y w o r d s : Language; Ecology; Ecosystemic linguistics; Ecology of communicative interaction.

0. Introdução

De acordo com uma concepção que recua a Haugen (1972), **ecolinguística** é o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Essa definição suscita pelo menos três questões, que são 1) o que é língua, 2) o que é meio ambiente da língua, 3) de que natureza são as relações entre língua e meio ambiente. Poderíamos perguntar ainda 4) se se trata de ‘meio ambiente’ da língua

(posição de Haugen) ou do ambientalismo. Cada uma dessas questões pode ser objeto de um tratado inteiro. A despeito de Haugen ser considerado o pai da disciplina, sua definição apresenta alguns senões. Primeiro, porque ele reconhece apenas o meio ambiente social da língua, sendo que há pelo menos quatro, como veremos ao longo da discussão. Segundo, sua concepção de língua reifica-a, considerando-a uma coisa que se relaciona com o respectivo meio ambiente. Terceiro, como quase todos os ecolinguistas europeus, ele usa conceitos ecológicos como metáforas, que transporta para os estudos da linguagem. Veremos que a língua é interação, e essa interação se dá no seio do ecossistema linguístico.

Com isso, entramos no âmago da questão que interessa neste artigo, a vertente da ecolinguística chamada de **linguística ecossistêmica**. Veremos que, como ela é parte da ecologia geral ou macroecologia, seu praticante não traslada metaforicamente conceitos da ecologia biológica para os estudos linguísticos. O que ele faz é ecologia, diretamente, ele é um ecólogo que faz **ecologia linguística**, outro nome para ecolinguística, aliás, como já sugere o título de Haugen (1972). Assim como na ecologia biológica o conceito central da linguística ecossistêmica é o de ecossistema, o ecossistema linguístico.

A visão ecológica representa uma virada nos estudos da linguagem, que se põe em sintonia com os achados da teoria da relatividade e da mecânica quântica, surgidas a partir da década de vinte do século passado. Como Frifjof Capra tem tentado mostrar, isso se insere no novo paradigma ecológico para as ciências (cf. Capra, 1998). Por incrível que pareça, um dos modelos teóricos da linguística mais proeminentes e que está na berlinda há quase sessenta anos, a gramática gerativa, fica no nível da mecânica clássica de Newton e, explicitamente, da filosofia racionalista de Descartes. Não assimilou nada da nova maneira de ver o mundo introduzida por essas ciências. A linguística ecossistêmica está sincronizada não só com elas, mas com avanços posteriores, como teoria dos sistemas complexos, teoria do caos, os fractais etc.

1 Ecologia e ecossistema

O objeto do presente capítulo é a variante da ecolinguística conhecida como linguística ecossistêmica, palavra cujo prefixo (eco-) aponta para o fato de se tratar de uma disciplina que tem a ver com o ramo da biologia chamado de ecologia. **Ecologia** tem sido definida como sendo o estudo científico das interações entre os organismos de determinada área e seu meio ambiente, bem como as interações entre organismos. Odum (1971: 3), acrescenta que há uma ênfase na concepção dessa ciência como sendo o estudo da estrutura e função da natureza. Acrescenta que ela poderia igualmente ser chamada de biologia ambiental. Com isso, praticamente já estamos nos aproximando do conceito central da ecologia, o **ecossistema**. Tanto que poderíamos perfeitamente chamá-la ‘ecossistêmica’, em vez de ‘ecologia’. Isso porque a definição de

ECO-REBEL

ecossistema coincide com a do objeto da ecologia recém-apresentado. Por outro lado, mantendo o termo 'ecologia', poderíamos defini-la como sendo o estudo dos ecossistemas.

O ecossistema é constituído pelas inter-relações, ou interações, entre os organismos de uma determinada área e seu *habitat*, meio, meio ambiente, biótopo, entorno ou território, dependendo do ponto de vista e até das preferências do investigador. Essas interações podem se dar tanto entre os organismos vivos e o seu meio quanto entre quaisquer dois organismos. Mais adiante veremos que distinguir os dois tipos de interação é importante na ecologia linguística. Podemos representar o esquema do ecossistema como se vê na figura 1.

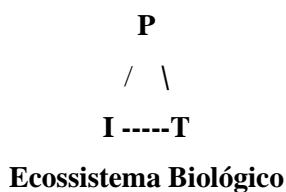


Fig. 1

A figura 1 deve ser lida da seguinte maneira: uma população (P) de organismos vivos, e suas inter-relações, ou interações (I), com seu *habitat* ou território (T). A linha segmentada entre I e T mostra que não há relação, ou interação direta entre I e T, mesmo porque I é interação, uma abstração. Trata-se das interações que se dão entre membros de P, ou entre a e T. O fato de I estar ligado diretamente só a P mostra que ele representa as interações entre P e T, bem como entre membros de P. Um modo de apresentar isso mais explicitamente é mediante a linearização da figura: I—P—T. I só se relaciona com T via P, o que tem consequências importantes para o ecossistema linguístico.

Se ecossistema é o conceito central da ecologia, **interação** é o conceito central do ecossistema. Para o ecólogo, o que interessa no ecossistema não é diretamente a população de organismos, uma vez que eles são objeto da biologia e, talvez, da genética e da anatomia. Tampouco é o *habitat* em si que importa. Na verdade, o foco de atenção são as inter-relações que se dão no interior do ecossistema, tanto as inter-relações, ou interações, que se dão entre organismos e mundo quanto as que se dão entre os indivíduos que compõem a população. Veremos que, nos estudos linguísticos, as interações organismo-território equivalem à **referência** enquanto que as interações organismo-organismo correspondem à **comunicação**. Já foi dito que a ecologia está em sintonia com as descobertas da ciência moderna, como a teoria da relatividade e a mecânica quântica, de acordo com as quais o mundo como um todo é uma imensa teia de inter-relações. Daí haver afinidades com vertentes mais atuais dessas disciplinas, tais como a teoria dos sistemas, os sistemas complexos, as estruturas dissipativas de Prigogine e, às vezes, até mesmo com os fractais (como na iteração que se vê na construção de frases). Enfim, a questão da

ECO-REBEL

interação estará presente na definição de todas as demais características do ecossistema que serão discutidas logo em seguida.

No caso da língua, a visão ecossistêmica nos mostra que ela é basicamente interação. As interações que a compõem se dão no interior do ecossistema linguístico, sendo que cada parte pode ser encarada como um ecossistema por si. Ora, se é 'ecossistema', é sistema, logo, está de certa forma estruturado. A diferença em relação à visão clássica é que se trata de uma estrutura dinâmica e aberta, uma 'estrutura dissipativa'. Vejamos mais algumas propriedades e/ou características do ecossistema que são relevantes no estudo de fenômenos da linguagem.

Um primeiro traço de importância fundamental para o ecossistema é a **diversidade**, de organismos e de entorno. Quanto mais variedades de espécies houver em seu interior, mais sólido ele será; quanto menos espécies, mais frágil. Por exemplo, um ecossistema como o do bioma amazônico é altamente resistente, uma vez que o desaparecimento de uma espécie poderá ser suprido por uma das milhares de outras que convivem em seu interior. Um ecossistema que conste de apenas três ou duas espécies (por exemplo, apenas com uma espécie de planta, uma de herbívoro e uma de carnívoro) fatalmente desaparecerá se uma delas desaparecer. Desaparecendo os carnívoros, os herbívoros se proliferarão ao ponto de devorarem toda a erva existente, com o que também eles desaparecerão. Desaparecendo os herbívoros, não haverá alimento para os carnívoros, com o que se extinguirão. Se toda planta morrer, todos morrerão juntos com ela. Isso vale não só na natureza, mas também na cultura, aí inclusa a linguagem. Por exemplo, se a Índia tivesse uma única língua, como o hindí, seria muito mais pobre culturalmente do que é com suas mais de 16 línguas oficiais e muitas outras menores.

A **reciclagem** dos próprios recursos é uma propriedade de vital importância para os ecossistemas biológicos. Como acabamos de ver, o herbívoro come a planta e é comido pelo carnívoro. Ambos morrem e a matéria de seus corpos é transformada em nutrientes para as plantas de novo pelos decompositores. Assim sendo, os nutrientes e outros elementos são reaproveitados ao longo de toda a cadeia, embora a energia se dissipe em cada estágio. Esse aproveitamento da matéria é cíclico. Na língua, onde se pode ver a reciclagem de recursos mais claramente é na endoecologia. Por exemplo, "elementos" como 'fonemas' são reciclados a todo instante para formar novas sílabas. O mesmo se dá com os 'morfemas', as 'palavras' etc. Mas, as estratégias interacionais também são reutilizadas, recicladas. E assim por diante.

Uma outra característica do ecossistema é o que se poderia chamar de **abertura**, para a qual já se usou também o conceito de porosidade. Tanto ela quanto ele têm muito a ver com as já mencionadas estruturas dissipativas. Todo ecossistema troca matéria, energia e informação com os ecossistemas adjacentes. Há um fluxo constante entre eles, quando não pelo fato de não estarem separados por fronteiras claramente delimitadas. O ecossistema é delimitado pelo observador, que estabelece uma linha imaginária separando o segmento que deseja investigar do

restante da imensa teia que é a natureza. Mesmo assim ele é estruturado, é um sistema, quando não porque é ecossistema. As interações que se dão em seu interior seguem alguns princípios, elas não inteiramente aleatórias, começando pela cadeia trófica.

Após delimitado, o ecossistema é encarado em sua totalidade. O investigador leva em conta tudo que interage em seu interior, donde a propriedade conhecida como **holismo**. Isso se dá mesmo quando ele se debruça sobre o comportamento de uma única espécie e até mesmo de um único espécime. Ele estuda as inter-relações que esse espécime (ou essa espécie) mantém no interior de 'todo' o ecossistema que delimitou. Enfim, pelo fato de o mundo como um todo ser a imensa teia de inter-relações que é, o ecólogo investiga o que se passa no interior do ecossistema (por ele delimitado) como um todo, não apenas com o que se passa em um pequeno trecho dele. No caso da língua, há inter-relação da sintaxe com a entoação, para não dizer com a morfologia, com a fonologia e com o léxico, por exemplo, por mais que a gramática gerativa queira negá-lo. A sintaxe tem a ver até mesmo com a ecologia da interação comunicativa.

A ideia de **adaptação** é muito importante para a sobrevivência das espécies e de cada espécime de organismo que as compõe. Darwin havia enfatizado a 'competição' e a 'sobrevivência do mais forte'. No entanto, estudos mais recentes têm demonstrado que as espécies que têm mais chances de sobreviver são justamente as que mais se adaptam às novas circunstâncias. Dizem que um bom exemplo é a barata. Ela é uma das espécies mais antigas e, provavelmente, uma das poucas que sobreviveriam a uma catástrofe atômica. Tudo isso porque ela é altamente adaptável. A contraprova são os dinossauros que, por serem pouco adaptáveis, provavelmente unívoros, desapareceram. Na dinâmica da língua a adaptação pode ser vista na interação comunicativa, em que o falante procura se expressar como acha que o ouvinte entenderia e o ouvinte procura interpretar o que ouviu como acha que é o que o falante quis dizer. Aprender língua é adaptar-se, línguas transplantadas se adaptam ao novo contexto e assim por diante.

A **evolução**, em ecologia conhecida como 'sucessão ecológica', é uma outra característica ineludível do ecossistema. Na verdade, ela tem muito a ver com adaptação. Adaptar-se é evoluir, evoluir é adaptar-se. O nascimento, envelhecimento e morte de um organismo ou de uma espécie é evolução, que não tem uma teleologia. Ela se dá ao acaso, mesmo que no sentido da teoria do caos. O mesmo acontece com a língua. Como disse Coseriu (1979), a língua existe porque muda, ela não pode funcionar senão mudando. Até na aprendizagem da língua dos pais pela criança (aquisição de L1) há mudança, pois, como disse Mufwene (2001), ela sempre replica de modo imperfeito a linguagem deles, o que acarreta evolução. Uma língua que não mudasse, como querem os gramáticos normativistas, morreria em poucas gerações, uma vez que não se adaptaria, não serviria mais como meio de comunicação no novo contexto. Enfim, a evolução parece ser o verso da moeda cujo reverso é a adaptação.

ECO-REBEL

Por fim, existem ainda pelo menos mais duas outras características, que têm a ver com nossa postura em relação ao ecossistema como algo que contém vida. Uma delas é a **visão de longo prazo**. Como já se disse, a natureza não tem pressa. Portanto, não faz muito sentido falar-se em 'proteção da natureza', 'defesa do ecossistema tal' etc. Ela segue seu curso conosco ou sem nós. O que fizermos com ela (ou nela) agora, mesmo que nos pareça anódino, poderá ter consequências daqui a muitos anos. Por exemplo, ninguém sabe se haverá uma reação dela à retirada voraz de óleo (petróleo) de suas entranhas. Hoje não percebemos nenhuma consequência disso, mas, quem pode garantir que não haverá alguma em um século, ou até em cinquenta anos? Muitos dos devastadores de florestas e do cerrado atuais, para criar gado de leite e de corte bem como para plantar grãos, poderão dizer no futuro: 'Ah, se eu soubesse disso naquela época!' Mas, aí será tarde demais. Portanto, para nossa própria sobrevivência é bom pensarmos a longo prazo. O que parece desejável numa perspectiva de curto prazo pode mostrar-se desastroso no longo prazo. Como disseram os cientistas no IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática da ONU) em 2013, em cem anos a temperatura poderá aumentar em quatro graus, e com o derretimento do gelo ártico o nível da água do mar poderá elevar-se até 30 centímetros.

Um setor em que a perspectiva de longo prazo certamente deve ser observada é o da política e do planejamento linguístico. Os administradores da Índia gostariam de ter o hindi como língua oficial de todo o país, mas os falantes das demais línguas não concordam. Com isso, adotaram o inglês provisoriamente. Só que, como a rejeição ao hindi persiste no sul do país, o inglês continua como língua oficial paralela a ele. Na China, há diversas línguas, tais como o cantonês, o hakka e outras, mas as autoridades querem fazê-las passar por "dialetos" e impor o mandarim como "a" língua da China. Com a conhecida persistência chinesa, vendem a ideia de que é o mandarim que é a língua do país, mesmo que não haja falante nativo dele em muitas regiões. A longo prazo essa política centralizadora certamente dará resultados.

A visão de longo prazo está intimamente associada a outra ideia que os gestores do meio ambiente e os humanos em geral precisam ter sempre em mente, que é a de **sustentabilidade**. Ela emergiu no contexto da Conferência de Estocolmo sobre meio ambiente (1972), resultando bem mais tarde no chamado Relatório Brundtland - Nosso Futuro Comum (1987). Basicamente, recomenda-se que o desenvolvimento para satisfazer as necessidades das gerações presentes não pode comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Já que o "desenvolvimento" é inevitável, que ele seja pelo menos sustentável, ou sustentado. Em Fill, Penz; Trampe (2002) há pelo menos o ensaio de Peter Finke e o de Richard Alexander tangenciando a questão. Fill; Penz (2007) anuncia já no título (*sustaining language*) que trata da sustentabilidade no domínio linguístico. Trampe (este volume) fala de outras características e/ou propriedades do ecossistema.

É importante ressaltar que a língua faz parte de um ecossistema, que é sua **exoecologia**, mas contém ecossistemas em seu interior, sua **endoecologia**, para usar a terminologia de Makkai (1993). Na exoecologia linguística entrariam as relações entre as línguas, entre língua e usuários, bem como entre língua e território (ou língua e mundo). As relações endoecológicas são basicamente o que se tem chamado de 'sistema da língua'. Assim, teríamos, entre outros, o 'ecossistema sintático', o 'ecossistema morfológico', o 'ecossistema fonológico' e, talvez, o 'ecossistema fonético', como se faz na linguística neurocognitiva (Lamb, 1966; Makkai, 1993; Couto, 1982). Fala-se até mesmo em 'ecologia da gramática' (Steffensen, 2008), 'ecologia do texto' etc. Levando-se em consideração que o léxico de uma língua é estruturado (em campos semânticos, por exemplo), possivelmente podemos falar em 'ecologia do léxico'.

2 Ecossistema, interação, língua

Vimos que no interior do ecossistema o que interessa são as interações, não os organismos nem seu meio, *habitat* ou território. No caso da língua é a mesma coisa. O que interessa não é o só o léxico nem só a gramática. Para falar a verdade, tampouco léxico e gramática são o centro de interesse para a ecolinguística e, com muito mais razão, para a linguística ecossistêmica, assim chamada por por tudo nela emergir do e imergir no ecossistema. Ela é uma linguística de base epistemológica fundamentalmente ecossistêmica.

Vimos que as interações que se dão no interior do ecossistema biológico podem ser de dois tipos: 1) interações organismo-território, 2) interações organismo-organismo. Na linguística ecossistêmica não é diferente. Primeiro, porque para ela a língua é o equivalente das interações. Ela equivale ao I da figura 1. Pondo 'indivíduo' humano no lugar de 'organismo' e 'mundo' no lugar de 'território', temos os dois tipos fundamentais de interação que se dão no interior do ecossistema linguístico. A **interação indivíduo-mundo** equivale é à **significação**, às vezes também chamada de referência denotação, denominação etc. A **interação indivíduo-indivíduo** equivale à **comunicação**, à interação comunicativa. Para falar em termos tradicionais, aí temos as duas "funções" fundamentais da língua, que são a de expressão do pensamento e a de comunicação, respectivamente.

Para o que aqui interessa, pode-se dizer que existem duas concepções de língua, a formalista e a interacionista. O **formalismo** a vê como um organismo (ou uma estrutura) composto de peças cujas interações o linguista deve explicar. É o que faz o estruturalismo, sobretudo a forma radical a que chegou sob o nome de gramática gerativa. Esse modelo está preocupado apenas com o sistema, deixando o uso de fora. O **interacionismo** faz justamente o contrário, partindo do uso ou da comunicação (interação comunicativa) e, uma vez que o sistema é importante para ela, também ele é levado em consideração, não como ponto de partida, mas de chegada, como auxiliar da comunicação.

ECO-REBEL

Paralelamente ao ecossistema biológico mostrado na figura 1, temos o ecossistema linguístico, representado na figura 2.

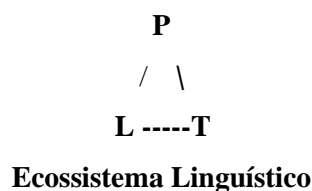


Fig. 2

A figura 2 mostra que o **ecossistema linguístico** é composto de uma população ou povo (P), vivendo em seu território (T) e interagindo verbalmente mediante sua própria língua (L). A linha segmentada entre L e T visa a salientar que não há relação direta entre língua e mundo, aqui representado por T. Essa relação é sempre mediada por P. Na seção 4, veremos que esse ecossistema pode ser encarado de pelo menos quatro perspectivas, dependendo do aspecto da linguagem que queiramos salientar.

A equivalência entre o I do ecossistema biológico e o L do ecossistema linguístico nos lembra pela enésima vez que a língua não é mero sistema, que serve de instrumento para a expressão do pensamento ou para a comunicação. Nem mesmo a maioria dos modelos interacionistas dá conta desse fato, uma vez que, para eles, a língua é “instrumento” de comunicação. Para a linguística ecossistêmica, ela é a própria comunicação. Mais uma vez, temos uma prova de que o que fazemos é ecologia, mais especificamente, **ecologia linguística**, outra designação para ecolinguística. Esse assunto será tratado na seção seguinte.

3 Ecologia linguística e linguística ecológica

Fill (2001) fala de duas tendências no que tange às relações entre língua, de um lado, e meio ambiente ou ecologia, de outro. Uma delas, iniciada com Haugen, parte da ecologia e transfere alguns de seus conceitos metaforicamente para os estudos da linguagem. A outra, iniciada com Halliday (2001), faria o percurso contrário; investiga o impacto da língua nas questões ambientais. Trata-se de uma questão de fundo na ecolinguística, qual seja, o uso que se faz de conceitos ecológicos nos estudos linguísticos. Infelizmente, porém, eles mostraram a questão apenas parcialmente, uma vez que em nenhum dos dois casos a língua é vista como um fenômeno realmente ecológico. As duas perspectivas reificam a língua. A de Haugen pressupõe uma “coisa” língua relacionando-se com seu meio ambiente. A de Halliday investiga a “coisa” língua a fim de averiguar como ela influencia a coisa meio ambiente.

A linguística ecossistêmica tem uma postura radicalmente diferente. Para ela, o estudo “ecológico” dos fenômenos da linguagem não se confunde com nenhuma dessas duas posições;

ECO-REBEL

sequer com as duas em conjunto. Como vimos ao mostrar as homologias entre o L de língua e o I das interações ecológicas, o que o linguista ecossistêmico faz não é transportar conceitos da ecologia metaforicamente e inseri-los na linguística. Pelo contrário, ele faz ecologia diretamente, seu objeto de estudo é um ecossistema, no caso, **ecossistema linguístico**, que tem todos os componentes do ecossistema biológico (LPT, IPT). Assim, temos a ecologia geral ou **macroecologia**, que estuda todo e qualquer fenômeno ecológico, subdivida em ecologias regionais. Entre elas poderíamos mencionar a ‘antropologia ecológica’ ou ecoantropologia (Neves, 1996), a ‘sociologia ambiental’ ou ecossociologia (Catton; Dunlap, 1980), a ‘psicologia ambiental’ (Günther; Rozestraten, 2005) e outras. Uma vertente da ecofilosofia (ecosofia) que gostaria de salientar aqui é a da ecologia profunda, proposta pelo filósofo norueguês no início da década de setenta (Naess, 1973; 2002). Há ainda a geografia ecológica (ecogeografia), a arquitetura ecológica, enfim, praticamente toda ciência social tem uma versão ecológica.

A denominação ‘ecologia linguística’ deixa clara a concepção que a linguística ecossistêmica tem dos fenômenos da linguagem. Para ela, a língua (L) são as interações verbais que se dão entre os membros da população ou povo (P) e entre eles e o mundo ou território (T), exatamente como na ecologia biológica. Vejamos sinoticamente as equivalências entre ecologia biológica e ecologia linguística.

ECOLOGIA BIOLÓGICA

- ecossistema biológico
- população (P)
- habitat (biótopo, nicho) (T)
- inter-relações (interações (I)
 - a) relação organismos-mundo
 - b) relação organismo-organismo

ECOLOGIA LINGUÍSTICA

- ecossistema linguístico, comunidade linguística (EFL: CF, CL)
- população, povo (P)
- território (T)
- linguagem/língua (L)
 - relação pessoa-mundo: **significação**, referência, denominação
 - relação pessoa-pessoa: **comunicação** (interação comunicativa)

Contrapor ‘ecologia linguística’ a ‘linguística ecológica’ não é mera questão de se verificar como se metaforizam conceitos ecológicos na linguística. Na primeira, o substantivo é ‘ecologia’, sendo ‘linguística’ o adjetivo que a qualifica e matiza, com o que fica explícito que estamos lidando com um tipo de ecologia. Na segunda, o substantivo é ‘linguística’ e ‘ecológica’ é o adjetivo. É um tipo de linguística que de alguma forma importa conceitos, metaforicamente, da ecologia. Em síntese, para a linguística ecossistêmica, **ecologia linguística** é outro nome para ecolinguística, concepção que já se encontrava em Couto (1999) e, mais recentemente, em Comellas Casanova (2011) e outros.

A esmagadora maioria dos ecolinguistas pratica algum tipo de ‘linguística ecológica’. No entanto, mesmo entre eles encontramos exceções. Uma das primeiras é o caso do filósofo da linguagem alemão Peter Finke e seu ex-aluno Wilhelm Trampe. O primeiro vem falando em

“sistema língua-mundo” (*Sprache-Welt-System*) desde pelo menos o final da década de setenta (Finke, 1996, 2001) e Trampe (1990, 1996). Outro alemão que vai na mesma direção é Strohner (1996). Ele foi um dos primeiros a usar a expressão ‘linguística ecossistêmica’. O catalão Bastardas i Boada (1996) também parte do conceito de ecossistema para estudar as difíceis relações entre o seu catalão materno e o majoritário espanhol. Denison (2001) faz algo semelhante para o que se poderia chamar de ‘ecossistema linguístico europeu’, ou seja, ele considera esse conjunto de línguas como uma ‘ecologia linguística’, o que lembraria o conceito de *Sprachbund*. O inglês Mark Garner vem criticando os ecolinguistas que usam conceitos ecológicos metaforicamente desde pelo menos Garner (2004).

Uma vez que a ecolinguística em geral, e a linguística ecossistêmica em especial, encara seu objeto de estudo holisticamente, existe uma vertente que se dedica à investigação de discursos, a **linguística ecossistêmica crítica** (LEC), mais conhecida como **análise do discurso ecológica** (ADE). Mesmo ela é ecossistêmica, uma vez que parte do ecossistema do ponto de vista epistemológico, do metodológico e do ontológico, como se pode ver no capítulo 15, dedicado a ela. Repetindo, a linguística ecossistêmica é um ramo da macroecologia, seu estudioso lida com fenômenos ecológicos, no caso, interações linguísticas. Passemos aos ecossistemas linguísticos.

4 Ecossistemas linguísticos

Diferentemente da esmagadora maioria dos ecolinguistas, os praticantes de linguística ecossistêmica usam conceitos ecológicos a partir de dentro, como base epistemológica, como os tijolos com os quais se deve construir uma ecolinguística verdadeiramente ecológica. Vimos que o conceito ecológico mais importante, central, é o de ecossistema. Tudo na ecologia está nele. Por isso, é importante voltar ao conceito linguístico que equivale a ele, o **ecossistema linguístico** que, ao fim e ao cabo, equivale ao que em linguagem comum é conhecido como **comunidade**. Na verdade, não há apenas um ecossistema linguístico, mas, quatro, no mínimo, dependendo da perspectiva a partir da qual olhemos para os fenômenos da linguagem. São eles: 1) ecossistema natural da língua, 2) ecossistema mental da língua e 3) ecossistema social da língua. Os três convergem ou se fundem no 4) ecossistema integral da língua. Em cada um deles a língua deve ser relacionada ao respectivo meio ambiente, no caso, o 1’) meio ambiente natural, 2’) mental e 3’) social da língua. Por fim, temos o 4’) meio ambiente integral da língua. Como se pôde ver, quando falamos em meio ambiente estamos nos referindo a pelo menos quatro coisas. Tudo depende da pergunta que o investigador fizer. Se ele perguntar se a língua é uma realidade genérica, específica do ser humano, a resposta é sim. Após essa pergunta fundamental, ele pode ainda querer saber se ela é algo natural, mental ou social. Se indagar se ela é um fenômeno natural, a resposta será afirmativa, uma vez que ela se manifesta concretamente como ondas sonoras, é usada por seres de natureza física (biológica), para se

relacionarem entre si e com o mundo natural etc. Se perguntar se ela é um fenômeno mental, como faz Chomsky, obterá uma resposta também afirmativa. Por fim, se quiser saber se ela é social, ficará sabendo que ela o é. Vale dizer, ecolinguisticamente a língua é tudo isso ao mesmo tempo. Ela é um fenômeno **biopsicossocial**, termo frequente na área da saúde, mas não muito comum nos estudos linguísticos.

Não só na linguística, mas também na filosofia, temos precursores desses três (ou quatro) ecossistemas. O filósofo francês Felix Guattari defendeu a necessidade de se postularem “três ecologias”, em suas palavras, “a ecologia social, a ecologia mental e a ecologia ambiental (natural)” (Guattari, 2011). No Brasil temos o filósofo Leonardo Boff. Ele afirma que é necessário identificarmos não só a “ecologia ambiental (natural)”, a “ecologia social” e a “ecologia mental”. É preciso incluir a “ecologia integral”, que abrange as outras três. Assim, sua proposta defende, por outras vias e com outras finalidades, algo muito parecido com o ecossistema integral da língua (ecologia integral), que conteria o ‘natural’ (ecologia ambiental), o ‘mental’ (ecologia mental) e o ‘social’ (ecologia social) (Boff, 2012). No site do autor (<http://www.leonardoboff.com.br>), há mais informações sobre o assunto. Os ecolinguistas dinamarqueses Jørgen Døør e Jørgen Christian Bang também defendem esses três ecossistemas em praticamente todas as suas publicações, sob a forma de ‘dimensões’ bio-lógica (natural), ideológica (mental) e sócio-lógica (social) (Bang; Døør, 2007 e *este volume*).

4.1 Ecossistema natural da língua

Como disse o filósofo da ecologia profunda Drenson (2010: 15), “o mundo natural é o solo inevitável de todas as línguas”. Prova disso é que o **ecossistema natural da língua** é constituído por um povo (P), convivendo em determinado lugar ou território (T) e interagindo por meio de sua língua (L) própria, como se vê na figura 3. A diferença entre ele e os demais ecossistemas linguísticos é que nele P e T são encarados como entidades físicas, naturais, e L são as relações concretas que se dão entre eles. Colocando índices em cada um desses constituintes, temos P₁ para o povo concreto em questão, os índios kamayurás, por exemplo, L₁ para a língua específica desse povo (o kamayurá) e T₁ para o território que esse povo ocupa no Parque Indígena do Xingu. No interior desse ecossistema, temos o **meio ambiente natural da língua**, constituído por P₁ e T₁, como povo e território específico e concreto. A linha segmentada entre L₁ e T₁ mostra que não há uma relação direta entre ambos. Toda relação entre eles é mediada pela população, P₁. Por ser concreto, T₁ em geral tem um nome próprio, mesmo que seja “a terra dos kamayurás”. Os indivíduos que compõem P₁ também são concretos. Cada um deles tem seu nome próprio. No caso da cultura luso-brasileira, cada indivíduo é o “o José da Silva”, “o João Ferreira”, “a Iracema dos Santos” etc.

ECO-REBEL

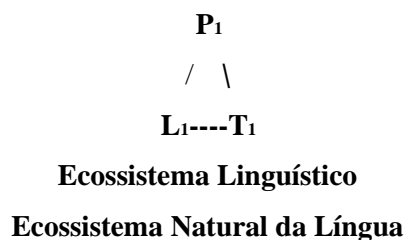


Fig. 3

Enfim, tudo que pertence à língua como fenômeno natural é estudado aqui. As coisas ainda não estão muito claras, mas parece que os sons usados na interação comunicativa, alguns aspectos dos atos concretos de interação comunicativa, a relação língua-mundo e outras entrariam aqui. Falando-se de textos, pode ser que os descritivos e os narrativos deveriam ser abordados dessa perspectiva, ao lado da referência lexical. A pesquisa está em andamento. É um desafio para os novos linguistas que queiram investigar algo de uma perspectiva inteiramente nova.

4.2 Ecosistema mental da língua

Para se perceber a ligação que há entre o ecossistema mental e o natural, basta lembrar o que disseram Marx & Engels na *Ideologia alemã*, além das ideias de Gregory Bateson. Por outro lado, a mente no presente sentido é uma espécie de elo entre o natural e o social. Vejamos a figura 4.

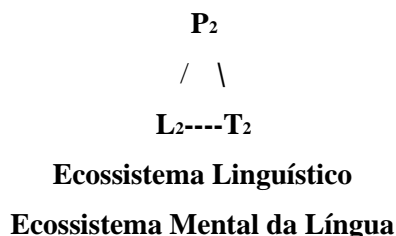


Fig. 4

Quando focamos a atenção na língua em cada indivíduo da população, notamos que ela foi formada, está armazenada e é processada no cérebro de cada um deles. As inter-relações da língua no interior desses cérebros se dão nas conexões entre os neurônios, mais especificamente, nas sinapses entre dendritos e axônios. Essas interações são o cérebro em funcionamento, e o cérebro em funcionamento é a **mente**. Na figura 4, L_2 está para língua como fenômeno mental, como conjunto de inter-relações mentais (regras interacionais, regras sistêmicas, vocabulário etc.), P_2 para a parte do indivíduo da população que interessa, ou seja, as próprias conexões neurais, a mente, e T_2 está para o **cérebro** concreto de cada indivíduo da população, que é o suporte, o *locus* dessas conexões. O **meio ambiente mental da língua** é constituído de P_2 mais

ECO-REBEL

T₂, pois é aí que se dão as interações mentais da aquisição, do armazenamento e do processamento da língua. A linha segmentada mostra que a língua como fenômeno mental (L₂) se relaciona com os cérebros dos indivíduos apenas por intermédio das conexões neurais, não diretamente. Ela não é uma “coisa” que se relacionaria com a coisa ‘cérebro’, mas as interações que nele se dão.

Foi a complexificação do cérebro que diferenciou a comunicação humana da dos demais animais. Com o surgimento da mente, os humanos puderam armazenar informações e ter memória de fatos passados. A memória permitiu não apenas lidar de modo mais versátil com o presente, mas também levar em consideração o passado e, com isso, fazer previsões para o futuro. A memória levou às sociedades e às culturas complexas que temos hoje.

No caso presente, cada membro da comunidade tem um mapa mental do respectivo território, que não deve ser confundido com o próprio território (Korzybski, 1951; Bateson, 1979: 30-31), ao lado de todos os elementos de sua cultura e de sua língua que podem ser usados nas interações comunicativas. Quando deixam de ser usados, as imagens mentais desses dados tendem a esvaír-se, como no caso de alguém que muda de um lugar e começa a esquecer alguns de seus detalhes. Esse mapa é formado na interação do indivíduo com o mundo, tanto interação entre indivíduos quanto interação de cada indivíduo com o mundo. Na linguística, o campeão da visão da língua como fenômeno mental é Noam Chomsky, com sua gramática gerativa. O problema é que ele trata da questão em um nível extremamente abstrato, ignorando por completo os achados da ciência moderna (teoria da relatividade e mecânica quântica) e, o que é pior, as neurociências. Ele fica no nível da mecânica clássica de Newton.

Não é possível explorar este ecossistema da língua em pormenores. Restringir-me-ei a reproduzir o que o estudioso de ‘linguística neurocognitiva’ Sydney Lamb disse sobre um item do vocabulário. Como a língua é uma rede de interações e interconexões mentais, ele constatou, por exemplo, que "o nó para uma categoria conceptual parece ter conexões para/de um grande número de nós que representam suas propriedades, para/de outros nós conceptuais e para/de outros subsistemas. Por exemplo, conceitos para categorias de objetos visíveis têm conexões com nós da área visual; os de categorias de objetos auditivos, para/de nós da área auditiva e assim por diante. Tomando o conceito C_{gato}, por exemplo, temos conexões visuais relativas à aparência dos gatos, conexões auditivas para 'miau' e outros sons feitos pelo gato, conexões táteis para o que sentimos ao tocá-lo. Além disso, há conexões para outros conceitos que representam informação sobre gatos no sistema de informação da pessoa em cujo sistema essas conexões se formaram". Assim sendo, "o conhecimento de uma pessoa sobre gatos é representado no sistema de informação por uma pequena rede, que compreende centenas ou milhares de nós, incluindo uma rede visual para traços visuais, uma rede auditiva para o 'miau' e assim por diante, todas 'mantidas juntas' por um nó coordenador central, ao qual podemos dar o

rótulo "Cgato" (Lamb, 2000: 177). A linguística neurocognitiva desse autor desenvolveu um sistema gráfico para representar essas conexões, de modo quase icônico, como se pode ver ainda em Makkai (1993) e Couto (1982). Para mais informações sobre o ecossistema mental da língua, e respectivo meio ambiente dela, pode-se ler Bateson (1987), Maturana; Varela (2011), Damásio (2002) e Lamb (2000), além das pesquisas neurolinguísticas, conexionistas e psicolinguísticas, entre outras.

4.3 Ecossistema social da língua

Por fim, se encararmos a língua como fenômeno social (aqui representada por L_3), como o próprio Haugen havia feito como sociolinguista que era, notamos que ela se encontra no seio da população como um conjunto de indivíduos como seres comunitários e sociais, a **coletividade**, representada por (P_3), não considerados isoladamente como no ecossistema mental da língua. A totalidade desses indivíduos organizados é o suporte da língua como fenômeno social, o seu *locus*, vale dizer, a **sociedade**, representada por T_3 . O **meio ambiente social da língua** é o conjunto formado por T_3 mais P_3 . A sociedade é o "lugar" em que se dão as interações dos seres sociais da coletividade, é o "território" social, a totalidade de tudo que constitui a cultura do povo em questão, de tudo que tem valor social. A linha segmentada aponta para o fato de que a língua se relaciona com o conjunto de indivíduos sociais por intermédio da sociedade.

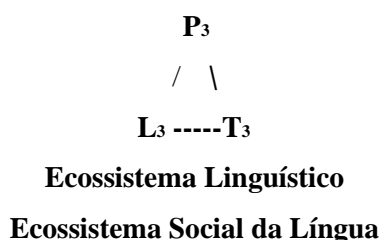


Fig. 5

Entre os assuntos desse ecossistema que têm sido estudados, poderíamos mencionar o discurso ambiental, o discurso dos poluidores que querem passar-se por ambientalmente corretos, o antropocentrismo, o etnocentrismo, o androcentrismo (machismo), bem como as ideias de desenvolvimento e o correlato de grandeza, de acordo com o qual o bom é crescer, tornar-se "grande." Nas sociedades ocidentais, não é bom ser pequeno, é preciso "desenvolver", a qualquer custo. Mas, os ecolinguistas dessa orientação defendem também a diversidade linguística (linguodiversidade), juntamente com a diversidade biológica (biodiversidade). É o caso das línguas minoritárias, dos dialetos e outras variedades linguísticas. Enfim, eles defendem a diversidade, no sentido mais amplo do termo.

Como já se pode ver em Haugen (1972), entre os assuntos tradicionalmente tratados nesse contexto temos ainda o bi-/multilinguismo, a variação linguística e o contato de línguas. Os estados que têm muitas línguas em seu território estabelecem (e impõem) uma **língua estatal** ou oficial. Isso é um dos tópicos do planejamento linguístico, ao qual o próprio Haugen dedicou vários estudos.

4.4 Ecosistema integral da língua

Os três ecossistemas linguísticos que acabamos de ver (natural, mental, social) convergem no **ecossistema integral da língua**, equivalente à “ecologia integral” de Leonardo Boff. Ele é basicamente o que foi representado na figura 2 acima, reproduzido na figura 6 a fim de salientar suas especificidades relativamente aos outros três. A linha segmentada mostra que as interações entre L e T não se dão diretamente, mas só mediadas por P.

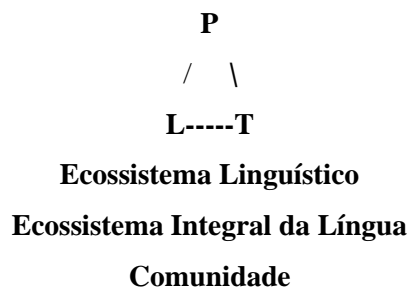


Fig. 6

Esse ecossistema linguístico corresponde à concepção que o leigo tem de língua. Para ele, genericamente, a existência de uma língua (L) pressupõe a de um povo (P) que a tenha formado e que a use, bem como de um lugar ou território (T) em que esse povo se encontra, donde o nome ‘ecossistema integral da língua’, alternativamente também conhecido como **ecossistema fundacional da língua**. É nele que se fazem as perguntas fundamentais relativamente à língua, tais como 'o que é língua?', 'a língua é de natureza social, mental, ou natural?', 'qual é a posição da língua na espécie humana? etc. No interior desse ecossistema, o 'meio ambiente integral da língua' é constituído por P e T, considerados genericamente, ou seja, P não é um conjunto de indivíduos concretos e T não é um território concreto, ambos constituem o ‘mundo’, como quando falamos genericamente em relações entre língua e mundo. O ecossistema integral da língua é chamado também de **comunidade**, que pode ser encarada da perspectiva da comunidade de fala e da comunidade de língua.

A **comunidade de língua** (CL) não é difícil de ser delimitada. A comunidade de língua portuguesa compreende Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e, mais recentemente, Timor Leste. A comunidade de língua islandesa se

restringe à Islândia assim como a comunidade de língua da maioria dos povos ameríndios se restringe ao domínio territorial de seus falantes. CL é o domínio do sistema, de modo que qualquer lugar em que se tem consciência de que a língua usada é o português faz parte da CL portuguesa, independentemente de ela estar sendo usada no momento ou não. Por ser o domínio do sistema, fica como que uma abstração. Por outro lado, pode ser comparada ao bioma, como a tundra, a taiga, a floresta tropical, o cerrado etc. Todos nós sabemos mais ou menos onde começam e onde terminam.

A **comunidade de fala** (CF) é mais difícil de ser qualificada. Por ser concreta, corresponde mais propriamente ao ecossistema linguístico. Sempre que houver um grupo de pessoas (P), convivendo em determinado lugar (T) e interagindo verbalmente pelo modo local de interagir (L), tratar-se-á de uma CF. O Brasil é uma comunidade de fala; Portugal, outra comunidade de fala; Angola, outra; um pequeno povoado do interior de cada um desses países também pode ser considerado como uma CF. Até mesmo o grupo de alunos e o professor de uma sala de aula podem ser delimitados como a CF que o linguista vai investigar. O primeiro pré-requisito para sua existência é T; o segundo, os membros de P em interação nesse T. Exatamente como ocorre com o ecossistema biológico.

Há **comunidades de fala simples**, como no caso de um pequeno grupo étnico ameríndio, monolíngue e monodialetal. No entanto, quase todas as situações conhecidas são de **comunidade de fala complexa**. O conceito de CF complexa abrange tudo que não entra na CF simples. Portanto, sempre que houver um grupo ou região bilíngue ou multilíngue, tem-se uma CF complexa. Complexa é também a CF multidialetal, que é o caso da maioria dos casos conhecidos. A CF simples tem como representante extremo a **comunidade de fala mínima**, constituída apenas dos participantes da interação comunicativa, falante e ouvinte. A **CF complexa máxima** coincide com a comunidade de língua.

Diante de tudo que acaba de ser dito nesta seção, podemos ver quão inadequadas têm sido as conceituações de ecolinguística como sendo estudo das relações entre língua e meio ambiente, a não ser que as qualifiquemos apropriadamente. Uma vez que a língua é uma imensa rede de interações, seu ‘meio ambiente’ só pode ser o *locus* dessas interações, o “lugar” em que elas se dão. Nesse caso, vimos que elas se dão em três *loci* distintos, isto é, o ecossistema natural, o mental e o social, aos quais se junta o integral. Em suma, existem pelo menos quatro meios ambientes da língua.

Gostaria de terminar com um comentário sobre a globalização. Tem-se às vezes alegado que o modelo ecossistêmico (PTL) tende a esvair-se, os diversos PTLs tendem a ser tragados por um único, o do inglês. Nesse caso, teríamos um PTL universal, sem outros a que possa ser comparado e muito menos equiparado. Outro argumento sobre uma presumível ausência de T seria o mundo virtual: muita gente está o tempo todo ligada em algum trambolho digital. No

entanto, será que essas pessoas dormem nele, se alimentam nele, namoram nele? Como isso frequentemente se dá em inglês, seria uma redução das espécies língua (Mufwene, 2001) a uma única, e a ecologia nos mostra que isso implica pobreza e até extinção. Porém, será que isso vai realmente acontecer? Não haverá um movimento contrário a essa onda, por mais avassaladora que ela seja? Se não houver, será o apocalipse.

5 Ecologia da interação comunicativa

Como de uma flor desabrochando, a língua nasce nos **atos de interação comunicativa** (AIC) em suas respectivas ecologias da interação comunicativa, tanto ontogenética quanto filogeneticamente. Uma língua está viva não apenas quando há pessoas que conhecem suas regras, mas enquanto ainda é usada em AICs concretos por pelo menos duas pessoas, que constituem a comunidade de fala mínima. Se há apenas uma que a conheça, ela já está morta, não há ninguém com quem ela possa entrar em atos de interação comunicativa. Ela nasce, vive e morre neles.

A **ecologia da interação comunicativa** (EIC) em que os AICs ocorrem consta de a) cenário, b) falante e ouvinte, c) **regras interacionais** e **regras sistêmicas**, d) circunstantes, ou seja, aquele(s) de que o falante fala e/ou está/estão com o ele, e aquele(s) que está/estão com o ouvinte e/ou de que ele fala. O falante (F) é o EU; o ouvinte (O), o TU (VOCÊ). Quanto ao que está do lado de F é o ELE₁; o que está do lado de O é o ELE₂. ELE₁ mais ELE₂ constituem o ELES. Os três são o **assunto** da interação comunicativa. Todos eles podem ser substituídos por nomes, todos os substantivos da língua, uma vez que são eles que designam aquilo de que se quer falar. Os nomes substituem os pronomes dos AICs. Isso mostra mais uma vez que a língua nasce nos AICs. O cenário compreende ainda os dêiticos *aqui/agora/assim, aí/então/assado* etc. A interação comunicativa propriamente dita constitui o diálogo, que é um **fluxo interlocucional**. Ele consiste numa alternância entre F e O. É impossível prever a direção que o diálogo tomará. Sequer seu término pode ser previsto. No entanto, tudo está submetido a regras socialmente sancionadas, sem excluir a possibilidade de negociação de significados durante o próprio diálogo. Eis um exemplo de fluxo interlocucional, conforme exposto em Couto (2013). Ele mostra um diálogo entre uma dona de casa e um feirante.

F₁----- O₁(Quanto custa isto?)

O₂----- F₂(Cinco reais)

F₃----- O₃(É muito caro!)

ECO-REBEL

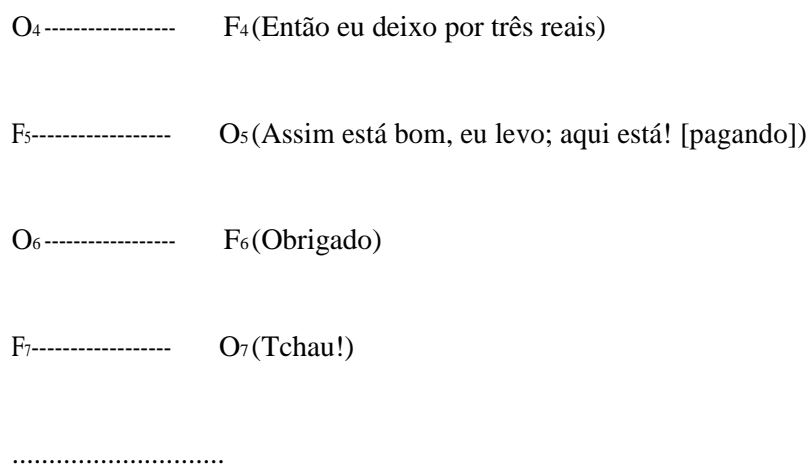


Figura 7

A figura 7 mostra que quem era falante em um nível (F₁) passa a ouvinte (O₂) em outro, e vice-versa. As últimas setas descendentes e as reticências mostram que o diálogo poderia continuar. O essencial em qualquer EIC são as regras interacionais, no sentido de regra-regularidade, não de regra-regulamento. Até o momento já detectamos as seguintes, que parcelar e fragmentariamente já vinham sendo estudadas por 'análise da conversação', 'interacionismo', 'teoria dos atos de fala', 'postulados conversacionais de Grice' e outros:

Regras interacionais

- 1) F e O ficam próximos um do outro; a distância varia de uma cultura para outra ou conforme as circunstâncias.
- 2) F e O ficam de frente um para o outro.
- 3) F e O devem olhar para o rosto um do outro, se possível para os olhos.
- 4) F deve falar em um tom de voz mediano: alto demais será agressivo; baixo demais, inaudível.
- 5) a uma solicitação deve corresponder uma satisfação.
- 6) tanto solicitação quanto satisfação devem ser formuladas em um tom cooperativo, harmonioso, solidário, com delicadeza.
- 7) a solicitação deve ser precedida de algum tipo de pré-solicitação (*por favor, oi etc.*).
- 8) a tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.
- 9) se o assunto da interação for sério, F e O devem aparentar um ar de seriedade, sem ser sisudo, carrancudo; se for leve, um ar de leveza, com expressão facial de simpatia (leve sorriso, se possível); a inversão dessas aparências pode parecer antipática, não receptiva etc.
- 10) F e O devem manter-se atentos, "ligados" durante a interação, sem distrações, olhares para os lados.

ECO-REBEL

- 11) durante a interação, F e O de vez em quando devem sinalizar que estão atentos, sobretudo na interação telefônica, que ainda “estão na linha”.
- 12) em geral, é quem iniciou a interação que toma a iniciativa de encerrá-la; o contrário pode ser tido como não cooperativo, não harmonioso.
- 13) adaptação mútua: F deve expressar-se como acha que O entenderá e O interpretará o que F disse como acha que é o que ele quis dizer.
- 14) o encerramento da interação comunicativa não deve ser feito bruscamente, mas com algum tipo de preparação; quem desejar encerrá-la deve sinalizar essa intenção (*tá bom, tá, é isso* etc.).
- 15) Regras sistêmicas** (inclui toda a ‘gramática’).

Como se vê, as regras sistêmicas (gramática) também são parte das regras interacionais. Também elas existem para a eficácia da interação comunicativa. Assim, a ordem dos constituintes da frase existem para informar quem fez o quê a quem. Em *O menino pequeno vê a menina grande*, se invertermos a ordem a informação é outra (*A menina grande vê o menino pequeno*). Dentro de cada constituinte existe estruturação, outrossim, para dar informação ao ouvinte. Os artigos *o* e *a* são necessários para informar que se trata de *menino* e *menina* conhecidos do ouvinte. Quanto a *grande* e *pequeno*, especificam a qualidade da menina e do menino. Enfim, a gramática não é mero inventário de regras estruturais (ou princípios e parâmetros) para se formarem frases gramaticais. Como salientou Coseriu durante toda sua vida, isso é uma abstração feita pelo linguista a partir da observação de atos de interação concretos.

Eugenio Coseriu, que é um linguista estruturalista filiado a Saussure, afirmou que "mientras que la lengua se halla toda contenida en hablar, el hablar no se halla todo contenido en la lengua" (Coseriu, 1967: 287). Tomando “*hablar*” como interação comunicativa e “*lengua*” como regras sistêmicas, sua asserção se aplica sem problemas à linguística ecossistêmica. Adaptando sua terminologia à da linguística ecossistêmica, teríamos: “el sistema está en el IC pero el IC no está en el sistema”. Isso se considerarmos a língua do ponto de vista da população ou povo (P) que a usa, uma vez que L se liga diretamente a P, como se pode ver na representação dos ecossistemas linguísticos apresentadas acima. Do ponto de vista de T (que não se relaciona diretamente com L), pode-se dizer que os AICs estão de acordo com o sistema aí vigente, contrariamente ao que disse Coseriu, pelo fato de as regiões consideradas como pertencentes à comunidade de língua o serem pelo fato de eventualmente ocorrerem aí atos de interação comunicativa usando esse sistema.

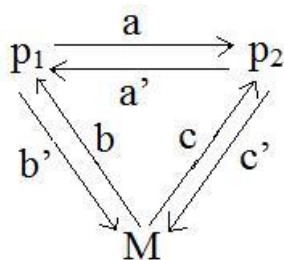
Na análise da conversação, usa-se outra terminologia que, ao fim e ao cabo, converge com essas regras. Marcuschi (1998), por exemplo, fala em faces, crenças e conhecimentos, normas e práticas sociais, pistas de contextualização, condições situacionais (p. 15) etc. Ele continua afirmando que “não podemos confiar apenas nas características estruturais da interação nem nas

propriedades comunicativas da língua, nem nos contextos situacionais imediatos de produção da interação, mas devemos estar atentos para o que os falantes fazem com tudo isso, se queremos perceber como eles se entendem” (p. 18). Para ele, “a negociação [é] um processo central para a produção de sentido na interação verbal”. No entanto, salienta, “não negociamos crenças nem convicções, que têm consequências por vezes relevantes na continuidade de um tópico e pode ditar sua ‘morte’” (p. 19).

Nos AICs concretos, praticamente todas essas regras são violáveis, infringíveis. A tal ponto que, para Makkai (1993: 48), em sua cruzada contra a gramática gerativa, “gramatical é o que ocorre, e agramatical o que não ocorre”, não necessariamente o que é construído pelo linguista. Não precisamos ser tão radicais, mas sabemos que o contexto da EIC pode dar lugar a infringências das regras sistêmicas. Mas, e as regras interacionais, pode-se infringi-las sem prejuízo para o entendimento? Aparentemente, as regras de 1 a 3 e a de número 9 precisam ser obedecidas. Se o falante ficar a muito longe do ouvinte (regra 1), de costas para ele (regra 2), olhando para outras direções (regra 3) ou “não ligado” na interação (regra 9), o som que ele emite poderá não ser captado apropriadamente, com o que poderá haver incomunicação. Porém, a consequência mais séria de sua não observação é uma quase certa sanção social.

6 Língua como interação

Os tripés constituídos de P, T e L examinados nas seções anteriores representam os ecossistemas básicos da língua. Infelizmente, porém, isso pode levar ao mal-entendido de que esses ecossistemas constariam da coisa P, a coisa T e a “coisa” L, uma vez que P, T e L parecem estar em pé de igualdade. Porém, vimos também que ecolinguisticamente a língua é interação. A figura 8 mostra como a língua pode ser encarada como constituída só de interações.



Língua como Interação

Fig. 8

Inicialmente, temos a interação ecológica organismo-organismo, mais especificamente, entre duas pessoas (p₁, p₂) da população (P). A primeira interação consiste em uma solicitação (a) de p₁ a p₂, já descrita em outro lugar. Nessa interação, p₁ é o falante e p₂ ouvinte. Como reação a essa solicitação, temos, em um segundo nível, a interação em p₂ atende (a') a solicitação,

transformando-se em falante e p_1 em ouvinte. Essa interação equivale ao que tradicionalmente se chama de **comunicação** ou, linguístico-ecossistemicamente, **interação comunicativa**. Em seguida, temos a interação ecológica organismo-mundo, ou entre as pessoas da comunidade e aspectos do mundo (M), aquilo a que se referem e falam, conhecida como **significação** ou **referência**. É necessário salientar que cada pessoa pode ter uma experiência ligeiramente diferente com o mundo. É por isso que a interação de p_1 com ele está indicada por b e b' , enquanto que a de p_2 está assinalada por c e c' . No caso, b e c indicam a projeção do dado do mundo na mente da pessoa, para o momento da sensação e percepção; b' e c' estão para o momento do reconhecimento, identificação e compartilhamento desse dado do mundo. O grau de eficácia da interação comunicativa depende do grau de semelhança entre b e c . Se for de igualdade ($b=c$) temos a comunicação 100% eficaz. Se b e c forem totalmente diferentes, a eficácia comunicativa será zero. Entre os dois extremos temos o que normalmente se dá, ou seja, entendimento mais ou menos parcial. Por fim, é importante ressaltar que não é possível aqui mostrar as interações endoecológicas que se dão no interior do que vai de p_1 a p_2 e vice-versa, ou seja, as interações estruturais entre os diversos componentes do enunciado e/ou do texto. Isso é objeto da sintaxe.

Qual interação vem primeiro, a comunicativa (comunicação) ou a referencial (significação). Trata-se do mesmo dilema de se saber o que vem primeiro, a comunicação ou a expressão do pensamento. Em princípio, a linguística ecossistêmica é propensa a ver as duas interações se dando simultaneamente. Nós nos comunicamos expressando pensamentos e nos expressamos comunicando, como Bakhtin não se cansava de dizer. De qualquer forma, a relação p_1 - p_2 pode se dar na interação comunal, na comunhão, discutida na seção 8.

A interação referencial (organismo-mundo) consta, geneticamente, de duas etapas. A primeira vai do aspecto do mundo para p , num percurso perceptivo e até onomasiológico. A segunda faz o trajeto inverso, indo de p para o aspecto do mundo, num processo de identificação e semasiológico. O primeiro processo se dá no falante; o segundo, no ouvinte. Em Couto 2007:

128) pode-se ver que o primeiro momento dessa interação pessoa-mundo, independentemente de p_1 e p_2 , ou seja, em qualquer pessoa da comunidade é, inicialmente, de percepção, que compreende a sensação e a identificação (b , c). O segundo é de conceptualização, que abrange o compartilhamento (a , a') e sua confirmação comunitária, a lexicalização (c , c'). Considerando o ecossistema mental da língua, temos que levar em conta ainda que há uma complexa rede de interações entre dendritos e axônios nos cérebros de cada membro da comunidade. É nesse sentido que se deve entender a asserção de que a língua é uma imensa rede de interações.

A figura 8 permite entender ainda diversas outras facetas da língua como interação. Ela nasceu filogeneticamente, e nasce ontogeneticamente a todo instante, das interações dos diversos indivíduos ou pessoas (p_x) que constituem a população. No caso, p_1 e p_2 interagem (a) para se

orientarem no mundo, logo, para falar dele (b, c), pelo menos originariamente. Depois de formada, a língua adquire uma relativa autonomia frente ao mundo, de modo que algumas interações do tipo *a* podem não se referir a nada nele. De qualquer forma, a eficácia dos atos de interação comunicativa entre p_1 e p_2 dependerá do grau de semelhança entre a interação de p_1 de p_2 com o mundo. Se for igual ($b=c$), a eficácia será 100%, o que raramente se dá.

Entremos no âmago da totalidade das interações (a,b,c) e examinemo-las à luz dos princípios ecológicos. Na seção anterior, vimos que as interações do tipo *a*, entre falante (p_1) e ouvinte (p_2), são guiadas pelas regras interacionais, entre as quais se incluem as regras sistêmicas. As interações do tipo *b* e *c* entre si, por seu turno, em princípio são da mesma natureza, mas não necessariamente idênticas. Cada membro da comunidade (de P) pode ter uma experiência diferente em suas relações com mundo, portanto, cada palavra sua pode ter conotações pessoais, familiares, grupais etc. De qualquer forma, elas têm um núcleo comum, garantido pelo compartilhamento social. Aliás, o que mantém a comunidade unida como tal é justamente esse compartilhamento. A parte específica da experiência de cada indivíduo pode ser negociada durante os atos de interação comunicativa.

Na seção anterior já vimos uma lista provisória de regras interacionais. Vimos também algumas sugestões de como seu subconjunto ‘regras sistêmicas’ contribui para a eficácia da interação comunicativa. Fica faltando examinar a interioridade das próprias mensagens enviadas por p_1 a p_2 , vale dizer, a estrutura do **enunciado**, assunto geralmente estudado pela “gramática”, que compreende a sintaxe, a morfologia e a fonologia, para não falar da semântica e do léxico. Infelizmente, não é possível entrar nessa espinhosa questão endoecológica aqui. Eu diria apenas que dividir o enunciado em ‘tema’ e ‘rema’, ou ‘tópico’ e ‘comentário’, como fazem os funcionalistas, já é um bom começo.

7 A Árvore da linguagem

Examinados os quatro ecossistemas linguísticos (natural, mental, social → integral), a ecologia da interação comunicativa que imerge neles e a língua como interação, é chegado o momento de integrar tudo em um único esquema. Seguindo o que fizeram Maturana; Varela (2011), que falaram de uma ‘árvore do conhecimento’, vou propor a **árvore da linguagem**, como se vê na figura 9.

ECO-REBEL

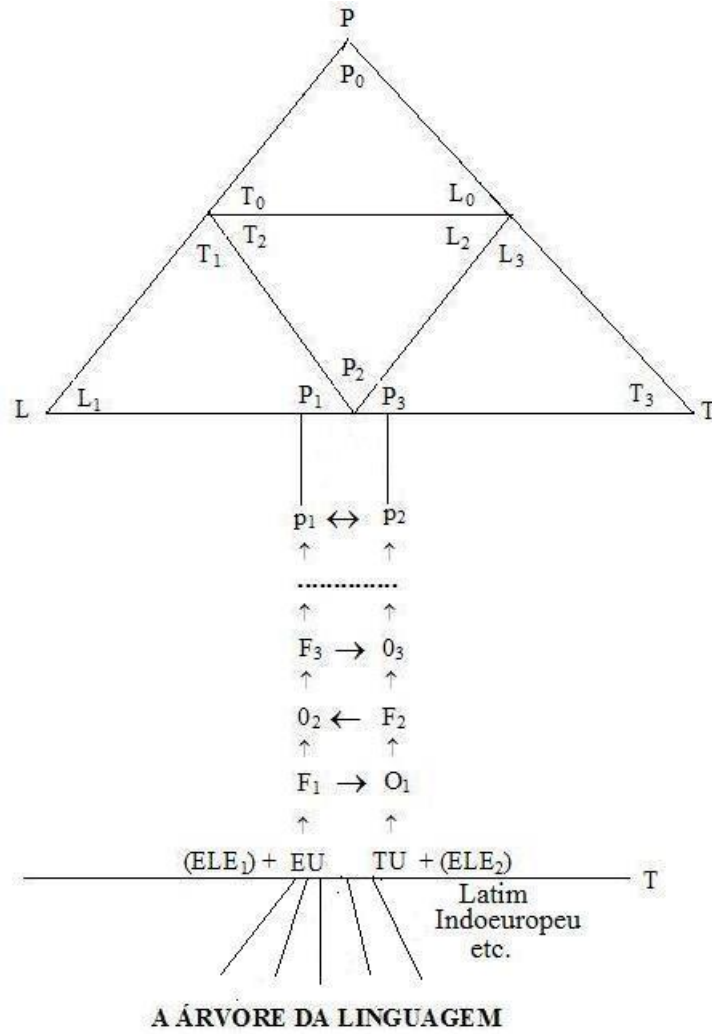


Figura 9

Tudo começa no espaço físico, a terra ou terreno (T) em que duas pessoas da comunidade (EU e TU) se engajam em um diálogo ou fluxo interlocucional. Em um primeiro momento, como vimos na seção anterior, EU é falante (F₁) e TU ouvinte (O₁). No turno seguinte, as posições se invertem, com o que temos F₂ e O₂. No terceiro, nova inversão, dando F₃ e O₃, e assim sucessivamente, como já mostrado na figura sete, na direção descendente. O EU inicial é um indivíduo da comunidade, indicado por p₁; TU, outro, representado por p₂. Tudo desemboca no encontro dos três ecossistemas linguísticos (natural, mental, social), o que mostra que na interação comunicativa quaisquer dois membros de P podem entrar em interação. O triângulo inferior esquerdo representa o ecossistema natural da língua (L₁P₁T₁). O da direita é o social (L₃P₃T₃). Entre os dois, ligando-os, encontra-se o mental (L₂P₂T₂). Dominando-os e abarcando-os temos, no topo, o ecossistema integral da língua (L₀P₀T₀). Pelo fato de estar dominando-os, esse ecossistema pode ser lido também como o triângulo maior, ou seja, LPT.

No fundo da figura, temos o lugar em que a interação se dá, que pode ser entendido como o chão, a terra, o terreno ou o território (T) em que eles se encontram. É o *locus* da interação

comunicativa. Sabemos que tudo na linguagem nasce nela. De início, os dois interlocutores se chamam por EU e TU, cada um deles com aquele(s) que está(ão) de seu lado. Como já vimos, do lado de EU temos o ELE₁; do de TU, ELE₂. Se EU incluir ELE₁, temos NÓS₁ exclusivo (exclui TU); se incluir TU, com ou sem ELE₁, teremos NÓS₂ inclusivo. O falante (EU) pode incluir ELE₂, com ou sem ELE₁, em sua referência a TU, com o que produzirá VÓS₁ exclusivo (exclui ELE₁). Se juntar a TU ELE₂ a ELE₁, teremos VÓS₂ inclusivo. Juntando-se ELE₁ e ELE₂, ter-se-á em ELES. Abaixo de tudo, temos as raízes da linguagem enterradas no chão. Como sugerido por Gilberto Araújo e Nathália Costa, essas raízes são a origem da linguagem, lembrando a frase popular “minhas raízes estão no lugar tal”, de modo que as raízes do português estão no latim e no indo-europeu.

Com isso, temos praticamente todos os participantes da ecologia da interação comunicativa. Como alguns filósofos da linguagem demonstraram, todos os substantivos da língua são substitutos de ELE₁, ELE₂ e ELES. Com efeito, a própria gramática normativa tradicional nos diz que eles representam aquele ou aquilo de que se fala. Ora, podemos falar de tudo (pelo menos de tudo que tem nome), inclusive dos próprios participantes da interação comunicativa, sob a forma de *me/mim*, *te/ti*, *nos*, *vos*, para não falar em *se*, *o* e *lhe*. As demais categorias (verbos, adjetivos, conetivos etc.) ficam de fora no momento. São necessárias mais investigações a fim de mostrar como elas emergem da ecologia da interação comunicativa, no seio da árvore da linguagem, que, no caso, seria uma conífera.

Se em vez de uma árvore tivéssemos um organismo animal vivo, talvez as metáforas fossem mais convincentes. Os ossos e os músculos seriam as regras (interacionais e sistêmicas) e a própria interação comunicativa seria o sistema respiratório, circulatório, digestivo, linfático etc.

8 Comunhão

Não basta o compartilhamento de regras interacionais e sistêmicas para que uma tentativa de interação comunicativa seja eficaz. É preciso que elas sejam precedidas de algum tipo de **comunhão**. Talvez ela seja mesmo a interação comunicativa primordial, mais primitiva. Como a origem religiosa do termo já sugere, estar em comunhão significa estar em sintonia de espírito, estar em harmonia, numa atmosfera de solidariedade a partir da qual muitos atos de IC e de generosidade poderão acontecer. É uma satisfação com o próprio ato de estar junto. Em um grupo de pessoas que estejam em comunhão pode até ser que ninguém diga nada, mas estão todos abertos ao que qualquer um disser. Nesse sentido, comunhão é uma abertura para a comunicação. Até os animais “superiores” entram e podem viver em comunhão, como ocorre nas manadas, nos bandos, nos rebanhos, nas colmeias, nos cardumes e em todas as ações concertadas. No plano linguístico, não são só os atos de interação comunicativa que pressupõem comunhão, no nível da comunidade de fala. Até no nível da comunidade de língua há

comunhão. Com efeito, os habitantes dos países da CL portuguesa pertencem a ela não apenas por viverem em um dos sete países oficialmente de língua portuguesa, mas, sobretudo, por compartilharem a ideia de que dominam a mesma língua, que a compartilham. Nesse sentido, estão em sintonia, em comunhão (macrocomunhão).

Voltemos à interação comunicativa. Se alguém se dirigir a outrem em uma cidade estranha e perguntar de chofre “Onde fica a rua Tiradentes?”, o potencial ouvinte poderá não ter a boa vontade de dar a informação requerida. É necessário que o falante diga antes algo como “por favor!”, “amigo!” e até “oi!” em situações que se mostrem passíveis de informalidade (falando a um jovem, a uma criança etc.). Nesse caso, o transeunte parará, olhará para o falante e certamente dará a informação desejada. As expressões recém-dadas são **pré-perguntas**. Mas, na EIC poderá haver também **pré-ordem**, **pré-asserção** etc. Repetindo, a comunhão é um tipo especial de comunicação (**comunicação comunal**) que prescinde de palavras. Por isso é a interação comunicativa mais primitiva, no sentido de primeva. Tanto que a compartilhamos com os demais animais. Desse ponto de vista, ela seria um bom ponto de partida para se comparar a comunicação humana com a comunicação animal. Contrariamente ao que pensam muitos linguistas, sobretudo os de pendor gerativista e estruturalista em geral, mas também muitos cientistas sociais, a comunicação humana é uma continuação da comunicação animal.

Os AICs eficazes começam e terminam na comunhão. Eles são exemplos de microcomunhão. Primeiro, tem que haver, como observado por Roman Jakobson, a abertura do canal, que é o ato de entrar em comunhão. Segundo, é a comunhão que mantém o diálogo. Terceiro, é ela que o determina, tanto no sentido de que o AIC será eficaz só se falante e ouvinte entrarem em acordo (comunhão) sobre o conteúdo da mensagem, quanto no de que não se termina um diálogo bruscamente, tem que haver um fecho (fechamento do canal, segundo Jakobson). Sem comunhão não há comunicação: casais que conhecem o significado das palavras e as regras de combiná-las, juntamente com as regras interacionais, “não se entendem” por que não entram em comunhão, numa sintonia de espírito que leva a uma boa vontade, à harmonia, a um ter os mesmos objetivos.

8 Endoecologia linguística

A **endoecologia linguística** equivale aproximadamente à linguística interna tradicional. Na ecolinguística ela vem sendo defendida por Peter Finke, Wilhelm Trampe e Bang & Døør (todos neste volume). Como disse o proponente do termo (Makkai, 1993) opondo-o a exoecologia linguística, aí entram questões sintáticas, morfológicas, fonológicas, fonéticas e semânticas, além das lexicais. Aliás, a gramática pragmo-ecológica desse autor (p. 15-100) é dedicada ao assunto, bem como a gramática estratificacional (linguística neurocognitiva) em que ela se baseia (Couto, 1982). Em torno da Escola Ecolinguística de Brasília, ou seja, na linguística

ECO-REBEL

ecossistêmica, vários temas endoecológicos têm sido estudados. Já tivemos uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado sobre o vocabulário dos ciganos calon do norte de Goiás, no contexto de sua situação ecolinguística. Na mesma época, houve uma dissertação sobre a comunidade surda de Prata (MG) e uma tese sobre a comunicação de uma surdocega de Barreiras (BA). Houve também uma investigação sobre o vocabulário e o território dos ciganos kalderash de Aparecida de Goiânia (GO).

Na morfossintaxe também já temos algo. A começar dos processos morfológicos de formação de palavras. Seguindo sugestões de Martinet, já foi mostrada a evolução de algumas palavras simples da atualidade, como *metrô* e *vapor*. A primeira evoluiu do francês *chemin de fer metropolitain*, passou por *metropolitain* até chegar a *metrô*. A segunda começou como *barco movido a vapor*, passando por *barco a vapor*, terminando em *vapor*. É claro que aqui temos apenas uma representação bem esquemática. Para ver toda a evolução e sua justificação ecológica, pode-se consultar Couto (2007: 174-187).

Ainda na morfologia, já se investigaram os prefixos *re-* e *des-*. O serem os mais frequentes na língua portuguesa certamente tem a ver com o fato de expressarem duas de nossas ações mais frequentes no mundo. Primeiro fazemos algo, mas, conforme as circunstâncias, podemos desfazê-lo. Às vezes, acontece de nos arrependermos de tê-lo desfeito, ou de precisarmos dele novamente, com o que o refazemos. Esse processo parece refletir o processo biológico pelo qual surge um ser vivo, que morre e sua matéria é reciclada em outros seres vivos. Tudo na natureza parece evoluir ciclicamente. Por fim, foi feito um estudo sobre a reciclagem da preposição *sem*, que foi reutilizada como prefixo, em palavras como *sem-vergonha*, *sem-terra*, *sem-teto* etc.

Na sintaxe, uma das principais contribuições da linguística ecossistêmica é ter ressaltado que suas estruturas existem para garantir a eficácia na comunicação, como já foi sugerido na seção 5, acima. Davi Albuquerque vem estudando a endoecologia do português de Timor Leste ecolinguisticamente. É importante ressaltar que a recursividade sintática, tida por Chomsky como um dos traços mais característicos da linguagem humana, é de natureza fractal, fato que ainda está esperando por uma investigação mais aprofundada.

Na semântica, o primeiro assunto a ser investigado são as preposições. Partindo da figura 10 como representando as relações básicas de um objeto em relação ao outro e/ou a um observador, podemos fazer um estudo bem interessante.

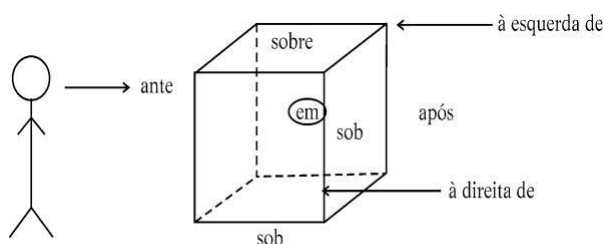


Figura 10

Para o observador, tudo que estiver entre ele e o objeto (cubo) estará também *antes dele* (*ante*); o que estiver do lado oposto, estará *depois dele* (*após*); o que se localizar no interior do cubo, estará *nele* (*em+ele*), *dentro dele*. Temos ainda a posição de superioridade (*sobre, em cima de*), de inferioridade (*sob, embaixo/debaixo de*) além de *à esquerda de* e *à direita de*. O que se encontra no espaço que vai do observador ao cubo, pode ser considerado também como estando *entre* eles. Essa é a **base onomasiológica**, que vai da coisa/referente à palavra. No entanto, a língua, após formada, adquire uma relativa autonomia frente ao mundo (via metáforas, polissemias, homonímias etc.), de modo que todas essas preposições podem adquirir outros valores, momento da **virada semasiológica** (da palavra à coisa). Por exemplo, *sobre* passou a indicar também assunto (falar sobre algo). *Direita* e *esquerda* adquiriram conotações políticas (direitista, esquerdista etc.) e assim por diante. O que se diz aqui das preposições vale igualmente para todo o léxico da língua. Temos ainda as preposições direcionais como *a, até, para*, que indicam movimento na direção de um alvo (|) e *de, desde*, que indicam movimento a partir de um ponto (|).

Ainda na semântica, temos os conceitos polares, tais como *branco/preto, grande/pequeno, norte/sul, alto/baixo, quente/frio, bom/mau* etc. Na filosofia ocidental, eles são tidos como antagônicos, um se opondo ao outro. A linguística ecossistêmica os interpreta como complementares, como formando um todo, uma vez que se articulam ao longo do mesmo eixo. Um depende do outro, como se faz na filosofia oriental, sobretudo no taoísmo. Um exemplo que tem sido dado com frequência é o caso de um elefante pequeno ser enormemente maior do que uma formiga grande.

No léxico, Gilberto Araújo vem fazendo um estudo de **etnoecologia linguística**, aplicada ao vocabulário etnobotânico usado pela comunidade calunga do norte de Goiás. Trata-se de um tipo de estudo que já vinha sendo feito pelas etnociências, mas que foi apropriado pela linguística ecossistêmica. Sabemos que o léxico não está armazenado na mente dos falantes de maneira caótica. Pelo contrário, ele está relativamente bem organizado: no conteúdo, em campos semânticos; na forma, pela terminação/sufixação, pela prefixação, pelo radical etc., como nas relações paradigmáticas de Saussure. O modo de a comunidade em questão designar as plantas locais está intimamente associado com seus padrões culturais, motivo pelo qual o L da figura 6 já foi também substituído pelo C de cultura.

No nível fonológico, já foi feita uma investigação sobre o porque de determinadas configurações silábico-vocabulares não poderem ser proparoxítonas. Nenhum dos estudos sincrônicos até o momento haviam conseguido explicar o fato. Só a visão ecolinguística, que leva em conta traços recessivos (como os genes recessivos da genética), conseguiu sugerir pelo

menos um princípio de explicação (Couto, 2008b). Os modelos fonológicos pós-gerativos têm tendido a valorizar inter-relações, redes e sistemas complexos (Lima Jr., 2012).

Finalmente, podemos mencionar a fonética. Por ela ficamos sabendo que a fonação humana é única na natureza. Seria uma das especificidades da linguagem humana (a despeito da linguagem gestual, e do Braille). O espectro dos sons é uma dispersão em rede, em que é difícil dizer-se onde termina um “som” e onde começa outro. As pesquisas de Pike e a de John Ohala já iam nessa direção.

9 Exoecologia linguística

A **exoecologia linguística** corresponde à exterioridade dos analistas do discurso e à linguística externa tradicional, apesar de isso implicar uma reificação da língua. Ela trata de tudo que tem a ver com as relações da língua com o mundo extralinguístico. É o domínio do ecossistema social por excelência. Em Couto (2007) já foram estudados os seguintes tópicos: 1) ecologia das línguas, 2) ecologia da evolução linguística, 3) ecologias linguísticas complexas (bi-/multilinguismo, bi-/multidialealismo, dialeto *versus* língua estatal ou padrão, gírias, linguagens especiais e de grupos), 4) ecolinguística crítica, 5) linguagem preconceituosa, 6) linguodiversidade e biodiversidade, 7) política e planejamento linguístico, 8) direitos linguísticos, 9) insegurança linguística, 10) desenvolvimentismo, 11) ecologia da aquisição e aprendizagem de língua, além dos estudos sobre léxico, cuja semântica sempre remete para o mundo extralinguístico.

Praticamente tudo que se tem feito no âmbito da sociolinguística entra aqui. Como isso já é bem conhecido, vou mencionar apenas algumas discussões mais recentes, que podem mudar nossa maneira de ver os fenômenos da linguagem. Começamos pela própria designação ‘língua culta’, usada no chamado projeto NURC. Trata-se de um termo preconceituoso, pois implica que tudo mais não seria “culto”, as variedades populares e rurais do português seriam “incultas”. Sequer ‘língua padrão’ é aceitável ecolinguisticamente. Tudo que é padrão pressupõe o que não o é. Padrão seria a ‘norma’, todo o resto seria algum tipo de desvio dele, “não padrão”. Por isso, a linguística ecossistêmica prefere o que em alemão se chama *Staatssprache*, ou seja, língua do estado, com o que podemos ficar com as expressões **língua estatal**, **dialeto estatal**, **variedade estatal**. A palavra ‘estatal’ já diz a que veio: trata-se da variedade da língua ligada ao estado e ponto final.

Os conceitos de ‘língua culta’ e ‘língua padrão’ são os que usam os gramáticos normativistas, prescritivistas, que não aceitam a ideia de que a língua é algo dinâmico, como já dizia Humboldt no século XIX. Como caçadores de erros, erigem-se em juizes do certo e do errado, tachando toda inovação como “erro”. Se a língua seguisse seus dogmas, morreria, deixaria de servir à

sociedade, que está sempre evoluindo, pois não serviria para falar das novas realidades que surgem a todo instante.

Essa mentalidade pode ser chamada como **monocentrismo**, de acordo com o qual “bom” português é o de Portugal, mais especificamente, de Lisboa. As demais variedades seriam variedades menores, frequentemente “erradas”, dele. Contrapondo-se a isso, a linguística ecossistêmica assimilou a proposta do **pluricentrismo** Clyne (1992). No âmbito do espanhol, por exemplo, não se deve aceitar o centralismo de Castela, da Espanha, segundo o qual só o espanhol continental é correto, e que é de lá que vem a “norma”, uma vez que lá seria o “centro”. É nesse centro que estaria o “verdadeiro” espanhol, enquanto que as demais variedades seriam “desvios” dele. Isso a despeito do fato de na Espanha haver apenas 40 milhões de falantes, contra os mais de 330 milhões das Américas. De uma perspectiva ecossistêmica, deve-se pensar no espanhol como uma língua **pluricêntrica**, com o que Madri seria um centro, Buenos Aires outro centro, Cidade do México outro centro, Santiago outro centro e assim por diante, cada um deles com as respectivas normas (Stork, 2007; Amorós, 2012). O mesmo vale para o português, para o inglês, para o francês etc. Todas devem ser consideradas **línguas pluricêntricas**, cada uma delas constituindo uma rede, não necessariamente uma estrutura estática, com um centro privilegiado e periferias estigmatizadas.

Ecolinguisticamente, em vez de estrutura, fala-se agora em redes e processos. A rede não tem um ponto central, do qual os outros são dependentes. Com a nova visão, Lisboa (ou Portugal) como um todo deixa de ser o “centro” do português, e as demais regiões (Rio de Janeiro, Luanda, Maputo etc.) a periferia. Cada uma delas pode ser encarada, momentaneamente, como centro pelo investigador para suas finalidades específicas (Batoréo; Casadinho, 2009). No entanto, como tem sido notado ultimamente, pluricentrismo também implica ‘centro’, de modo que talvez o mais consentâneo com a visão de redes e processos seja o **acentrismo**, ausência de centros. Com isso, o investigador pode considerar qualquer ponto da rede como o ‘centro’ *hic et nunc*. Morin (2007: 27) disse que “o ecossistema se autoproduz, autorregula e auto-organiza de modo tão mais notável que não dispõe de um centro de controle, de nenhuma cabeça reguladora, de nenhum programa genético. Seu processo de autorregulação integra a morte na vida e a vida na morte”. Na linguagem, essa visão vale não só para o domínio total da comunidade de língua, mas para o interior de cada país também, isto é, para o dialetalismo. Qualquer lugarejo, por menor que seja, pode ser considerado pelo observador, momentaneamente, o ‘centro’ da comunidade linguística portuguesa.

Eu mesmo sempre tive dificuldade de usar palavras do português rural para formar pares mínimos em minhas aulas de fonologia estrutural. Para exemplificar a oxitonidade, eu não ousava usar palavras como *cantá*, *viajá*, *agradecê*, *progredi* etc. Usar *muié* (mulher), *cuié* (colher) como palavras em que a semivogal [y] ocorre seria considerado um crime de lesa

língua. Do ponto de vista da linguística ecossistêmica, isso seria a coisa mais natural do mundo. Do contrário, poder-se-ia perguntar: se essas palavras não são do português, a que língua pertencem? Trata-se de palavras do âmbito do português. Qualquer lugarejo do interior pode ser considerado como ‘centro’ do português pelo pesquisador porque é ele que lhe interessa no momento em que o delimita como o ecossistema linguístico que vai investigar. Aqui valeria a pena lembrar que quando perguntaram ao filósofo chinês Mo Tzu (468-376 a.C.) onde ficava o centro do mundo ele pôs o dedo em um ponto a sua frente e disse: “É aqui”.

10 A Ecolinguística como nova maneira de olhar para a língua

É provável que tudo que a ecolinguística faz já viesse sendo feito pelas diversas teorias linguísticas existentes (sociolinguística, psicolinguística, funcionalismo, análise do discurso etc.). Assim sendo, alguém poderia perguntar para que ela existe. Não seria ela desnecessária? Veremos que da janela pela qual cada uma delas olha seu objeto realmente não dá para perceber o que a ecolinguística traz de novo, como sempre enfatizou o ecolinguista e filósofo da linguagem Peter Finke. É preciso mudar de perspectiva, ir para um lugar de onde é possível ter uma visão abrangente. Para começo de conversa, vimos que a linguística ecossistêmica é parte da macroecologia, o que significa que não usa conceitos da ecologia biológica como metáforas. Só isso já significa uma mudança de postura de estruturas para redes, uma vez que ela se coloca como parte da ecologia.

O texto número XVIII de meu *blog* se intitula “A língua não é uma coisa, é motraive”. O objetivo do ensaio era duplo. O primeiro era chamar a atenção para o fato de que a maioria dos modelos linguísticos existentes no mercado reificam a língua, uma vez que, para eles, ela é um instrumento de comunicação ou de expressão do pensamento. Ora, instrumento é uma coisa, como uma faca, que uso para descascar uma laranja. Na verdade, a língua não é instrumento de comunicação nem de expressão do pensamento, ela é comunicação e expressão do pensamento.

O segundo objetivo era mostrar como é difícil falar da nova visão da linguagem. A expressão ‘motraive’ despertou perplexidade em meus alunos e nos seguidores do *blog*. Na verdade, ela visa a mostrar que a nova visão dos fenômenos da linguagem introduzida pela ecolinguística e, com mais razão ainda, pela linguística ecossistêmica não é facilmente explicável ao leigo, em linguagem comum, do mesmo modo que os físicos notaram que era impossível expressar em linguagem cotidiana a realidade desvelada pela teoria da relatividade e a mecânica quântica. Com isso, recorreram à linguagem da matemática, segundo Galileu a linguagem da natureza. Veja-se a famosa fórmula $E = mc^2$. Em psicologia Kurt Lewin propôs a equação $L = f(P, M)$: linguagem (L) é função das pessoas (P) em seu meio (M). Em outro contexto, eu lancei mão do recurso da sigla, da acronímia, e propus a equação $L = MOTRAIVE$. No caso, a expressão ‘motraive’ é formada pelas sílabas ou sons iniciais de “modo tradicional de interagir

verbalmente”, que é a concepção de língua subjacente a todo o presente ensaio e a toda a linguística ecossistêmica.

Para entender a nova visão da linguagem, é preciso sairmos da janela de cada um dos excelentes modelos teóricos existentes e nos postarmos na cumeeira da casa. Da janela vemos um diminuto domínio da língua, mas, da cumeeira temos uma visão de conjunto, holística. Alguém poderia dizer que da perspectiva abrangente seria impossível fazerem-se estudos detalhados de certos domínios específicos da língua, como tópicos sintáticos, fonológicos ou morfológicos. É verdade. Nesse caso, o linguista ecossistêmico pode recorrer à ajuda de um especialista, que poderá lhe fornecer a análise fina do dado em questão. De posse dele, poderá voltar para a cumeeira e inseri-lo no contexto maior e avaliá-lo ecológico-linguisticamente. É como se fizesse um *zoom*, como disseram Garner (2004: 202-215) e Couto (2013: 119-123).

Quando eu comentei isso com José Luiz Fiorin, ele disse que a ecolinguística estava parecendo um tanto eclética. Ela até pode sê-lo, dependendo do que se entende por ecletismo. Ele é diferente de sincretismo, que consiste simplesmente em juntar diversas posturas teóricas em uma salada que se consideraria uma outra teoria. Ele acrescentou que a ecolinguística seria transdisciplinar. Nosso grupo não a considera interdisciplinar, uma vez que ela não está simplesmente entre duas disciplinas, unindo-as. Tampouco é transdisciplinar, pois ela não apenas transita pelas demais teorias linguísticas. Ela é decididamente multidisciplinar, no sentido de que paira por sobre todos os modelos teóricos, podendo fazer uso pontual dos resultados de qualquer um deles, resultados que serão avaliados da perspectiva ecológica. Se isso é ser eclético, pode-se dizer que ela é eclética.

11 Observações finais

Gostaria de lembrar algumas áreas de investigação que têm sido mencionadas nas diversas publicações já existentes, a começar da **linguística ecossistêmica**, praticada pelo grupo da Escola Ecolinguística de Brasília que, na verdade, inclui Goiânia. Em Odense, Dinamarca, pratica-se a **ecolinguística dialética**. No entanto, uma das mais frequentes na literatura é a **ecolinguística crítica**, que apresenta grandes afinidades com a **análise do discurso ecocrítica** e com a **linguística ambiental**. Aparentemente, as três se dedicam ao mesmo objeto. Desde o nascimento da ecolinguística em Haugen (1972), uma área privilegiada de pesquisa tem sido a **ecologia das línguas** (contato de línguas, bi-/multilinguismo etc.). Mufwene (2001) estuda há muito tempo a **ecologia da evolução linguística**. Por sugestão do que se faz em torno da ONG Terralingua, o grupo Brasília-Goiânia incluiu a **etnoecologia linguística** (estudada por Gilberto Araújo) na agenda da ecolinguística. No contexto da linguística aplicada, temos a **ecologia da aquisição de língua**. Algumas publicações mencionam também a **crítica ecológica da linguagem**. No bojo da linguística ecossistêmica, está emergindo também uma variedade de

análise do discurso, ou seja, a **linguística ecossistêmica crítica** (LEC), mais comumente chamada de **análise do discurso ecológica** (ADE). Tudo isso são possíveis estradas a ser trilhadas da perspectiva ecológica. Por fim, temos duas áreas vizinhas da ecolinguística que merecem ser mencionadas aqui, que são a **ecossemiótica** e a **ecocrítica**. Bibliografia sobre essas áreas pode ser encontrada nas diversas publicações constantes das referências. Os dois últimos capítulos de Couto (2007) tratam brevemente das duas.

Retomando a questão da evolução, gostaria de lembrar que aí entra o que outras teorias chamam de história e/ou historicidade. Por ser ecologia linguística, a linguística ecossistêmica tem na **sucessão ecológica** um de seus conceitos mais importantes. É aí que se enquadra a mudança e/ou a evolução linguística. Uma situação bem interessante para se estudar assim seria a formação e transformação de uma língua crioula, já que a formação das demais línguas começou em épocas das quais não temos mais registros. Em Cabo Verde (futuro T), por exemplo, primeiro chegaram os colonizadores portugueses, trazendo muitos escravos da costa africana (futuro P). Como não havia uma língua comum entre eles, foi se desenvolvendo um modo de comunicação que mais tarde passou a ser chamado de crioulo (L). Couto (1999) é uma discussão detalhada sobre situações como essa.

Por fim, este ensaio não apresenta uma teoria ecolinguística acabada, que sirva como receita para se fazer algo, como investigar fenômenos da linguagem. Ele apresenta um **programa de pesquisa**, não achados definitivos e inapeláveis. A ecolinguística, e mais ainda a linguística ecossistêmica, é uma teoria *in statu faciendi*. Por isso mesmo, representa um desafio ao investigador que deseje desbravar modos ainda diferentes de se abordarem os fenômenos da linguagem. Como Fritjof Capra tem enfatizado, esses modos incluem (1) mudança da parte para o todo (que os estruturalismos já faziam), (2) mudança de ciência objetiva para “ciência epistêmica”, (3) mudança de construção/estrutura para redes e processos, (4) mudança de descrições verdadeiras para descrições aproximadas (Capra, 1998: 11-13). Enfim, trata-se de uma nova postura frente ao mundo e não apenas frente aos fenômenos da linguagem.

Referências

AMORÓS, C. *El pluricentrismo de la lengua española: ¿un nuevo ideologema en el discurso institucional? El desafío de la glosodidáctica. Revista internacional de lingüística iberoamericana* v. I, n. 19, 2012, p. 127-147.

ARAÚJO, G. P. 2014. *O conhecimento etnobotânico dos kalunga: Uma relação entre língua e meio ambiente*. UnB, tese de doutorado.

BANG, J. C.; DØØR, J. *Language, ecology and society: A dialectical approach*. Londres: Continuum, 2007.

ECO-REBEL

- BASTARDAS I BOADA, A. *Ecologia de les llengües: Medi, contacte i dinàmica sociolinguística*. Barcelona: Proa, 2000.
- BATESON, G. *Mind and nature: A necessary unity*. New York: E. P. Dutton, 1979.
- _____. *Steps to an ecology of mind*. North Vale, N.J.: Jason Aronson, 1987.
- BATORÉO, H. J. & CASADINHO, M. *O Português – uma língua pluricêntrica: O Caso de Timor-Leste*. Revista Portuguesa de Humanidades, Estudos Linguísticos, 13–1, Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2009, 63-79.
- BOFF, L. *As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral*. Rio de Janeiro: Editora Mar de Ideias, 2012.
- CALVET, L.-J. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- CAPRA, F. *Pertencendo ao universo*. São Paulo: Cultrix/Amana, 1998.
- CATTON JR, W. R.; DUNLAO, R. E. *A New Ecological Paradigm for Post-Exuberant Sociology*. American Behavioral Scientist, v. 24, n. 1, 1980, p.15-47.
- CLYNE, M. (org.). 1992. *Pluricentric languages: Differing norms in different nations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- COMELLAS, C. P. *Ecología lingüística*. Treballs de sociolingüística catalana vol. 11, 2011, p. 65-72. Também em: <http://revistes.iec.cat/index.php/TSC>
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença/EDUSP, 1979.
- COUTO, E. K. N. N. do. *Ecolinguística: Um diálogo com Hildo Honório do Couto*. Campinas: Pontes, 2013.
- COUTO, H. H. do. *Contato interlinguístico: Da interação à gramática*. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B6hIHMM_ItiGRzJibTRORWdSUHc/edit1, 1999.
- _____. *Linguística e semiótica relacional*. Brasília: Thesaurus Editora, 1982.
- _____. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*: Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. *Chuí/Chuy: uma comunidade de fala, duas comunidades de língua*. In: ESPIGA, J.; ELIZAINCÍN, A.(orgs.). *Español y portugués: um (velho) novo mundo de fronteiras e contatos*. Pelotas: EDUCAT, 2008a, p. 165-208.
- _____. *Algumas restrições aos proparoxítonos em português*. In: RONCARATI, C.; ABRASSADO, J. (orgs.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói, EDUFF/FAPERJ, 2008b, p. 118-136.
- DAMÁSIO, A. R. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DENISON, Norman. *A linguistic ecology for Europe*. In: FILL ; MÜHLHÄUSLER (orgs.), 2001, p. 75-83.
- DÖRING, M.; PENZ, H.; TRAMPE, W. (orgs.). *Language, signs and nature: Ecolinguistic dimensions of environmental discourse*. Tübingen: Stauffenburg, 2008.

ECO-REBEL

- DRENGSON, A. *Communication ecolgy of Arne Naess (1912-2009)*. *The trumpeter* v. 26, n. 2, 2010, p. 1-40.
- FILL, A. (org.). *Sprachökologie und Ökolinquistik*. Tübingen: Stauffenburg, 1996.
- _____. *Ecolinguistics: State of the art 1998*. In: Fill; Mühlhäusler (orgs.), 2001, p. 43-53.
- _____; MÜHLHÄUSLER, P. (orgs.). *The ecolinguistics reader*. Londres: Continuum.
- FILL, A.; PENZ, H. (orgs.). *Sustaining language: Essays in Applied Ecolinguistics*. Viena/Berlim: Lit, 2007.
- FINKE, P. *Sprache als missing link zwischen natürlichen und kulturellen Ökosystemen*. In: FILL (org.), 1996, p. 27-48.
- _____. *Identity and manifoldness: New perspectives in science, language and politics*. In: FILL; MÜHLHÄUSLER (orgs.), p. 84-90.
- GARMER, M. *Language: An ecological view*. Oxford/Berlim: Peter Lang, 2004.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. São Paulo: Papyrus, 2011, 21ª ed.
- GÜNTHER, H. ; ROZESTRATEN, R. J. A. *Psicologia ambiental : considerações sobre sua área de pesquisa*. Série *Textos de Psicologia Ambiental* n. 10, Laboratório de Psicologia Ambiental, UnB, 2005.
- HALLIDAY, M.A.K. *New ways of meaning : The challenge of applied linguistics*. In: FILL; MÜHLHÄUSLER (orgs.), 2001 [1990], p. 175-202.
- HAUGEN, E. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 325-339. Também em Fill; Mühlhäusler (2001: 57-66).
- KORZIBSKI, A. *The role of language in the perceptual process*. In: *Perception: Approaches personality*. Nova York: Ronald Press Company, 1951.
- LAMB, S. M. *Neuro-cognitive structure in the interplay of language and thought*. In: PÜTZ, M. & MARJOLIJN H. V. (orgs.) *Explorations in linguistic relativity*. Amsterdam: Benjamins, 2000, p. 173-196.
- LIMA JR., R. *A influência da idade na aquisição da fonologia do inglês como língua estrangeira por brasileiros*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2012.
- MAFFI, L. (org.). *On biocultural diversity: linking language, knowledge and the environment*. Washington: Smithsonian Institution Press, 2001.
- MAKKAI, A. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers, 1993.
- MARCUSCHI, L. A. *Atividades de compreensão na interação verbal*. In: PRETI, D. (org.). *Estudos de língua falada: Variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1998, p. 15-45.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento: As bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2011, 9ª ed.
- MORIN, E. *L'An I de l'ère écologique et dialogue avec Nicolas Hulot*. Paris: Tallandier, 2007.

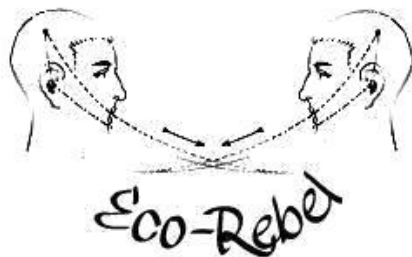
ECO-REBEL

- Mufwene, Salikoko. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NAESS, A. *The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary*. *Inquiry* 16, 1973, p. 16-100.
- _____. *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- NEVES, W. *Antropologia ecológica*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- ODUM, E. P. *Fundamentals of ecology*. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 1971, 3^a ed.
- STORK, Y. *Die lexikographische Situation des lateinamerikanischen Spanish: Eine Betrachtung aus sprachökologischer Perspektive*. In: FILL, A.; PENZ, H. (orgs.). *Sustaining language: Essays in Applied Ecolinguistics*. Viena: Lit Verlag, 2007, p. 65-81.
- STROHNER, H. *Die neue Systemlinguistik: Zu einer ökosystemischen Sprachwissenschaft*. In: FILL (org.), 1996, p. 49-58.
- TRAMPE, W. *Ökologische Linguistik*. Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- _____. *Ökosysteme und Sprache-Welt-Systeme*. In: FILL (org.), 1996, p. 59-75.

[Este texto está também no livro *O paradigma ecológico nas ciências da linguagem: Coletânea de ensaios clássicos e contemporâneos*, Goiânia: Editora da UFG, 2015, organizado por Hildo H. do Couto, Elza K.N.N. do Couto, Gilberto P. de Araújo & Davi B. de Albuquerque).

Recebido em 20/08/2014.

Aceito em 10/01/2015.



POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO ECOLÓGICA

Hildo Honório do Couto (UnB)

Elza Kioko N. N. do Couto (UFG)

R e s u m o : O objetivo deste artigo é apresentar a extensão da linguística ecossistêmica chamada linguística ecossistêmica crítica ou análise do discurso ecológica (ADE), comparando-a com a ecolinguística tradicional, como a ecolinguística crítica, a análise do discurso francesa e a análise do discurso crítica inglesa, além de algumas menções à análise do discurso positiva. Todas essas vertentes da AD procuram nos discursos a ser analisados ideologia (marxista, feminista etc.) e relações de poder. A ADE se baseia em uma defesa da vida e numa luta contra tudo que possa trazer sofrimento aos seres vivos. Se é para falar em ideologia, que seja a ideologia da vida, ideologia ecológica (ecoideologia). Ela pode fazer uso de todas as categorias da ecologia, tais como interação, diversidade, adaptação, holismo, abertura/porosidade, relações harmônicas/desarmônicas etc. Ela é influenciada pela ecologia profunda, pelo taoísmo e pelas ideias de Gandhi. É prescritiva, no sentido de defender a vida e de lutar contra o antropocentrismo, o etnocentrismo, o androcentrismo etc. Por ser ecossistêmica, defende a integridade dos pequenos grupos étnicos, agindo a partir da visão ecológica de mundo (*from an ecological point of view*), não do ponto de vista lógico (*from a logical point of view*). Por isso, não se limita a analisar textos ambientais, antiambientais ou pseudoambientais. Ela pode analisar todo e qualquer tipo de texto. No final, é apresentada a análise de um texto científico.

P a l a v r a s - c h a v e : Análise do discurso ecológica; ecoideologia; defesa da vida; luta contra sofrimento.

A b s t r a c t : The main purpose of this article is to present the extension of ecosystemic linguistics known as critical ecosystemic linguistics or ecological discourse analysis (EDA). It is compared to traditional ecolinguistics, such as critical ecolinguistics, to French discourse analysis, to British critical discourse analysis, as well as to positive discourse analysis. All these versions of DA look for ideology (Marxist, feminist etc.) and power relations in the texts under analysis. EDA emphasizes a defense of life and a struggle against everything that may cause suffering to a living being. If ideology is unavoidable, that it be the ideology of life or ecological ideology (ecoideology). It may use all ecological categories, such as interaction, diversity, adaptation, holism, openness/porosity, harmonic and disharmonic relations etc. It is influenced by deep ecology, Taoism and Gandhian ideas. It is prescriptive in relation to these principles, and to anthropocentrism, ethnocentrism, androcentrism etc. Being ecosystemic, it defends the integrity of small ethnic groups, acting from an ecological view of the world (*from an ecological view of the world*), not from a logical point of view, as is done in the West. It is able to analyze any type of text, not only environmental, anti-environmental nor pseudo-environmental texts. There is a short attempt at analyzing a small scientific text.

K e y w o r d s : Ecological discourse analysis; ecoideology; defense of life; struggle against suffering.

0 Introdução

A ecolinguística em geral, justamente por ser ecológica, encara seu objeto de estudo em sua totalidade, ela é abrangente, holística. Nada do que é manifestação linguística pode lhe escapar, inclusive o que vem sendo estudado pela análise do discurso. Por esse motivo, a **linguística ecossistêmica** está estendendo seu objeto de estudo para compreender também questões de discurso. Está surgindo a **linguística ecossistêmica crítica** (LEC), com nome sugerido pela já bem estabelecida análise do discurso crítica (ADC) e pela **ecolinguística crítica**. Grande parte dos ecolinguistas atuais praticam esta última, como se pode ver nos ensaios individuais e nas coletâneas já publicadas. Às vezes, vemos também rótulos como **linguística ecocrítica** e até **linguística ambiental**, paralelamente às mais antigas sociologia ambiental (Catton Jr.; Dunlap, 1978) e à psicologia ambiental (Günther; Rozestraten, 2005). Nesse âmbito, poderíamos lembrar inclusive a ecocrítica (*ecocriticism*), embora ela se dedique mais a textos literários, uma vez que é uma disciplina da literatura (Glotfelty, 1996; Garrard, 2006; Couto, 2007: 423-433).

O objetivo do presente ensaio é apresentar a versão ‘crítica’ da linguística ecossistêmica, a LEC. Por se tratar de uma designação um tanto longa, que espicha a da linguística ecossistêmica, é preferível usar um nome mais simples, aparentemente mais palatável no cenário linguístico brasileiro. Em vez de LEC, doravante vamos chamar este ramo da linguística ecossistêmica de **análise do discurso ecológica**, abreviadamente ADE. Eventualmente, a primeira designação poderá aparecer também, quando e se for mais conveniente em determinados momentos, motivo pelo qual poderemos falar em ADE, em LEC e até na sigla composta ADE/LEC.

Nós não encontramos nenhuma publicação em português em que a expressão ‘análise do discurso ecológica’ tivesse sido usada. O máximo que vimos foi ‘análise do discurso ecológico’, estudo que pode ser feito de qualquer perspectiva, como é o caso dissertação de Carvalho (1989), defendida no Departamento de Psicologia da Educação, da FGV, antes mesmo do nascimento da ecolinguística com Fill (1993) e Makkai (1993). Em uma breve pesquisa na internet constatamos que a expressão *ecological discourse analysis* já foi usada pelo menos por Michael Zukosky, da Temple University, no contexto de seus estudos em antropologia linguística, ecologia política e etnografia da tecnologia e da ciência. Mas, ele quis dizer *analysis of ecological discourse*, ou seja, análise de discurso ecológico, análise que tem por objetivo os discursos ambientalistas. Encontramos a expressão também em francês (*analyse du discours écologique*), espanhol (*análisis del discurso ecológica*) e alemão (*ökologische Diskursanalyse*), mas apenas como citação. Não nos deparamos com nenhum ensaio sobre o assunto de que tratamos aqui. Ao que nos consta, ela foi proposta pela primeira vez em Couto (2013a) e retomada em Couto (2014), ano em que saiu também Alexander & Stibbe (2014).

Alexander & Stibbe (2014) usam a expressão ‘ecological discourse analysis’ quatro vezes, enquanto que ‘ecological analysis of discourse’ ocorre duas vezes. Os autores se propuseram um objetivo parecido com o da ADE, a começar da definição que dão de ecolinguística: “estudo do impacto da língua nas relações sustentadoras da vida entre humanos, outros organismos e o meio ambiente físico. Ela se orienta normativamente na direção das relações que mantêm a vida” (p. 104, 109). Asseveram que “este artigo descreve e explora a Análise do Discurso Ecológica como uma abordagem central na disciplina ecolinguística, opondo-se assim à ‘análise de discurso ecológico’ e ecologia da linguagem” (p. 104). Isso porque “ecolinguística é, primariamente, ‘análise ecológica de discurso’” (104). Enfim, para os autores, “o objetivo da ecolinguística é claramente muito mais amplo do que a análise de textos que por acaso sejam explicitamente sobre questões ambientais ou ecológicas” (109). Como se vê, eles se aproximaram dos objetivos da ADE, só que apenas na declaração de intenções. No fundo, quem aplicar sua proposta na análise de um texto qualquer certamente vai continuar enfatizando ideologias e relações de poder, o que a ADE não é o mais importante. Além do mais, não veem a ecolinguística como uma disciplina que se interessa por todo e qualquer aspecto da língua, como faz a linguística ecossistêmica, e não apenas por discursos.

O estudioso de ADE Alessandro Borges Tatagiba nos lembrou que existe a ‘análise do discurso positiva’, proposta por James R. Martin. A ADP seria uma complementação da análise do discurso crítica, que encararia seu objeto sempre pelo lato “negativo”. A ADP procuraria ver o lado “positivo”, fazendo do mundo um lugar melhor (cf. Martin, 2004, 2006; Vian Jr., 2010). Embora enfatize mais a harmonia, como a ADE, do que o conflito, a ADP ainda deixa pelo menos implícitas as ideologias políticas e as relações de poder, uma vez que nasceu no contexto da ADC.

1 A Análise do discurso (crítica)

Atualmente existe uma imensa gama de tendências linguísticas que se intitulam ‘análise de(o) discurso’. Duas das mais divulgadas no Brasil, porém, parece que são a de orientação francesa e a inglesa. A primeira se associa ao nome de Michel Pêcheux; a segunda, ao de Norman Fairclough, que sofreu influências da linguística sistêmico-funcional de Michael A. K. Halliday. Entre as diversas outras orientações, poderíamos mencionar as de van Dijk, Foucault, Maingueneau etc. Como nosso objetivo aqui é falar da análise do discurso ecológica, não vamos fazer uma detalhada exposição da AD. No momento basta ressaltar que a linha que recua a Fairclough geralmente se adjudica a denominação ‘análise do discurso crítica’ (ADC). Há inúmeros trabalhos expondo as duas vertentes, alguns inclusive comparando-as. Sobre as demais também há uma vasta literatura. É só abrir qualquer manual de análise do discurso.

ECO-REBEL

Nosso objetivo aqui é ressaltar algumas das propriedades de quase todas essas orientações em AD(C). A primeira delas é uma consciente e explícita orientação ideológica. Sobretudo em Pêcheux, essa ideologia é claramente marxista, em geral filtrada pela obra de Louis Althusser. Brandão (1996) historia a questão ideológica na AD, incluindo a visão de Ricouer. A linha anglo-saxônica receberia a ideologia marxista filtrada pela obra de Gramsci e pela escola de Frankfurt (Habermas, Adorno etc.). Há livros dedicados exclusivamente a examinar as relações da linguagem com a ideologia, como Fiorin (2007).

Juntamente com a ideologia, talvez entranhadas nela, temos as relações de poder, que são sempre exploradas nas análises de discursos. Ora, a ideologia apresenta pelo menos cinco características que vão frontalmente contra uma visão ecológica e taoísta de mundo. A primeira é o antropocentrismo, já notado por Rui Ramos. Ela também recua à filosofia marxista, sob o véu de ‘humanismo’ e, mais remotamente a Protágoras, passando por Bacon. Sabemos a que barbaridades essa visão de mundo tem levado, erigindo os humanos em reis da criação, que podem usar tudo na natureza a seu bel-prazer. Os demais animais e o mundo vegetal só valem alguma coisa na medida em que são úteis aos humanos. Como sabemos, essa mentalidade está literalmente devastando nosso meio vital de modo crescente.

A segunda característica da ideologia marxista inaceitável ecologicamente é a ênfase no conflito, com “classe dominante” *versus* “classe cominada”, por exemplo. Aliás, essa é uma de suas marcas registradas, que tem levado a confrontos, agressões, guerras e outras atrocidades. O partidário de determinada ideologia acha que a visão de mundo “correta” é a sua; a do outro é “errada”, portanto deve abandoná-la. Se não o fizer por bem, deve fazê-lo por mal, mediante violência, guerras etc. Os fundamentalismos de todos os matizes estão aí para prová-lo. É interessante notar que o próprio Marx caracterizara a ideologia como falsa consciência, ou seja, uma conotação negativa.

A terceira ideia marxista inaceitável é a de ditadura do proletariado. Em todos os regimes marxistas existentes ou que existiram deixou-se o proletariado de lado e ficou-se com a ditadura, frequentemente hereditária. A quarta ideia com a qual a visão ecológica de mundo não concorda é a de teleologia. Para o marxismo, a cultura e a natureza evoluem para uma finalidade definida: maior complexidade e “perfeição” na natureza e para maior “igualdade” na sociedade, isto é, para o comunismo. Por fim, temos a quinta característica inaceitável, a defesa do monoculturalismo e do monolinguismo, ou seja, tudo contra a ideia ecológica da diversidade.

Essa ideologia está em sintonia com a visão de mundo ocidental em geral, que enfatiza sempre a competição, não a cooperação, a adaptação. Isso pode ser visto até em conceitos polares como *bom-mau*, *alto-baixo*, *grande-pequeno*, *largo-estrito* etc. Para os ocidentais, de orientação aristotélica, eles são antagônicos: é um ou outro, não há meio termo. Para a filosofia oriental, como o taoísmo (Couto, 2012), eles são complementares, um não existe sem o outro, esses

ECO-REBEL

pares de conceitos se articulam ao longo do mesmo eixo. Só existe o pequeno relativamente ao grande, só existe o largo frente ao estreito e vice-versa.

Além da ideologia marxista, a AD eventualmente tem sofrido alguma influência da psicanálise de Jacques Lacan. Sobre tudo a ideia de que o sujeito se forma a partir da relação com o outro, fato visível no nome que temos: ele é sempre dado pelo outro (pai, mãe). O nome de diversos povos foi dado por outros povos, pelo vizinho e até pelo inimigo.

Na verdade, o próprio foco no ‘discurso’ em vez do texto não evita algumas conotações antiecológicas. Como se pode ver representado graficamente em Couto; Embaló (2010: 236), ‘texto’ (a materialização do discurso) é produto da interação comunicativa. Ora, produto é algo produzido, feito, logo, estático. Etimologicamente, *discursus* em latim é o particípio passado de *discurrere*. Particípio passado indica algo terminado, acabado, logo, fechado e estático. Com isso, teríamos uma reificação da língua: o discurso seria uma coisa. A linguística ecossistêmica crítica (análise do discurso ecológica), por seu turno, focaliza o próprio processo de produção de texto/discurso, a interação comunicativa (juntamente com a respectiva ecologia da interação comunicativa), que tem um começo, mas cujo término fica em aberto, em consonância com a categoria da abertura ou porosidade da ecologia. É claro que na AD(C) se fala em “produção de discurso”, “prática sociais” etc. A ênfase, porém, é no discurso. Por esta e outras razões, às vezes é preferível falar-se em LEC em vez de ADE.

Embora às vezes se fale em “prática transformadora” (Fairclough, 2001), “empoderamento”, a AD(C) geralmente apenas descreve e critica seu objeto de estudo. Via de regra não há uma recomendação explícita, menos na AD do que na ADE, de intervenção no sentido de mudar certas práticas perniciosas e/ou que vão contra a vida, levando ao sofrimento. A ADE, por seguir a ecologia profunda, tem um lado clara e reconhecidamente interventivo, prescritivo nos termos de Arne Naess. Essa intervenção é sempre no sentido de salvaguardar a integridade dos seres, de manter a vida, de evitar o sofrimento. Na verdade, trata-se mais de recomendação, sempre no espírito de Gandhi, uma das fontes inspiradoras da ecologia profunda. Mais abaixo veremos algumas sugestões de intervenção que, contrariamente à AD(C), não visa prioritariamente a alterar relações de poder, mas proteger a vida e evitar o sofrimento. Com isso, afeta as próprias relações de poder, mas do ponto de vista da defesa da vida. Para falar a ADE “errado” (portanto, o que precisa ser mudado) é o que traz sofrimento e/ou morte. O que não o traz é, por exclusão, “certo”.

2 Ecolinguística crítica e variantes

No seio da própria ecolinguística já existem as denominações **ecolinguística crítica** (EC), **linguística ecocrítica** (LE) e **linguística ambiental** (LA), sob as quais questões ambientais têm sido tratadas, embora pareça tratar-se de nomes diferentes para a mesma coisa. A mais

conhecida entre elas é a EC. No presente volume temos os textos de Richard Alexander, de Arran Stibbe e, até certo ponto, o de Alwin Fill, que se filiam a essa orientação. Ramos (2009: 69) apresenta não só uma definição da disciplina, como também suas duas linhas principais de investigação. Comparando análise do discurso crítica e ecolinguística crítica, ele diz que “enquanto a primeira define como objecto o ‘discurso’, incorrendo, naturalmente, e em consequência disso, na consideração e análise da ‘língua’, a ecolinguística crítica explora em planos de relevo semelhante a ‘língua’ e o ‘discurso’, considerando que é aquela que, em muitas manifestações discursivas, configura um discurso não ecológico, favorecendo visões antropocêntricas do mundo e a separação e ascendência dos seres humanos face aos restantes seres vivos”. O autor continua afirmando que “são identificáveis na ecolinguística crítica duas linhas de orientação: a par de uma linha que elege o sistema linguístico como objecto privilegiado de estudo, há uma outra que visa a análise discursiva e textual das manifestações verbais”.

A esmagadora maioria dos ecolinguistas se dedica a essa linha de investigação, começando do próprio Alwin Fill, a maior força catalisadora da área, sem a qual a disciplina não teria a visibilidade que tem hoje. Mesmo antes de falar explicitamente em ‘ecolinguística’, ele já dizia que “há muito tempo a linguística tem se dedicado a frases, lexemas, morfemas e fonemas”, acrescentando que “foi um grande e importante trabalho que, no entanto, no essencial já está feito, de modo que os linguistas podem se dedicar a uma área que vá além disso, ou seja, a das relações entre ‘língua’ e ‘mundo’”. Trata-se de “uma nova maneira de encarar a língua que, contrariamente à visão ‘morfológica’ tradicional, pode ser chamada de ‘ecológica’” (Fill, 1987: 9-10). Em seu livro mais significativo para a área, ele apresenta, entres os temas a serem investigados pela nascente ecolinguística, questões como minorias linguísticas, língua como símbolo de identidade, língua como fator para evitar conflitos, linguagem preconceituosa, antropocentrismo, androcentrismo, defesa do pequeno contra o grande, desenvolvimentismo etc. (Fill, 1993). Essa postura pode ser visualizada em sua contribuição para o presente volume. No nosso caso, tudo isso pode ser apropriado pela ADE/LEC.

Dando uma olhada rápida nas principais coletâneas de textos ecolinguísticos de que temos conhecimento, notamos que cerca de 62% deles se dedicam à ecolinguística crítica, linguística ambiental (que trata de questões do ambientalismo), análise do discurso ecocrítica e áreas afins. Apenas uns 38% tratam de fenômenos linguísticos partindo de conceitos da ecologia, ou seja, partindo do ecossistema. Na ótima página www.ecoling.net, administrada pelo competente Arran Stibbe, aproximadamente 94% dos textos são de análise do discurso, sobrando só uns 6% para os que partem da "metáfora" da ecologia para estudar questões de “língua”. No entanto, é importante observar que isso é apenas uma ínfima parte do que a ecolinguística é capaz de fazer, como a linguística ecossistêmica tem demonstrado.

Diante do que acaba de ser dito, parece que a proposta que aqui apresentamos seria desnecessária, o que ela pretende estudar já viria sendo feito no seio da própria ecolinguística. Na seção seguinte tentaremos mostrar que ela é necessária.

3 É possível uma análise do discurso eminentemente ecológica?

É bem verdade que a EC, a LE e a LA até certo ponto já são ecológicas, uma vez que todas elas fazem algum tipo de análise de discursos (anti)ecológicos. A diferença entre elas, de um lado, e a ADE, de outro, será investigada na seção 6. Por isso, aqui vamos simplesmente expor alguns dos princípios da ADE. Já vimos acima que as primeiras ideias nesse sentido foram expostas em Couto (2013b: 286), tendo sido desenvolvidas de modo mais pormenorizado em Couto (2013a, 2014). Por ser parte da linguística ecossistêmica, praticamente todos os conceitos e princípios expostos sobre ela no capítulo 8 são igualmente válidos para a ADE/LEC. Com isso, faz-se necessário apresentar no presente momento apenas o que há de mais específico na ADE, ou seja, aquilo que a caracteriza como a parte da linguística ecossistêmica que se dedica ao estudo dos discursos, dos textos.

De qualquer forma, vale a pena pelo menos salientar como os conceitos que emergem do ecossistema podem ser úteis em uma análise do discurso radicalmente ecológica. Começemos pelo de **diversidade**. Sua aceitação implica uma atitude de tolerância para com o outro, sobretudo quando é diferente. A não aceitação implica intolerância, o que pode conduzir à agressividade e à violência, sobretudo contra as minorias de todos os tipos. Sua aceitação pressupõe uma política de cooperação e harmonia, conceito que já está previsto na própria ecologia biológica, no caso, nas relações harmônicas, que podem se dar não só intraespecífica, mas também interespecificamente. No primeiro caso, temos as relações entre os seres humanos; no segundo, entre eles e seres de outras espécies de animais, que devem ser respeitados. O contrário seria a subordinação dos mais fracos aos mais fortes e a consequente imposição da vontade dos segundos sobre os primeiros. Como se vê, aqui entra, indiretamente, a questão do poder. Colocá-lo como ponto de partida pode levar ao fundamentalismo que, como sabemos, frequentemente chega até à violência. Por isso, a ecologia profunda, que é uma das inspirações da ADE, recomenda uma atitude à la Gandhi, isto é, firme, porém, não violenta.

A visão ecológica aconselha aceitar a diversidade não no sentido de adotar mesmo aquilo de que discordamos, mas no de respeitá-lo. Afinal, “certo” e “errado” são conceitos criados socialmente, logo, são relativos. Além de eles não existirem na natureza, variam de comunidade para comunidade e de um segmento social para outro. Se quisermos usar o conceito de “errado”, ele se aplicaria ao que traz sofrimento como entendido no presente contexto. O que não o traz não pode, legitimamente, ser considerado errado. Como disse Aldo Leopold, “uma coisa é certa quando tende a preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica. Ela é

ECO-REBEL

errada quando vai na direção oposta” (*apud* Dregson; Inoue, 1949: v). Para a ecologia profunda, errado é o que traz sofrimento. O que não o traz não pode assim ser considerado.

Na dinâmica das inter-relações, há uma constante **adaptação** de organismos ao meio e do meio aos organismos, além das adaptações dos próprios organismos entre si. A adaptação do meio aos organismos era menor no começo filogenético da vida, mas vem se intensificando a cada dia que passa, sobretudo devido ao desenvolvimento tecnológico (essa adaptação pode levar a um beco sem saída). O mundo e a cultura (inclusive a língua) são dinâmicos, estão sempre mudando, se adaptando às novas situações que a natureza (e a cultura) lhes apresenta. Não se adaptar é oferecer resistência, o que pode também levar à desarmonia, ao conflito e à violência, quer contra outros seres humanos, quer contra os demais seres vivos e a natureza em geral, como se vê nas ações predatórias. A visão darwinista falava em competição e sobrevivência do mais forte. As novas pesquisas em ecologia têm mostrado que sobrevive mais aquele que se adapta mais, não necessariamente o mais forte. Se fosse assim, os dinossauros não teriam desaparecido. Adaptar-se é procurar viver em harmonia com o meio e com o outro. Adaptação é um conceito central também no taoísmo.

A diversidade se dá no interior do ecossistema como um todo, donde o **holismo**, visão abrangente necessária a fim de que não haja exclusão deste ou daquele, dependendo dos interesses de quem tem poder. Ele não pode se restringir a sua facção. O que é mais, esse todo se inter-relaciona com os ecossistemas vizinhos, os demais todos, fornecendo e recebendo matéria, energia e informação deles. A visão holística evita o sectarismo. Esse todo apresenta a característica da **abertura**, às vezes também chamada de **porosidade**. Esse traço do ecossistema, juntamente com a diversidade, enseja a tolerância para com os de outras espécies, outros grupos étnicos, vai contra o etnocentrismo, o racismo e os demais “ismos” acima mencionados. Ela nos ensina que nada está isolado, portanto, recebe influência de fora, além de enviar seus influxos para fora. Ela nos leva a receber o outro, como no caso dos imigrantes. Existem diversos outros conceitos ecológicos de que se pode lançar mão na ADE. Entre eles, temos relações harmônicas *versus* relações desarmônicas, tanto intraespecíficas quanto interespecíficas. Entre as **relações harmônicas interespecíficas**, poderíamos mencionar o **inquilino**, o **comensalismo** e o **mutualismo**. No que tange às **relações desarmônicas interespecíficas**, sobressaem-se o **predatismo** (**predador** *versus* **presa**) e o **parasitismo**. Entre as **relações desarmônicas intraespecíficas**, poderíamos trazer à baila a **competição**, que se dá também nas interespecíficas. Aquilo que se chama **comunhão** em linguística ecossistêmica (pressuposto para a interação comunicativa) se enquadra nas **relações harmônicas intraespecíficas**. Enfim, na própria ecologia geral, bem como em suas vertentes filosófica, sociológica etc., já temos os conceitos necessários e suficientes para efetuarmos estudos críticos sobre textos que falam de diversos assuntos. Nos dias atuais não precisamos mais ter medo do

biologismo. Usar a ecologia geral como base para os estudos culturais (e linguísticos) é assumir o ponto de vista da vida, justamente estudada pela biologia, de que a ecologia (e a ecolinguística) faz parte. O predatismo pode esclarecer alguns pontos sobre o consumo de carne pelos humanos.

Se quisermos usar o conceito de ideologia na ADE terá que ser algum tipo **ideologia da vida**, **ideologia ecológica** ou **ecoideologia**. Ela se apoia nas ideias da ecologia profunda, que, como disse seu criador, o filósofo norueguês Arne Naess, não é apenas descritiva e crítica, mas também **prescritiva**, ideia defendida também pelos ecolinguistas Jørgen Døør e Jørgen Bang. Ela luta pelos seres vivos de todas as espécies, criticando tudo que possa prejudicar a vida na face da terra. Seu ponto de honra é a defesa incessante da vida. Ela se posiciona contra tudo que pode trazer sofrimento. Porém, sempre pacificamente, sem violência, como fazia Mahatma Gandhi, uma de suas fontes de inspiração (Naess, 1973, 1989, 2002; Couto, 2012: 49-67). Afinal, para falar sério não é necessário falar de cara feia. A ADE entende ideologia como sendo o modo de encarar o mundo, e o seu modo de encarar o mundo é pelo ângulo de uma defesa intransigente da vida.

Enfim, se um dos pontos de honra da ADE é a defesa da vida, em todos os sentidos, e uma luta contra tudo que possa trazer sofrimento, é preciso ressaltar que o sofrimento pode ser físico (natural), mental ou social. Sobre o sofrimento físico (**natural**) nem é necessário insistir muito, pois qualquer ato que o provoque salta à vista. Não é necessário fazer grandes análises para se chegar à conclusão de que um espancamento ou um estupro traz grande sofrimento à vítima. Os assassinatos cruéis causam o maior tipo de sofrimento que se possa imaginar, a **morte**. Sofrimento **mental** pode ser causado pelo assédio moral de um superior ao inferior no ambiente de trabalho, por xingamentos, pelas agressões verbais de um marido bêbado e/ou violento à mulher e/ou aos filhos. Sofrimento **social** é, por exemplo, expor alguém ao ridículo, difamá-lo, desmoralizá-lo publicamente. É muito importante, porém, lembrarmos-nos de que não são só os humanos que podem ser submetidos ao sofrimento. Os demais animais também. No prefácio a Couto (2007), vemos um relato sobre sofrimento infligido a animais em fazendas do interior. Entretanto, não são só os animais domésticos que não devem ser submetidos a situações que causam sofrimento. Os demais também. A caça e a pesca lúdicas estão nesse caso. Quando o rei da Espanha foi caçar (matar) elefantes, o objetivo era a “diversão” do monarca. O sofrimento dos elefantes não era posto em questão, como se pode ver muito bem analisado em Ramos (2013).

É importante ressaltar que sofrimento e morte fazem parte da vida. Na visão de mundo ocidental, elas se opõem: é vida ou morte, é dor ou prazer. Para o taoísmo, porém, prazer e dor são os polos de uma mesma realidade, constituem um todo. O mesmo se pode dizer de vida e

morte. A morte é o encerramento de um ciclo, que dá lugar a outro ciclo. A vida termina na morte, mas é a morte que garante que possam nascer outras vidas.

Uma vez que a ADE é parte da linguística ecossistêmica, como ela tem como pressuposto o ecossistema integral da língua, com respectivos componentes e propriedades. Esse ecossistema consiste de um povo (P), vivendo em seu território (T) e falando sua própria língua (L). O tripé PTL é a base de toda a existência de qualquer povo. Perder qualquer um desses componentes é como ter uma parte do próprio corpo extirpada. Nenhum povo mantém sua identidade na íntegra se perde um deles. Os grupos indígenas brasileiros sabem muito bem que perder a língua ou o território é começar a perder a própria identidade, é o começo da morte como grupo étnico autônomo. Portanto, essa perda lhes traz sofrimento social, mental e, talvez, até mesmo físico.

Falar em sofrimento mental e social, além do físico, faz sentido porque, quer queiramos quer não, até certo ponto somos diferentes dos demais animais. Eles agem apenas por instinto (natural). Nós temos também uma mente, somos seres mentais, o que nos leva a ser adicionalmente sociais. É claro que os demais animais também têm algum tipo de “mente” e se organizam socialmente, mas não tão complexamente como os humanos. O que é mais, ao lado dos aspectos puramente físicos, mentais e sociais, devemos levar em conta uma outra dimensão. Independentemente de nossas crenças, ou descrenças, sempre que formos analisar um texto/discurso temos que pensar na vida **espiritual** do objeto de nosso discurso. Para muitos grupos humanos, a árvore, a montanha, a pedra, as águas, enfim, tudo tem alma. Na idade média, toda a natureza era uma obra de Deus, logo, era um símbolo dele e devia ser venerada.

Um exemplo interessante de situação que provoca sofrimento em todos os sentidos (físico, mental, social) é a situação da mulher em alguns países muçulmanos radicais. Como sabemos, ela tem muito menos direitos do que o homem, e muito mais obrigações do que ele. Caso ela não obedeça, pode ser exposta à execração pública, ser apedrejada e até executada de maneira que para nós parece cruel e perversa. Alguns críticos ocidentais, inclusive alguns antropólogos, alegam que isso faz parte da cultura muçulmana, aceita pelas próprias mulheres muçulmanas. No entanto, lembra Arne Naess, nesses próprios países existe pelo menos uma pequena minoria que é contra esse tipo de comportamento em relação à mulher. É essa minoria que deve receber nosso apoio porque ela luta contra o sofrimento das mulheres em questão.

Deve ficar bem claro que, para a ADE, essa defesa não é necessariamente uma atitude feminista.

É muito mais do que isso. É uma luta contra atos que causam sofrimento a um ser humano, que, antes de tudo é um ser vivo, que sofre, e aqui poderíamos adaptar o termo inglês *sentient*, e falar em ser sentiente, embora Damásio (2002) diga “senciente”. O que é mais, por ser um ser vivo social, sofre não só fisicamente, mas também mental e socialmente. Defender a mulher que sofre por ser mulher é estabelecer uma discriminação às avessas. Devemos defendê-la não como um ser humano feminino, mas como um ser humano que, como qualquer ser humano, está

sujeito ao sofrimento. Para a ADE, o feminismo é importante, mas pode ser radicalizado, e, se o for, tornar-se-á parcial, partidário, a ponto de ficar incondicionalmente contra o homem, atitude inteiramente equivocada. Em casos extremos, essa ideologia pode levar a considerar o homem em geral como um antagonista, um inimigo, não como um ser humano que existe para ser aliado e parceiro da mulher, igual a ela. Ideologias podem levar a uma atitude fanaticamente radical, fundamentalista, que vai frontalmente contra a ideologia ecológica, essa sim, defensora da vida. Para a ADE/LEC, não se trata de mulher *versus* homem, mas de mulher *e* homem.

4 Alguns tópicos privilegiados pela ADE

Em princípio, a ADE pode analisar qualquer tipo de texto/discurso, inclusive textos abstratos, teóricos, filosóficos etc. No entanto, há temas preferidos, assim como os tem a AD(C). Vejamos alguns temas, entre inúmeros outros, a que a ADE pode se dedicar preferencialmente, bem como alguns conceitos ecológicos que podem ser apropriados por ela além dos já mencionados acima. Em Fill (1993) já encontramos sugestões de uma série de assuntos que podem (e devem) ser estudados por uma análise do discurso ecológica. Em primeiro lugar, temos o **antropocentrismo**, que tem levado os humanos a se acharem no direito de devastar tudo em prol do próprio bem-estar. Em segundo lugar, vem a questão das **línguas minoritárias** em contraposição às línguas dominantes que ameaçam sua existência, sendo que o mesmo vale para os dialetos populares e rurais. Da perspectiva da ADE, devemos lutar pela sobrevivência das variedades linguísticas minoritárias porque sua extinção implica a descaracterização da identidade de seus falantes, que é o mais importante, o que os faz sofrer. Isso leva a outro tema muito relevante, que é o culto do **desenvolvimentismo**. Desenvolver é procurar crescer, ir de um estado “menor” para outro “maior”, o que implica que o grande é melhor do que o pequeno. A consequência dessa atitude é que o “pequeno” se sente inferiorizado, logo, sofre. Na cultura ocidental, os dois conceitos se opõem, é um ou outro. Na oriental, como no taoísmo (Couto, 2012: 23-47), e na ecologia profunda, eles são complementares. Vejamos o que está dito em um poema de Ralph Waldo Emerson (1803-1882), em uma disputa entre a montanha e o esquilo. Este disse àquela: *Se eu não sou tão grande como você / Você não é tão pequena como eu*. Vale dizer, o grande não é necessariamente melhor do que o pequeno. Tudo é uma questão de ponto de vista, de perspectiva, dos “aspectos” de Ortega y Gasset.

Contra o antropocentrismo, alguns autores propõem o **biocentrismo**; outros, o **ecocentrismo**, a despeito da opinião de Pepper (s/d). Tudo que vinha sendo privilegiado pela AD(C) pode ser reinterpretado pela ADE. Em Couto (2007: 347-356), há uma longa lista de atitudes preconceituosas que causam sofrimento no público alvo. A primeira é o já mencionado antropocentrismo, que consiste em colocar os humanos no centro do universo, tudo mais existindo apenas para servi-los. Ele pode se mostrar no que tange à natureza não viva, como ao

dizemos que um dia ensolarado é *bom tempo*, e, se chove, *mau tempo*. Em se tratando de natureza vegetal, consideramos *erva daninha* ou *mato* as plantas que não nos são úteis, mas teimam em nascer junto com as *plantações*, e assim por diante. Os animais em geral são chamados de **bicho**, termo altamente pejorativo. A segunda é o **etnocentrismo**, que consiste em considerar o que existe em nossa cultura melhor do que o que existe na dos outros, mas não na nossa. O **androcentrismo** seria uma terceira manifestação da linguagem preconceituosa, uma vez que traz sofrimento à mulher. Algumas de suas variantes recebem o nome de **machismo**, **sexismo** e outros. Como se vê, a justa luta das feministas se enquadra aqui também. Ela está no contexto mais amplo da igualdade de direitos e deveres dos seres humanos, independentemente de sexo. Uma quarta seria o **classismo** ou **aulicismo**, que consiste em considerar a cultura das elites urbanas e as próprias pessoas das cidades, como de algum modo mais refinadas, melhores do que as dos habitantes da zona rural.

Na seção 7, temos uma sugestão provisória de como se analisar um texto que não tem a ver diretamente com questões ambientais partindo de conceitos e princípios da ecologia.

5 ADE e o ecossistema linguístico

Gostaríamos de retomar os componentes do ecossistema linguístico, como exposto nas figuras 2 a 6 de Couto (este volume), constituído de um povo (P), vivendo em sua terra (T) e se comunicando entre si pelo modo tradicional de comunicar, sua linguagem (L). Como foi salientado nesse texto, até o leigo sabe que para haver uma língua é necessário que haja um povo vivendo em determinado lugar. No referido texto, T está para ‘território’, e isso já é uma deixa para começarmos a discussão. A linguística ecossistêmica tem uma postura semelhante à de Marx e Engels na *Ideologia alemã*, que veem a cultura emergindo do mundo, não o contrário. Aliás, o ecolinguista Peter Finke também defende essa tese, caso também do criador da ‘ecologia social’, Murray Bookchin (cf. Bookchin, 1993). O território é a base física sem a qual não há povo, e sem povo não há língua. Por isso, vamos falar um pouco mais sobre o tripé PTL.

Um espaço qualquer da face do globo inabitado poderia ser chamado de ‘lugar’, ‘local’, ‘chão’ ou ‘terreno’. Para fins de unificação terminológica, vamos chamá-lo de **terra**. Quando essa terra passa a ser habitada por um povo que nela se instala, passa automaticamente a constituir o **território** desse povo. A atitude de apropriação, o sentimento que os membros desse povo têm para com esse território, a convivência com ele, pode ser chamada de **territorialidade**. Por ser a base para a existência da comunidade (outro nome para o ecossistema linguístico), o território é parte inalienável da identidade do povo em questão. Tirá-lo dele, ou retirá-lo daí é amputar um de seus membros, a base de sua existência. É extirpar-lhe a territorialidade. Isso fica bem claro

na colonização da América pelos europeus. A grande maioria dos povos autóctones foram espoliados de seu território. Só no Brasil desapareceram mais de 500 povos de 1500 até hoje.

O lado P (população, povo) do tripé, tampouco pode ser desprezado pela ADE. Não é só o esbulho de T que causa sofrimento. Provocar a dispersão dos indivíduos que constituem P também leva à perda da identidade do povo e à sua extinção, sua morte como povo. Por fim, provocar a obsolescência, e a morte, de sua língua (L) também leva sofrimento a esse povo. Ela é um dos maiores itens de sua identidade. Atualmente, existem centenas e até milhares de povos que já a perderam devido à força constritora da língua do colonizador. Um povo sem L e T próprios está fadado à extinção como povo. Conclusão: um povo só estará forte como tal se tiver os três componentes do ecossistema integral da língua, P, T e L.

Nesse momento, seria interessante trazer à baila os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, embora em um sentido diferente do que têm em Deleuze & Guattari (2008). Consideramos que um povo goza de plena vitalidade quando usufrui de uma **territorialização**, ou seja, quando está tranquilo em seu território, levando sua vida como lhe é possível levar. Infelizmente, porém, volta e meia determinado povo é despossado de sua terra, de seu território, momento em que temos a **desterritorialização**, mesmo quando seus esbulhadores tentam reassentá-lo em outro lugar, em outra terra, reterritorializá-lo. Frequentemente, a **reterritorialização** é dolorosa, pois não há uma afeição à nova terra como a que havia para com o próprio território. Não se sente uma territorialidade forte para com ela. A não ser que o povo em questão esteja à procura de uma ‘terra prometida’. Mas, mesmo nesse caso, ela não é como aquela em que seus membros nasceram, tiveram filhos, netos etc. Entre povo e território há uma ligação telúrica, umbilical. Cortar essa ligação é trazer sofrimento ao povo.

Em síntese, não é por acaso que a ADE se chama também **linguística ecossistêmica crítica**. Ela é aquela parte da linguística ecossistêmica que enfatiza a defesa da vida, inclusive sugerindo intervenção a fim de preservá-la. A linguística ecossistêmica por si só não é apenas uma teoria científica, cujo objetivo é fornecer um modelo teórico e uma metodologia para descrever e explicar dados da realidade da linguagem como fenômenos ecológicos. Ela é, antes, um ponto de vista a partir do qual tudo isso pode ser feito. O que a distingue dos demais modelos teóricos é o fato de ser também intervencionista em prol da vida.

6 Comparando ADE e AD(C)

Vejamos alguns argumentos que justificam, a nosso ver, a necessidade de uma análise do discurso ecológica. Para começo de conversa, na análise do discurso ecológica, o núcleo da locução nominal é ‘análise’, sendo ‘de discurso’ um adjunto, ou seja, a análise é de base ecológica. Se se tratasse de ‘análise de discurso ecológico’, a locução nominal principal seria

ECO-REBEL

‘discurso ecológico’, o que significaria que se estaria discutindo só discursos ecológicos ou antiecológicos. Este último tipo de estudo pode ser feito não só pela AD(C), mas também no contexto da sociologia, de algumas orientações filosóficas etc. Até o leigo pode comentar discursos pseudoecológicos.

Cada modelo teórico pode se distinguir dos demais pelo menos de três maneiras. Primeiro, pelas bases teóricas, por sua epistemologia. Segundo, pelo objeto de estudo, pela ontologia. Terceiro, pelo modo de relacionar as duas, vale dizer, pela metodologia. No caso, a AD(C) pode até fazer uma análise crítica de um texto que trate de questões ambientais e ecológicas, ou antiambientais e antiecológicas. No entanto, esses não são seus temas favoritos. Ela se debruça mais sobre questões ideológicas, políticas, que envolvam relações de poder. A ideologia no caso é geralmente a marxista. O fato de ela eventualmente fazer esse tipo de estudo é fortuito, casual. Tanto que sempre o faz pelo cadinho da ideologia e das relações de poder. Ela só se aproximaria parcialmente da ADE pela ontologia, e só nesse caso.

A ecolinguística crítica (EC) dá preferência a temas (anti)ambientais (ontologia), lançando mão de alguns conceitos ecológicos como metáforas, embora nem sempre, como o já citado ensaio de Ramos (2013). Com isso, ela se aproxima da ADE, além da ontologia, também pela epistemologia. No entanto, o modo como ela o faz (metodologia) a distancia da ADE, justamente por usar conceitos ecológicos, quando o faz, como meras metáforas. Há uma certa artificialidade, pois se transportam conceitos da ecologia biológica (e da filosófica) para o domínio da linguagem. A ADE, ao contrário, por se incluir na linguística ecossistêmica, usa conceitos ecológicos por ser uma disciplina ecológica, não por tomá-los de empréstimo à ecologia. Ela segue a direção da ecologia linguística, não a da linguística ecológica.

Enfim, a AD(C) não dá relevo ao meio ambiente, a questões ambientais, em nenhum dos três níveis. Embora muitos ensaios na área tenham se dedicado casualmente a assuntos ambientais (ontologia), ela não inclui explicitamente a defesa da vida e a luta contra o sofrimento. A EC parte pelo menos parcialmente de bases ecológicas (epistemologia) e trata preferencialmente de questões ambientais (ontologia). No entanto, não costura bem as duas coisas, por ser epistemologicamente ecológica apenas de modo parcial. O que é mais, também ela tem um certo receio do mundo natural, valendo-se apenas da ecologia filosófica e da sociológica, às vezes evitando deliberadamente proximidade com a ecologia biológica, por medo do ‘biologismo’. Com isso, esquece-se de que a biologia é a ciência da vida. Além do mais, não leva em conta a ecologia mental nem a social e, muito menos, a espiritual.

Juntamente com Alwin Fill, a ADE defende o pequeno (isso é defesa da vida), enquanto que a filosofia ocidental em que a AD(C) de baseia defende o desenvolvimento (mesmo que ‘sustentável’), que é, ao fim e ao cabo, um movimento na direção do grande, objetivo principal.

ECO-REBEL

No quadro abaixo, apresentamos sinoticamente alguns dos principais pontos em que ADE e AD(C) se diferenciam uma da outra.

Análise do Discurso (Crítica)

Análise do Discurso Ecológica

Enfatiza o objeto de estudo do ponto de vista ideológico-político, quando muito psicanalítico	Põe em primeiro plano a questão da vida na face da terra, a ecologia, que é parte da biologia. Se é para falar em ideologia, que seja a ideologia ecológica ou da vida .
Está em sintonia com a filosofia ocidental, que enfatiza a competição (marxismo: conflito). Ela pode levar ao ódio	Tem mais afinidade com as filosofias orientais (hinduísmo, budismo, taoísmo) que enfatizam a cooperação, o que leva à harmonia, ao amor.
Parte do ponto de vista lógico (<i>from a logical point of view</i> : Quine): não refuta nem critica a visão de mundo ocidental, que é reducionista	Parte do ponto de vista ecológico (<i>from an ecological point of view</i> : Finke), que é abrangente, holístico. Combate a cosmovisão ocidental.
Tende a apenas analisar e criticar os estados de coisas de que trata, com raríssimas exceções, como a ADC	Analisa, critica e prescreve/recomenda comportamentos que favoreçam a vida e evitem o sofrimento
É humanista, logo, antropocêntrica como o marxismo, cuja filosofia assimila (ver Ramos, 2009, acima)	É biocêntrica, ecocêntrica, como a ecologia profunda
Crítica o estruturalismo, sobretudo a gramática gerativa	Crítica o estruturalismo, a gramática gerativa e a AD(C)
Dedica-se a discursos produzidos, logo, a produto, algo feito, coisa	Dá preferência ao próprio processo de produção de discursos (<i>das Fliessen selbst</i> [o próprio fluxo], Fill, 1993). A ecologia da interação comunicativa é o núcleo central da linguística ecossistêmica
Dedica-se apenas ao ecossistema social, quando muito chegando até o ecossistema mental (psicanálise).	Leva em conta não só o ecossistema social e o 'mental', mas também o natural, com o que se aproxima da ecocrítica (ver Glotfelty). Tende a incluir até mesmo a dimensão espiritual.

Poderíamos acrescentar muitas outras diferenças entre as duas teorias. Por exemplo, a ADE encara mundo ecologicamente, o que significa que está do lado da vida. A AD(C), por não estar desse lado, mas da ideologia (política, marxista etc.) parece ficar mais do lado da economia. Enfim, como timidamente sugeriram Alexander; Stibbe (2013), podemos dizer que a ADE faz “análise ecológica de discurso”, não apenas “análise de discurso ecológico”. Ela é ecológica porque é parte da linguística ecossistêmica, que é parte da macroecologia, em pé de igualdade

com a ecologia biológica. Por isso, sua análise de fenômenos linguísticos é ecológica do ponto de vista epistemológico, do ontológico e do metodológico.

7 Questões polêmicas

Quando se fala em defesa da vida e luta contra tudo que traz sofrimento (físico, mental, social, espiritual), podemos entrar em uma área escorregadia, polêmica, em que os ânimos podem facilmente se acirrar. A primeira dúvida que surge é sobre o que é vida. Podemos dizer que há vida assim que há a fecundação do óvulo? Um mês, dois, três, seis depois? A segunda é sobre sofrimento de quem, como no caso de uma mulher que ficou grávida como resultado de um estupro. Deve-se levar em conta o sofrimento dela ou o do feto? Ou de ambos? A terceira dúvida emerge quando se trata de conflito entre tradições culturais antigas e sofrimento físico, como o infanticídio entre alguns grupos étnicos ameríndios.

Há toda uma série de questões adicionais que devem ser levadas em conta. Uma delas é a intensidade do sofrimento: dependendo da intensidade, o sofrimento social e/ou o psicológico pode ser maior do que o físico. Por exemplo, um beliscão (físico) é muito menos intenso do que uma tortura mental, a desmoralização social ou ridicularização (expor ao ridículo) perante a comunidade de que faz parte, a difamação etc. Uma outra se dá quando a própria vítima não se considera ofendida, como algumas mulheres muçulmanas que aceitam certas punições a elas infligidas como sendo algo que tem que ser feito. Para a ADE, que segue a ecologia profunda, mesmo assim, pelo menos em alguns casos é necessário intervir em defesa da vida. Do contrário, aceitaríamos a **eutanásia** e até o sacrifício de crianças em prol de uma presumível eugenia.

Vejamos o caso do infanticídio entre alguns grupos ameríndios. Em 1957, os tapirapé ainda sacrificavam o quarto filho para evitar uma superpopulação, o que era condenado pelas missionárias católicas. Mas, alguns dos casos mais ruidosos se deram no início do ano 2000. Entre 2004 e 2008, a indiazinha da tribo suruwahá chamada Iganani, além de ilegítima nasceu com paralisia cerebral. Por isso, deveria ser sacrificada. No entanto, sua mãe Muwaji Suruwahá procurou tratar dela em São Paulo e Manaus, com a ajuda do casal de missionários Edson e Márcia Suzuki. Um procurador do Estado do Amazonas e um antropólogo queriam que se deixassem os índios praticar seus costumes, no caso sacrificá-la. Mas, ela acabou sendo salva. Outra criança suruwahá, Sumawani, com traços de hermafroditismo, também deveria ser sacrificada. O próprio cacique da tribo propôs aos pais que procurassem por tratamento “branco”, com o que ela seria reinserida na vida tribal. É o que foi feito. Em 2007, de novo Edson e Márcia salvaram do sacrifício a menina Hakani, levando-a para morar com eles em Brasília. Enfim, os casos são inúmeros.

ECO-REBEL

Esse assunto já era objeto de polêmica na China antiga. O filósofo Mozi ou Mo Tzu (468-376 a.C.) da época dos Estados Guerreiros (479-221 a.C.), disse o seguinte: “Antigamente, a leste de Yue havia o país de Gai Shu. Quando nascia o primeiro filho, eles o esquartejavam e comiam, chamando a isso uma obrigação para com seus irmãos mais novos. Quando o avô morria, levavam a avó para longe e a abandonavam, dizendo: ‘Não podemos viver com um fantasma’. Isso era a política e o costume da época, postos em prática incessantemente e mantidos com todo cuidado. No entanto, como pode isso ser realmente chamado de humano e correto?” (Mo Tzu, 2010). Como se vê, já naquela época não era considerado etnocentrismo ir contra a dor física pungente, lancinante e a morte, mesmo contra costumes arraigados e, às vezes, independentemente da vontade das vítimas. A intervenção já era considerada uma defesa da vida e contra o sofrimento.

Nesses, e em casos semelhantes, a ADE tem uma posição muito clara, uma postura que precede tudo: a defesa incondicional da vida, a luta constante contra tudo que traz sofrimento. Portanto, ela está de acordo com Mo Tzu e com o casal de missionários. Entre costumes e hábitos culturais arraigados e a preservação da vida, a ADE fica do lado da segunda. É claro que os antropólogos e um ou outro indivíduo poderiam alegar que infringir a regra comunitária de sacrifício nos casos recém-mencionados traria sofrimento para a tribo como um todo e, localmente, a comunidade prevalece sobre o indivíduo. No entanto, todas as tribos em questão estão em contato com a cultura não índia, com o que estão se desaculturando e aculturando-se à sociedade envolvente, com toda a sua força constritora. Mais cedo ou mais tarde, esses costumes desaparecerão. Quer dizer, hábitos culturais passam, transformam-se, mas a vida não. A morte é irreversível. Se se tratar de grupos isolados do restante da comunidade brasileira, que ninguém de fora se intrometa em suas práticas culturais. Grupos isolados, devem ser deixados em paz, praticando seus hábitos e costumes sem ser perturbados. Mas, mesmo aí, se algum “branco” que apareça na periferia da comunidade perceber algo assim, por que não “resgatar” quem vai sofrer a morte?

A questão é polêmica. Não há uma resposta definitiva para cada caso especial. O que a ADE sugere são algumas diretrizes, *guidelines*, como se diz em inglês, para não se julgar cada caso de maneira *ad hoc*. Um ponto de partida para toda a discussão é a defesa da vida, o que implica uma luta contra tudo que traz sofrimento, como já caracterizado.

A mulher tem sido vítima de violência por parte do homem de longa data, mas, ultimamente tem havido relatos de agressões da mulher ao homem. Trata-se de um tema altamente delicado, explosivo, mas, além de registros em instituições de saúde, descobrimos duas dissertações de mestrado, escritas por mulheres, que tratam do assunto. A primeira é de Simone Alvim, defendida no Departamento de Psicologia da UFES (Vitória). A outra é de Fernanda Bona, da Universidade de Juiz de Fora, também na área de psicologia. As duas procuram falar de

violência doméstica, não importa de que direção ela parta, do homem ou da mulher. É claro que a Lei Maria da Penha veio em boa hora para punir homens violentos e covardes (por terem mais força física) contra mulheres. No entanto, segundo as autoras, é preciso ver o outro lado também.

Gostaríamos de trazer à baila uma questão menos polêmica, é verdade, mas não menos problemática, que é a da **espiritualidade**, já discutida em Carvalho & Steil (2008) da perspectiva ecológica; Fritjof Capra vê uma ligação íntima entre visão ecológica de mundo e espiritualidade. Muitos cientistas não gostam de tocar no assunto, pois ele não é quantificável. No entanto, praticamente todos os povos a tem, em maior ou menor grau, portanto, mesmo que o especialista em ADE seja ateu, deve levar essa variável em conta, uma vez que ela ocorre no objeto de seu estudo. Muitos grupos étnicos praticam o **animismo**. Para eles a natureza é sagrada. A árvore, a montanha, os rios, tudo tem alma. Portanto, devem reverenciá-los, adorá-los etc. Interessantemente, os praticantes de tai chi chuan e de outras artes orientais fazem captação da energia solar, falam de circulação do *chi* (energia vital) e consideram os humanos como uma ligação entre a terra e o céu, como nos trigramas do *I ching* (na tradução de Richard Wilhelm). No prefácio a ele, Carl G. Jung diz o seguinte: “O opressivo enfoque pedagógico que pretende enquadrar os fenômenos irracionais dentro de um padrão racional é uma anátema para mim”; “a plenitude da vida ensinou-me a nunca descartar nada” porque “não se pode menosprezar tão facilmente grandes pensadores como Confúcio e Lao-Tse”.

Poderíamos indagar sobre a causa da fascinação por personalidades como Chico Xavier e São Francisco de Assis, mesmo por parte de ateus confessos. Enfim, a espiritualidade seria uma quarta dimensão a ser levada em conta na análise de textos/discursos por especialistas em ADE, além, é claro, da natural, da mental e da social. Mesmo que nós, pesquisadores, não sejamos espiritualistas, essa dimensão aparentemente não pode ser descartada, pois ela está presente na esmagadora maioria das comunidades, se não em todas. Em Capra (1998), ela é associada à ciência, à teoria sistêmica e, é claro, à visão ecológica de mundo. Para o autor, tudo faz parte de um mesmo todo.

Falando em espiritualidade, religião também é linguagem. Como demonstrado na linguística ecossistêmica, a linguagem existe na interação entre indivíduos (**comunicação**) e entre indivíduos e mundo (**significação**). A religião existe na ligação (<*re-ligare*) ou interação entre indivíduos (cerimônias religiosas, cultos, orações etc.) bem como entre indivíduos e o além. Na religião a comunhão espiritual tem um papel fundamental, a interação indivíduo-indivíduo é quase sempre comunal. Na linguagem só haverá comunicação se falante e ouvinte entrarem em comunhão antes da interação comunicativa propriamente dita. Vale dizer, a linguagem é interação sobre e com o mundo natural; a religião é interação sobre e com o mundo sobrenatural.

Enfim, vejamos o que o ecolinguista português Rui Ramos disse sobre a ADE. Em comunicação pessoal, ele afirmou que “a ideia de uma ADE menos ‘parcial’ no seu posicionamento ideológico é interessante e parece ter o potencial de ultrapassar posições por vezes radicalizadas associadas a posicionamentos políticos, feminismo ou denúncias de poder e hegemonia. O exemplo que apresenta é muito interessante: a defesa da mulher violentada às mãos do marido por ser um ser humano e não especificamente por ser mulher”.

8 Sugestão de análise de um texto não (anti)ambiental

Analisar e criticar textos (anti)ambientais é relativamente fácil, e grande parte dos ensaios feitos no arcabouço teórico da ecolinguística (crítica) tem feito isso. Alguns exemplos podem ser respigados em *Cadernos de linguagem e sociedade* (14,1, 2013) e no presente volume. Nós achamos, porém, que um modelo teórico que permita analisar todo e qualquer tipo de texto é de se preferir àqueles que se restringem a textos ambientais e/ou de cunho político-ideológico. Vejamos um texto científico, extraído de *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*, de Noam Chomsky (São Paulo: Editora da UNESP, 2002: 32)

A abordagem que venho esboçando está relacionada à faculdade da linguagem: seu estado inicial e os estados que ela assume. Suponhamos que o órgão da linguagem de Peter está em estado L. Podemos considerar L a ‘linguagem internalizada’ de Peter. Quando falo de uma linguagem aqui, é isso que estou pretendendo dizer. Entendida dessa maneira, a linguagem é algo como ‘o modo como falamos e entendemos’, constituindo então uma concepção tradicional da linguagem. Adaptando um termo tradicional a uma nova estrutura, chamamos a teoria da linguagem de Peter de ‘gramática’ de sua linguagem.

Partindo exclusivamente da visão ecológica de mundo passada em revista acima e no capítulo 8, nota-se que a concepção de linguagem de Chomsky inicialmente viola um princípio ecológico fundamental, que é a evolução (sucessão ecológica). Para ele, trata-se de “estados”, como o “inicial”, o que implica que não percebe que a língua está em perpétua mudança. Para essa teoria, a linguagem é um “órgão”, logo, um coisa, não uma rede de interações. Além de ser uma coisa, trata-se de uma coisa individual, não socializada. O autor até que reconhece a faceta “mental” (internalizada por Peter) e a “natural” (órgão) da linguagem, mas deixa de fora o aspecto “social”, a despeito da enganadora expressão “o modo como falamos e entendemos”. Enganadora porque ele enfatiza sempre o indivíduo (que “fala” e “entende”). Chomsky ignora totalmente o fato de que como tudo no mundo, a língua é aberta/porosa, não uma estrutura fechada (gramática). Por estar no indivíduo (Peter), a linguagem é apenas expressão do pensamento, não basicamente interação. Poderíamos continuar alinhando os problemas que a concepção gerativista de linguagem apresenta. No entanto, gostaríamos de terminar com aquele

que para nós paira por sobre os demais: o antropocentrismo subjacente a toda a teoria. Isso não está bem visível no pequeno excerto supra, mas, para o autor, a linguagem humana (língua) não tem nada a ver com os modos de comunicação das demais espécies, talvez por sermos “superiores” aos demais animais. A linguagem não seria fruto da evolução, mas, talvez, algo dado por Deus, como se vê no livro *Gênesis* da Bíblia.

Alguém poderia perguntar sobre o que essa curta análise tem de diferente de uma que fosse feita pela AD(C). Para começo de conversa, não recorreremos a nenhum conceito não ecológico. Todos foram tirados do ecossistema e/ou de suas propriedades e características, tais como sucessão ecológica, porosidade, interação, relação organismo-mundo (significação), relação organismo-organismo (interação comunicativa, comunicação), diversidade (defesa do direito de autorrealização de todos os seres vivos) etc. Não recorreremos a nenhuma ideologia política, partidária ou religiosa nem a relações de poder. Nem a ecolinguística crítica conseguiria fazer uma análise como a presente. O máximo que ela faria seria algo como Carvalho (1989) fez antes do próprio surgimento da ecolinguística. Em Couto; Couto; Borges (2014) há mais exemplos de análises linguístico-ecossistêmicas de outros tipos de textos/discursos.

9 Conclusões e perspectivas

Nossa intenção ao produzir o presente ensaio foi apresentar uma alternativa de análise de discursos que não veja neles exclusivamente ideologias e relações de poder. Propusemos algo muito mais geral e abrangente, pelo menos nós acreditamos nisso, do que ideologia e poder. É claro que na vida em sociedade as questões ideológicas e de poder permeiam tudo. No entanto, a vida precede ambos. Sem ela não há ideologias nem poder. Numa época em que estamos numa atitude suicida de devastação de todos os meios de nossa própria sobrevivência na face da terra, nada mais urgente do que a defesa da vida. A ciência da vida é a biologia. A ecologia é parte dela, logo, também uma ciência da vida. Como vimos no capítulo 8, a língua é uma rede de interações que se dão no seio do ecossistema linguístico, contendo os mesmos ingredientes que existem no ecossistema biológico.

Além da macroecologia que serve de suporte à linguística ecossistêmica em geral, uma das fontes de inspiração da ADE é a **ecologia profunda** (EP), da qual gostaríamos de salientar alguns princípios. Antes de mais nada, ela apregoa uma **descentralização**, que em outras situações se chama de “pluricentrismo”, que recomenda “pensar globalmente e agir localmente”. Uma de suas máximas é “viva e deixe viver”, válida para todas as espécies, precedida da recomendação de não se infligir sofrimento desnecessário em outros seres vivos. Naess (1989: 75) diz que “se comparamos ‘Não mate’ com ‘Não mate sua mãe’, a primeira asserção tem prioridade lógica porque dela podemos derivar a segunda, mas não o contrário”, o que mostra que defender a mulher que sofre nas mãos do marido por ser um ser vivo que sofre

tem precedência sobre a ideologia de defendê-la por ser mulher. Isso deriva de um “cuidado estendido aos seres não humanos e um cuidado aprofundado para com os humanos”. Para a EP, que tem como *slogan* “simples em meios, rica em fins”, todo ser vivo procura sua “autorrealização”, a própria sobrevivência e bem-estar, a felicidade (Naess, 2002: 113). Tudo isso pode, e deve ser apropriado pela ADE porque a vida é sua protagonista.

Fora da ecolinguística surgiram conceitos que também podem ser apropriados pela ADE com grande propriedade e proveito. Carvalho (1989), por exemplo, usa os de **discurso ecológico oficial** *versus* **discurso ecológico alternativo**. Sempre que nos debruçarmos sobre um texto a ser analisado, é bom ter essa distinção em mente, embora isso cheire a relações de poder. A ideia de **sujeito ecológico**, que lembra muito o “ego ecológico” da ecologia profunda, é também muito interessante. Carvalho menciona ainda o termo de Hallowell **comportamento ambiental** e a **mente ecológica** de Bateson (Carvalho, 2005). Mas, muito antes de tudo isso as bases da ADE já estavam antecipadas em filosofias orientais como o hinduísmo, o budismo e, sobretudo o taoísmo. Este último tem como conceito central a harmonia (Couto, 2012). Enfim, a ADE dialoga com diversas áreas. Ela é inter-, trans- e multidisciplinar, como toda disciplina de fundamentação ecológica.

Como observação final, gostaríamos de dizer aos colegas, sobretudo aos que se dedicam à análise de discurso e à análise do discurso crítica, que estamos propondo a ADE não porque achemos essas disciplinas sem importância. Pelo contrário, elas trouxeram um novo alento à linguística formal iniciada com Saussure e outros. Nossa proposta se destina a dar um passo à frente. Pode até ser que ela não seja válida, e/ou não seja aceita pela comunidade linguística, mas de uma coisa estamos convictos: ela é algo novo no âmbito da análise de discurso.

Referências

- ALEXANDER, R.; STIBBE, A. *From the analysis of ecological discourse to the ecological analysis of discourse*. *Language sciences* v. 41, 2014, p. 104-110.
- BOOKCHIN, M. *What is social ecology?* In: ZIMMERMAN, M. E. (org.). *Environmental philosophy: From animal rights to radical ecology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1993.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- CAPRA, F. *Pertencendo ao universo*. São Paulo: Cultrix/Amana. 1998, 10ed.
- CARVALHO, I. I. C. M. *Territorialidades em luta: Uma análise dos discursos ecológicos*. Fundação Getúlio Vargas, Dissertação de Mestrado, 1989.
- _____. *A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais*. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs.). *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____; STEIL, C. A. *A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade*. Ambiente & sociedade vol. XI, n. 2, 2008, p. 208-305.

CATTON JR., W. R.; DUNLAP, R. E. *Environmental sociology: A new paradigm*. *American sociologist* 13, 1978, p. 41-49.

COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. *O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Análise do discurso ecológica', disponível em

<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2013/04/analise-do-discurso-ecologica.html>, de 01/04/2013 (2013a).

_____. *O que é ecolinguística, afinal?* Cadernos de linguagem e sociedade v. 14, n. 1, 2013b, p. 275-313.

_____. *Linguística ecossistêmica crítica ou Análise do discurso ecológica*. In: COUTO, E. K. N. N. do; DUNCK-CINTRA, E.; BORGES, L.A. de O. (orgs.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014, p. 27-41.

_____; EMBALÓ, F. *Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: Um país da CPLP*. Brasília: Thesaurus, 2010.

DAMÁSIO, A. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2008, 4ª. reimpressão.

DRENGSON, A.; INOUE, Y. (orgs.). *The Deep Ecology Movement: An introductory anthology*. Berkeley: North Atlantic Books, 1949.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FILL, A. *Wörter zu Pflugscharen: Versuch einer Ökologie der Sprache*. Viena: Böhlau, 1987.

_____. *Ökologie: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007, 8ª. ed.

GARRARD, G. *Ecocrítica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

GLOTFELTY, C. *Introduction: Literary studies in an age of environmental crisis*. In: CLOTFELTY & FROMM (orgs.): p. xv-xxxvii, 1996.

_____; FROMM, H. (orgs.). *The ecocriticism reader*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 1996.

GÜNTHER, H.; ROZESTRATEN, R. J. A. *Psicologia ambiental : considerações sobre sua área de pesquisa*. Série *Textos de Psicologia Ambiental* n. 10, Laboratório de Psicologia Ambiental, UnB, 2005.

MAGALHÃES, I. *Introdução: A análise de discurso crítica*. *D.E.L.T.A.*, 21: Especial, 2005, p.1-9.

ECO-REBEL

MAKKAI, A. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers, 1993.

MARTIN, J. R. *Positive discourse analysis: Solidarity and change. Revista canaria de estudios ingleses* n. 49, 2004, p. 179-200.

_____. *Vernacular deconstruction: Undermining spin. DELTA* v. 22, n. 1, 2006, p. 177-203.

Mo Tzu. Thrift in funerals. In: BOOK 25, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/mohism/>, 20/05/2010.

NAESS, A. *The shallow and the deep, long-range ecology movement: A summary. Inquiry* 16, 1973, p. 95-100.

_____. *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

_____. *Life's philosophy - Reason & feeling in a deeper world*. Athens: The University of Georgia Press, 2002.

PEPPER, D. *Socialismo ecológico: Da ecologia profunda à justiça social*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.

PINEZI, A. K. M.; SUZUKI, M. *Infanticídio e direito de viver: um debate sobre o infanticídio suruwahá, recentes mudanças culturais e direitos humanos*. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro (BA), 01-04/06/2008.

RAMOS, R. *O discurso do ambiente na imprensa e na escola: Uma abordagem linguística*. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

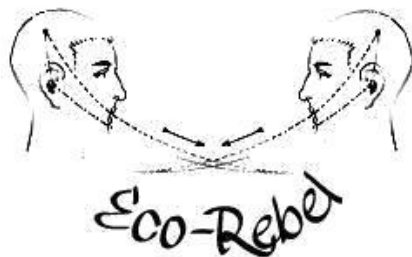
_____. *O rei de Espanha foi caçar elefantes: A construção discursiva do evento nos media portugueses. Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1, 2013, p. 17-40.

VIAN JR., O. *Gêneros do discurso, narrativas e avaliação nas mudanças sociais: A análise de discurso positiva. Cadernos de linguagem e sociedade* v. 11, n. 2, 2010, p. 78-96.

[Este texto está também no livro *O paradigma ecológico nas ciências da linguagem: Coletânea de ensaios clássicos e contemporâneos*, Goiânia: Editora da UFG, 2015, organizado por Hildo H. do Couto, Elza K.N.N. do Couto, Gilberto P. de Araújo & Davi B. de Albuquerque).

Recebido em 10/10/2014.

Aceito em 31/01/2015.



UM ESTUDO DA ECOLOGIA DO CONTATO DE LÍNGUAS EM TIMOR-LESTE

Davi Borges de Albuquerque (NELIM)

R e s u m o : O presente artigo tem como objetivo apontar os aspectos teóricos da ecologia do contato de línguas e povos, bem como aplicar tal teoria em um estudo de caso específico, que é analisar a ecologia do contato de línguas/dialetos e indivíduos/povos em Timor-Leste. Assim, este trabalho está dividido da seguinte maneira: após a introdução, será realizada uma revisão bibliográfica, em (2); em (3), serão apresentadas algumas características básicas do ecossistema linguístico local de Timor-Leste; em seguida, em (4), serão discutidas as situações de contato e alguns fatores que influenciam na ecologia do contato; em (5), serão analisados os resultados do contato de línguas e povos em Timor; finalmente, em (6), serão apresentadas as considerações finais.

P a l a v r a s - c h a v e : Contato de línguas; ecolinguística; língua portuguesa; Timor-Leste

A b s t r a c t : This article aims to point out the theoretical aspects of the ecology of languages in contact together with people contact as well. Furthermore, this article will present a specific case study in which it is analyzed the ecology of languages and dialects in contact, and also people and individual contacts in East Timor. Thus, this article is divided as the following: after the introduction, it will be conducted a bibliographical review, in section (2); in section (3), it will be presented some basic traces of East Timor Language Ecosystem; in section 4, the situations of contacts and the factors which have influence on the ecology of contact will be discussed; in section (5), the results of languages and people in contact in East Timor will be analyzed; finally, in section (6), the final remarks will be withdrawn.

K e y w o r d s : Languages in contact; ecolinguistics; Portuguese language; East Timor.

1. Introdução

Neste artigo será estudada a ecologia do contato de línguas e povos em Timor-Leste.

Para tanto, faz-se necessário elencar informações a respeito dos estudos ecolinguísticos que se dedicaram ao contato de línguas, bem como a respeito do ecossistema linguístico local de Timor-Leste.

Desta maneira, este trabalho apresenta diferentes contribuições à comunidade científica, já que será feita uma revisão bibliográfica de como o contato de línguas é abordado na ecolinguística, será exposta a teoria do contato de línguas de Couto (2009) que está em acordo com a linguística ecossistêmica (Couto, 2013), bem como esta será aplicada ao estudo dos contatos no ecossistema linguístico local de Timor-Leste, fazendo com que a análise conduzida a respeito da ecologia dos contatos neste país seja também uma contribuição importante para os estudos de linguística em Timor-Leste e de ecolinguística.

Assim, o presente artigo está dividido da seguinte maneira: após a introdução, será realizada uma revisão bibliográfica, em (2); em (3), serão apresentadas algumas características básicas do ecossistema linguístico local de Timor-Leste; em seguida, em (4), serão discutidas as situações de contato e alguns fatores que influenciam na ecologia do contato; em (5), serão analisados os resultados do contato de línguas e povos em Timor; finalmente, em (6), serão apresentadas as considerações finais.

2. Ecologia do contato de línguas

Os primeiros trabalhos que relacionam a temática do contato de línguas/povos com ecologia foi o de Whinnom (1971). Vale lembrar que este não é um trabalho de ecolinguística, já que se atribui ao trabalho de Haugen (1972) como o marco inicial da ecolinguística. Em Whinnom (1971), o autor simplesmente argumenta a favor da analogia entre o surgimento de pidgins e crioulos com o surgimento das espécies biológicas. Whinnom (1971) usa o termo ‘hibridização’ para se referir ao nascimento das línguas: as línguas naturais surgiriam de uma hibridização primária, enquanto da hibridização secundária, ou seja, o convívio de duas línguas, há somente a aprendizagem. Os pidgins e crioulos surgiriam de um processo de hibridização terciária. De maneira similar ao trabalho de Whinnom (1971), que crioulogia e biologia, Mackey (1979) levanta a discussão a respeito da ecologia do contato de línguas, afirmando que no estudo das línguas em contato deve-se levar em conta uma série de elementos sociolinguísticos, como etnia, manutenção linguística, comportamento linguístico diglossia, a competência linguística do grupo e o papel das línguas na educação e na comunicação (Mackey, 1979, p. 453). Assim, esse tipo de estudo consiste em um estudo ecológico da língua, pois é por meio da abordagem ecolinguística que esses elementos podem ser analisados de maneira conjunta. Basicamente, para o autor a língua é um

fenômeno social e a ecologia é o estudo das relações, assim as ciências sociais já haviam incorporado a ecologia em seus estudos e faltava somente a ciência da linguagem adotar o estudo da língua como um estudo das relações entre os vários papéis sociais das línguas e como estes se relacionam entre si e com as políticas e práticas sociais em diferentes meio ambientes (Mackey, 1979, p. 454). Couto (2007, p.

48) salienta a importância dessa publicação por ser provavelmente o primeiro texto em que foram aplicados os pressupostos teóricos da proposta de Haugen (1972) de ‘ecologia da língua’.

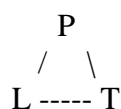
No ano seguinte, em Mackey (1980), o autor aplicou novamente a proposta de Haugen (1972), mas desta vez ele estudou a ecologia da mudança de língua. O autor propõe basicamente três parâmetros ecológicos (medição de atração interlingual, elaboração de perfis das pressões das línguas comunitárias e padrões de geocodificação do uso linguístico) para se analisar a mudança de língua e aplica-os a um estudo de caso em Quebec.

Alguns crioulistas acabaram por se tornar ecolinguistas, como Mühlhäusler (1996, 2003) e Couto (2007, 2009), enquanto outros, apesar de não realizarem estudos ecolinguísticos, conduziram estudos que relacionam contato de línguas com aspectos biológicos ou ecológicos, como Calvet (1999) e Mufwene (2001, 2008), sendo que estas publicações se tornaram contribuições significativas para o desenvolvimento da teoria ecolinguística, bem como para as análises ecolinguísticas, conforme será comentado abaixo.

Nos trabalhos de Mufwene (2001, 2008), apesar de o autor se basear em perspectiva biológica e não ecológica, há um modelo evolucionário para explicar e analisar o contato e a mudança linguística. Assim, o autor inseriu conceitos biológicos nesta temática, principalmente da genética, como o ‘fundo de traços’ (ing. *feature pool*), análogo ao fundo genético (ing. *gene pool*), o processo de competição e seleção, e a migração populacional. De acordo com a perspectiva evolucionária de Mufwene (2001), há um fundo de traços (ing. *feature pool*), análogo ao fundo genético (ing. *gene pool*), em que esses traços estão em competição e os falantes selecionam os que estão mais adaptados às mudanças ecológicas que ocorreram, ocorrendo, assim, a competição dos traços selecionados de cada falante e a partir do contato de idioletos é que os traços são selecionados naturalmente, sobrevivendo somente alguns que serão transmitidos por meio do contato interidioletal do indivíduo para a comunidade.

Couto (2009) que apresenta uma proposta para um estudo ecológico do contato de línguas sob uma perspectiva da Ecologia Fundamental da Língua (doravante EFL), enfatizando a importância da tríade P-L-T, povo (P), língua (L) e território (T), bem como das interações comunicativas e dos diferentes meio ambientes e seus respectivos ecossistemas (ecossistema mental, social e natural). Segundo Couto (2007), a EFL, que pode ser tanto ‘Ecologia Fundamental da Língua’ ou ‘Ecossistema Fundamental da Língua’, é formada pelos três elementos básicos, que são o P-L-T, já apontados acima, e que a língua é que serve como uma intermediária entre o indivíduo e o meio ambiente, conforme a figura 1 abaixo:

FIGURA 1. Ecossistema Fundamental da Língua (Couto, 2007, p. 91, adaptado)



Couto (2007) também aponta que os três ecossistemas da língua (mental, social e natural) são as maneiras distintas de se encarar a língua, como um fenômeno mental, ou social, ou natural, bem como se relaciona com os respectivos meio ambientes e também com os três elementos da EFL, que são o P-L-T. Posteriormente, Couto (2013) desenvolveu esta teoria, chamando-a de linguística ecossistêmica. Isso faz com que o estudo da ecologia do contato de línguas, de acordo com uma perspectiva da linguística ecossistêmica, que será adotada para a análise a ser conduzida aqui nas próximas seções, enfatize a importância da tríade P-L-T e dos diferentes ecossistemas quando ocorrem os contatos entre diferentes indivíduos, falantes de diferentes línguas/dialetos em situações sociais específicas e em um local determinado.

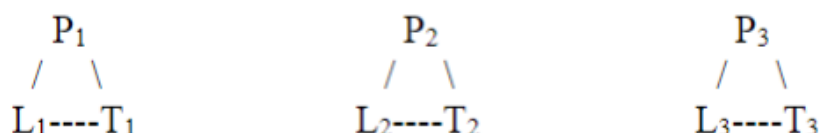
3. O ecossistema linguístico local de Timor-Leste

Na teoria da linguística ecossistêmica, a EFL equivale ao conceito da comunidade falante da língua e é onde ocorrem as interações comunicativas. Relembrando a figura.1 anteriormente, que consiste na representação da EFL, o P está no ápice do triângulo, indicando que a relação entre L e T é mediada por ele.

Digno de nota é que representações semelhantes já se encontravam em trabalhos anteriores da ecolinguística, como Trampe (1990) e Bang e D r (2007), conforme afirma Couto (2007, p.91). O EFL possui três ecossistemas dentro de si, dependendo de

como são encarados os elementos P, L e T. Segundo Couto (2013, p. 299), esses ecossistemas são: o ecossistema natural da língua, o ecossistema mental da língua e o ecossistema social da língua, de acordo com a figura abaixo:

FIGURA. 2 Representação dos Ecossistemas Natural (1), Mental (2) e Social (3) da Língua (Couto, 2013, p. 299, adaptado)



O ecossistema natural da língua (1) consiste em um povo (P₁), que habita em seu território (T₁) e se comunica por meio da língua (L₁) da comunidade. Porém, no ecossistema natural da língua P₁ é visto como seres físicos e T₁ é encarado fisicamente, assim a L₁ é uma realidade concreta que se relaciona com os demais elementos do ecossistema. Esta é uma visão mais biológica da língua e do ecossistema. Em (2), há o ecossistema mental da língua em que a língua é vista como um fenômeno mental (L₂), sendo P₂ a parte da mente do indivíduo que processa a língua e (T₂) é o cérebro, sendo encarado como entidade concreta. O ecossistema social da língua, representado em (3), trata-se da língua (L₃), sendo encarada como fenômeno social e P₃ é a comunidade que fala a L₃, enquanto o T₃ é a sociedade (Couto, 2013, p. 299).

Desta maneira, o ecossistema linguístico engloba os três ecossistemas mencionados anteriormente e, de acordo com Couto (2013, p. 294), pode ser dividido em ecossistema linguístico geral e local. O primeiro, o ecossistema linguístico geral, equivale à comunidade de língua e ao domínio do sistema. O segundo, o ecossistema linguístico local, consiste na comunidade de fala, ou de interação, sendo, assim, o ecossistema onde ocorrem os atos de interação comunicativa (AIC).

Sobre o ecossistema natural de Timor-Leste, há algumas informações em Fox (2000, 2003) que aponta entre as características principais: um relevo montanhoso, o clima de monções e pouca área fértil para a agricultura, que geralmente se localiza nos vales entre as montanhas, pelo fato de acumularem água. A alimentação dos indivíduos leste-timorenses é à base de arroz (*Oryza sativa L.*) ou milho-miúdo (*Panicum viride L./Setaria italica L.*), dependendo da cultura local e do solo propício às plantações.

Sobre o ecossistema mental pouco pode ser dito, até mesmo pelo fato de este ecossistema ser o menos estudado na ecolinguística, conforme Couto (2013) atesta. Porém, no convívio do presente autor com os leste-timorenses, percebeu-se que algumas

formas de pensar e de se comportar (características do ecossistema mental) dos habitantes de Timor-Leste são influenciadas pela organização social deles, o ecossistema social. Assim, toda a cosmologia dual influencia a forma do cidadão leste-timorense pensar, que acaba por enxergar a realidade também com uma visão dualística, com os opostos metafísicos (bem x mal, belo x feio) convivendo em equilíbrio e que se manifestam no plano físico, como: homem x mulher, criança x adulto, vida x morte, sexo x casamento, seca x chuva, calor x frio, entre outros. É possível citar a relação com o ecossistema natural também, já que os pares opositivos são naturais na maioria das espécies do reino animal (masculino x feminino), bem como há a presença de aspectos geográficos, como o clima, o tempo etc. Isso faz com que todas as manifestações culturais, como a religião tradicional e seus rituais, a literatura oral e a organização social, apresentem essa concepção diádica do universo¹.

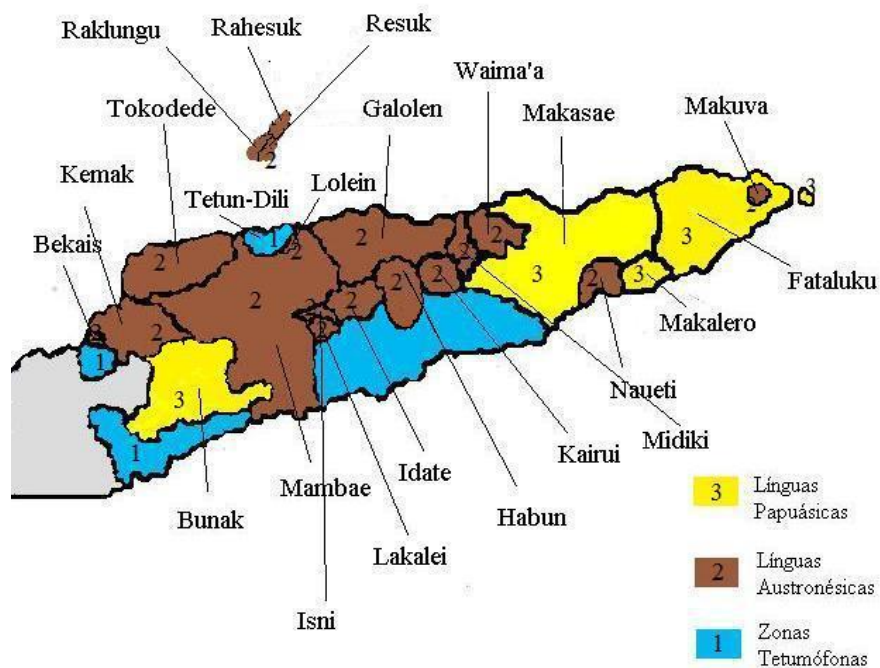
Em Albuquerque (2010b), há um panorama dos elementos P, L e T do EFL. Assim, como este capítulo dedica-se ao estudo do ecossistema linguístico local de Timor-Leste é pertinente discorrer a respeito das línguas nativas leste-timorenses. As línguas de Timor-Leste pertencem a duas filiações genéticas distintas: Austronésia e Papuásica. Até a atualidade poucos são os estudos de natureza histórica que se debruçaram sobre a classificação das línguas leste-timorenses.

Há alguns estudos que apresentaram uma proposta de classificação dessas línguas, porém os estudos pioneiros de Capell (1943a, 1943b, 1944) é que se destacam e, posteriormente, os estudos de Hull (2001, 2004). Recentemente, Schapper, Huber e Engelenhoven (2012) vêm se dedicando aos estudos histórico-comparativos das línguas papuásicas da ilha de Timor e suas relações com as ilhas vizinhas, principalmente da região de Alor e Pantar. A seguir, no mapa.1, se encontra a distribuição das línguas nativas leste-timorenses pelo território do país.

MAPA 1. Timor Leste e a distribuição das línguas nativas pelo seu território

¹ Vale lembrar que esta visão diádica da realidade, apesar de ser marcante em sociedades autóctones, também é encontrada na tradição europeia.

ECO-REBEL



(Fonte: Albuquerque, 2011a, p.66, adaptado)

4. Situações e fatores relacionados à ecologia do contato de línguas

A ecologia do contato de línguas parte de uma série de pressupostos simples que podem ser observados na realidade do ecossistema linguístico local estudado. Primeiramente, o que entra em contato não são necessariamente línguas, mas os diferentes povos falantes das mais variadas línguas (Couto, 2009, p. 50). O contato se inicia com povos se deslocando em diferentes espaços, sendo que o contato entre as línguas acontece na mente dos falantes, de acordo com Couto (2009), e as mudanças linguísticas são originárias do contato, ou ausência dele, a partir do idioleto e a dispersão deste, ou seja, cada indivíduo modifica a língua à sua maneira, o idioleto, e por meio do contato interidioletal certos traços do idioleto são partilhados pela comunidade, modificando, assim, a língua, conforme Mufwene (2008).

Desta maneira, com o que foi exposto acima, percebe-se que os elementos do EFL, a saber: o povo (P), o território (T) e a língua (L), estão envolvidos com o contato de línguas, bem como os três ecossistemas da língua: o natural, o mental e o social.

Couto (2009, p. 51) elabora uma tipologia das situações de contato, que será exposta a seguir, com o intuito de apontar em qual dos tipos se enquadra a situação de contato em Timor-Leste. A primeira das situações se caracteriza com um povo e sua língua, que possuem um prestígio reduzido, sendo identificados aqui como PL₂, migrando para um

território que já possui uma EFL estável, com o povo e a língua sendo dominantes e com prestígio alto, sendo chamados de PL₁. Nesta situação é que a língua PL₂ se caracteriza como minoritária. Na segunda situação ocorre exatamente o contrário, um povo dominante (PL₁) migra para um território em que o PL₂ que o habita originalmente é ‘mais fraco’, geralmente há também outros povos habitando o local, gerando assim PL₃, PL₄, ... PL_n. Nesta segunda situação é que se encaixam os casos típicos de colonização. A terceira situação consiste em tanto o PL₁ quanto o PL₂ migrarem para um terceiro território que é neutro, ou seja, não era habitado nem por um nem por outro. Esta situação ocorreu em alguns casos de colonização, como a portuguesa, em que o povo colonizador levou consigo o povo colonizado para outro local, como em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A quarta e última situação se caracteriza pelo deslocamento sazonal de um povo para um território distinto do seu, podendo ser tanto do povo PL₁ migrando para o território de PL₂, ou o contrário, o povo PL₂ migrando para o território PL₁.

A situação de contato que ocorreu em Timor-Leste foi a segunda, em que um povo dominante (PL₁), no caso o colonizador português, migrou para um território, a ilha de Timor, em que os habitantes nativos do local eram ‘mais fracos’, lembrando que não havia somente um povo/língua (PL₂), mas vários povos e línguas distintos (PL₃, PL₄, ... PL_n).

Há também uma série de fatores que influenciam o contato, sendo eles, de acordo com Couto (2009, p. 55), os seguintes: a quantidade, o tempo, a intensidade, o poder, a atitude e a semelhança ou dessemelhança tipológica. Estes fatores são fundamentais para se compreender, bem como contribuem com os resultados do contato de línguas/povos que serão analisados na seção posterior.

A quantidade refere-se ao número de pessoas que se deslocaram de um território para outro. Em relação à ilha de Timor, já foi apontado anteriormente, que a população total de origem portuguesa era reduzida, cerca de 15 pessoas no século XVIII (BOXER 1947, p.16), aproximadamente 20 no início do século XIX (SÁ 1961, p. 215), chegando a 100 indivíduos nos primeiros anos do século XX (Thomaz, 1976). Esta população reduzida de origem portuguesa contribuiu para a formação da variedade crioula falada em Timor, o Crioulo Português de Bidau (CPB), analisado por Baxter (1990), assim como para a formação da variedade do português falado em Timor-Leste, estudado por Albuquerque (2010a, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2014a, 2014b).

O tempo corresponde ao período de permanência do povo no território, gerando o contato. Na ilha de Timor, os portugueses chegaram no ano de 1515, porém habitaram-na somente no século XVIII, ao perder territórios no sudeste asiático para a Holanda (Figueiredo, 2004, p. 122). Assim, é possível perceber a influência do contato entre os povos portugueses e nativos de Timor pelo fato de o tempo de contato entre eles ser de mais de três séculos. Pode-se considerar até um período maior se for contado o tempo em que os missionários portugueses fizeram as primeiras tentativas, que fracassaram, de catequização dos indivíduos autóctones timorenses, a partir de 1550 (HÄGERDAL 2012, p. 30). De maneira distinta, se um povo passa pouco tempo no território pode não haver nenhuma influência, ou uma influência bem reduzida, como foi o caso do povo japonês, que permaneceu apenas alguns anos durante a 2ª guerra mundial, entre os anos de 1942 e 1945 (Carvalho, 1972), deixando pouquíssimos traços de sua presença na atualidade, apenas alguns itens lexicais, lembrados somente pelos falantes idosos de zonas rurais Albuquerque (2011b, 2012b).

A intensidade está relacionada com vários outros fatores, principalmente com a quantidade do contato. É possível mencionar que a intensidade do contato também está relacionada com o nível de influência de um povo sobre o outro. Assim, de acordo com o estudo conduzido por Albuquerque (2014b) a respeito do PTL, percebe-se que a intensidade do contato da língua portuguesa com as línguas nativas de Timor-Leste foi alta, o que ocasionou modificações nos níveis fonológico, morfossintáticos, semântico e no léxico². Além disso, há influências culturais em geral de origem portuguesa, como a alimentação, a religião católica, formas de comportamento, vestimenta etc. Outro povo que pode ser mencionado aqui que teve uma intensidade alta de contato em Timor foi o povo de origem malaia.

O poder se caracteriza pela força econômica, política e militar que os povos em contato possuem, o que pode acarretar em um povo dominando e se impondo ao outro. Em Timor, os portugueses eram um povo poderoso, que dominou as diferentes etnias da ilha, impondo sua língua de diversas maneiras, principalmente via a igreja, a administração e o militarismo (Baxter, 1996, p. 312), bem como pela educação formal

² Vale lembrar que as influências foram mútuas, ou seja, tanto o português influenciou as línguas nativas, como as línguas nativas influenciaram o português falado em Timor-Leste, porém com intensidade menor. O mesmo é válido para itens culturais, principalmente da cultura material, já que alguns itens culturais de origem leste-timorense são levados para os demais países lusófonos, principalmente Portugal, destacando-se o *tais* ‘vestimenta tradicional, que consiste em uma faixa de pano colorida’, que atualmente é usada ao redor do pescoço.

(Thomaz, 2002), e demais traços culturais. Na ilha de Timor pode ser mencionado também o caso do povo tetunófono, que dominou um vasto território, impondo sua língua, o Tetun, aos povos timorenses dominados, sendo essa a causa principal de que o Tetun, em sua variedade Tetun Prasa, tenha se tornado a língua franca local (Albuquerque, 2009, Thomaz, 2002). Digno de nota é que o poderio indonésio, que acarretou na dominação do país sobre Timor, influenciou bastante, por meio do contato entre o povo indonésio e o povo timorense, a situação linguística em que se encontra atualmente Timor-Leste.

A atitude do povo migrante é um fator que pode alterar as influências entre os povos e línguas em contato, e consiste no comportamento deste povo, e de seus indivíduos, em relação à língua e suas situações de uso. Um caso de destaque, citado por Couto (2009, p. 55), em relação à atitude do povo em contato é a resistência cultural, que pode evitar certas mudanças linguísticas, cultivar purismos, não aprender outras línguas etc. Em Timor, a língua portuguesa, como possui uma intensidade alta de contato no ecossistema linguístico local, acabou por servir até como uma língua de resistência à indonésia e sua língua, por parte de grupos timorenses que não aceitaram a dominação de seu país, durante o período em que Timor foi invadido. Albuquerque (2014b, p. 261) constata que a atitude do falante leste-timorense nos dias de hoje em relação ao emprego da língua portuguesa em situações de interação intercultural é distinta da citada, com vários sinais de insegurança linguística em relação às línguas locais do país e ao emprego de línguas estrangeiras, bem como uma supervalorização destas línguas estrangeiras que são faladas no país, a saber: o inglês, o português e o indonésio, em detrimento das línguas nativas.

Finalmente, a semelhança, ou dessemelhança, tipológica é um fator que pode influenciar no contato, bem como nos resultados que surgem dos diferentes contatos. Línguas que apresentam semelhanças tipológicas acabam por ser aprendidas com mais facilidade e também os falantes acabam muitas vezes por identificar também certos traços culturais em comum entre os diferentes povos falantes de línguas semelhantes. Como é o caso do indonésio em Timor-Leste³, mesmo com a invasão indonésia e o período violento de dominação deste país sobre Timor, entre 1975 e 1999, os indivíduos leste-timorenses

³ A maioria das línguas nativas de Timor-Leste, assim como o indonésio, chamado por seus falantes de *bahasa indonesia*, que é apenas uma variedade do malaio, são todas de origem austronésia, por isso a semelhança tipológica. Maiores informações sobre as línguas nativas de Timor-Leste se encontram anteriormente, bem como no mapa 1.

aprenderam a língua indonésia com facilidade e grande parte da população é fluente nela, cerca de 58%, de acordo com os números presentes em *National Board of Statistics* (2006), além disso, os leste-timorenses até hoje consideram os indonésios como um povo irmão de Timor. Quando há dessemelhança tipológica entre as línguas faladas pelos povos em contato, as influências e os resultados são diferentes. Em relação ao contato entre o português e as línguas nativas, que são línguas distintas tipologicamente, os falantes timorenses tiveram pouco contato direto com falantes de português como L1 e ainda eles tiveram um reforço de variedades do português faladas nas regiões vizinhas a ilha, acarretando na formação do CPB e do PTL, que são variedades da língua portuguesa que se adaptaram ao ecossistema linguístico local de Timor-Leste, via contato entre os indivíduos. Os resultados deste mesmo contato foram distintos para as línguas locais. O caso melhor documentado é o da língua Tetun, que em sua variedade Tetun Prasa, passou a ser utilizada como língua franca e também foi adotada em diversas atividades administrativas (Albuquerque, 2009, Thomaz, 2002). Isso fez com que o Tetun Prasa, de certa forma, apresentasse algumas características de línguas entrelaçadas, que serão discutidas na seção posterior, com um alto número de empréstimos lexicais lusófonos, bem como alguns empréstimos gramaticais, como pode ser visto em um capítulo de Esperança (2001) ou nas gramáticas do Tetun de Hull e Eccles (2001) e Albuquerque (2011c). Já a influência do contato com as demais línguas locais foi menor, pelo fato de que os povos leste-timorenses falantes de outras línguas por estarem em regiões mais distantes, tiveram uma quantidade, um tempo e/ou uma intensidade menor. O que se observa que a influência do contato com o povo e a língua portuguesa nessas outras línguas nativas de Timor-Leste ocorreu de forma indireta, via o Tetun Prasa, que como língua franca, e atual língua oficial, passou a influenciar as outras línguas do país, principalmente por meio de empréstimos para estas de elementos lusófonos existentes no Tetun, conforme apontado em um estudo da língua Manbae de Albuquerque (2013).

5. Os resultados dos contatos de línguas em Timor-Leste: o contato interlinguístico

Os resultados dos contatos de línguas tratam-se das alterações ocorridas no EFL, visando à adaptação às situações de contato. Caso a situação de contato persista, ocorrerá também a evolução de alguns aspectos do EFL. Antes de se apontar os resultados dos contatos que aconteceram em Timor-Leste, é necessário realizar a

distinção entre contato interlinguístico, quando diferentes povos e falantes de línguas distintas entram em contato, e contato intralinguístico, que consiste no contato de indivíduos falantes da mesma língua.

O objeto de estudo da presente seção, bem como os resultados que este artigo apresenta, são os resultados dos contatos interlinguísticos de línguas e povos em Timor-Leste, que será analisado a seguir. Porém, antes de ser conduzida a análise dos contatos interlinguísticos, vale a pena apontar algumas breves palavras a respeito dos contatos intralinguísticos.

O contato intralinguístico trata-se do contato que ocorre entre indivíduos falantes da mesma língua e dentro da mesma comunidade de fala, ou seja, dentro do mesmo território (T) e do mesmo ecossistema linguístico local. Podemos nos basear no próprio termo também, que já deixa esclarecido do que se trata nesta temática. Couto (2009, p. 57) lista quatro tipos de contatos intralinguísticos e discute seus respectivos resultados, sendo eles: o contato de dialetos, o contato intergeracional, contato indivíduo-comunidade e a ausência de contato. Além disso, há também o contato interidioletal (Mufwene, 2001), que pode ser considerado um subtipo de contato de dialetos. De acordo com Albuquerque (2014b, p. 288), os contatos intralinguísticos geraram uma série de mudanças e variações linguísticas, a coneização da língua Tetun, uma distinção dialetal grande entre o Tetun Terik e o Tetun Prasa, bem como a dispersão de empréstimos de origem indonésia inglesa nas línguas locais de Timor-Leste. Estes resultados, além de terem sido apresentados inicialmente em Albuquerque (2014b), estão discutidos detalhadamente em Albuquerque (em preparação).

Os produtos do contato de línguas e povos, ou seja, os resultados do contato interlinguístico mais comuns já estudados pela linguística são a formação das seguintes variedades/línguas: pidgins, crioulos, línguas duomistas, línguas indigenizadas e línguas reestruturadas (Couto, 2009, p. 55).

No ecossistema linguístico local de Timor-Leste, os resultados dos contatos foram a formação de: um crioulo, o Crioulo Português de Bidau (CPB); uma língua entrelaçada, a variedade conhecida como Tetun Prasa, da língua Tetun; do português como língua indigenizada; e das várias línguas nativas locais sendo reestruturadas. Cada um desses resultados será analisado abaixo.

Em Timor, formou-se um crioulo português, que é conhecido como Crioulo Português de Bidau (CPB), em referência ao bairro onde era predominante, Bidau, que fica

localizado na periferia de Dili, capital de Timor-Leste. Inicialmente, este crioulo era considerado apenas como um português ‘corrompido’ pelos leste-timorenses ou como Crioulo Português de Macau, já que era falado pelas famílias de origem macaense residentes em Timor, como pode ser visto em Vasconcelos (1970 [1901], p. 151). Posteriormente, outros autores, como Thomaz (1974), começaram a diferenciar o português falado pelos timorenses e o CPB. O CPB foi formado a partir da migração ocorrida de Lifau para Dili, em 1769, já comentada no capítulo 4. O grupo populacional que migrou para Dili, fundando a nova capital, era formado pela administração colonial e por milícias locais, com indivíduos falantes de português, de malaio, dos Crioulos Portugueses de Malaca e Macau, bem como de variedades reestruturadas do português (e também de L2, L3 e LE). Por sua vez, esse grupo populacional de Lifau, já havia recebido nos séculos anteriores a migração dos grupos populacionais de outras possessões portuguesas na Ásia, como Malaca, Makassar e Larantuka (Boxer, 1947). Assim, o contato de línguas e povos na região envolveu diversos elementos linguísticos e extralinguísticos. Com a migração, uma das milícias nativas acabou por se fixar em Bidau, onde foi formado o CPB, que possui uma série de similaridades com os demais crioulos portugueses asiáticos (Baxter, 1990). Porém, o CPB deixou de ser empregado nos Atos de Interação Comunicativa (AICs), sendo substituído principalmente pelo Tetun Prasa, que funciona como língua franca em Timor-Leste, sendo extinto provavelmente na década de 1960. De certa forma, a formação do CPB pode ser encarada como uma língua de resistência e de identidade deste grupo específico (a milícia local) e que chegou a se dispersar no território deles (o bairro de Bidau), porém acabou sendo substituído paulatinamente a partir do momento que se fez necessário este grupo interagir com os demais, ocorrendo uma mudança de língua em que os falantes abandonaram o CPB para adotar o Tetun Prasa, existindo até algumas evidências desse contato, que acarretou a mudança de língua, por meio da influência do CPB sobre o Tetun Prasa, com alguns empréstimos lexicais de origem lusófona tendo sido inseridos de maneira modificada no Tetun Prasa por ter vindo via CPB, conforme foi estudado por Esperança (2001)⁴. Entre alguns exemplos citados por Esperança (2001, p. 37) estão:

⁴ Esperança (2001, p. 26) também aponta alguns itens gramaticais existentes no Tetun Prasa como tendo origem na influência do CPB e dos demais Crioulos Portugueses Asiáticos, sendo: o genitivo, a presença do modal *tenke* e da cópula *san*.

1. *kreda* ‘igreja’, tal lexema sofreu as seguintes modificações Port. *igreja* > CPB e demais Crioulos Asiáticos *gredZa* > Tetun Prasa *kreda*⁵;
2. *dersán* ‘geração, parente, família’, este lexema sofreu modificações semelhantes ao anterior: Port. *geração* > CPB e demais Crioulos Asiáticos *dZerisaN* > Tetun Prasa *dersán*;
3. *karau baka* ‘vaca’, este lexema é um pouco distinto, já que possui a presença do item tetunófono *karau* ‘búfalo’ e o empréstimo do lexema *baka* ‘vaca’, que para os leste-timorenses o boi e vaca, ou seja, o gado ocidental é apenas um tipo de búfalo: Port. *vaca* > CPB e demais Crioulos Asiáticos *baka* > Tetun Prasa *karau baka*.

As línguas duomistas, mais conhecidas como línguas mistas, ou línguas entrelaçadas, tratam-se de um resultado do contato de línguas em que ocorre uma fusão de duas línguas-fontes, que são facilmente identificadas, geralmente em um cenário de bilinguismo comunitário (MEAKINS 2013, p. 159). O debate em torno deste tema (se realmente existem línguas mistas ou não? Se são produtos de um tipo específico de contato ou apenas um subtipo de outra classificação existente? Ou, se são um sistema linguístico autônomo ou não?) foi estimulado desde a década de 1990 até os dias atuais, principalmente com as publicações das obras de Bakker e Mous (1994), bem como a de Matras e Bakker (2003), que apresentam esboços gramaticais de diversas línguas que são classificadas como línguas mistas e também com a discussão da tipologia e da sócio-história dessas línguas. Como as línguas nativas leste-timorenses se encontram em um estágio inicial de documentação e de estudos linguísticos pouco se pode afirmar a respeito, porém várias publicações referentes ao Tetun Prasa (língua oficial e língua franca do país) vêm questionando o status dessa variedade da língua Tetun, chegando a ser considerada um crioulo, de acordo com o *Ethnologue* (Lewis, Simons & Fennig 2013), uma língua que sofreu criouliização (Hull, 2001) e um pidgin (Hagège, 2002). Recentemente, Greksakova e Holm (2013) discutem a tipologia das línguas mistas à luz dos dados do Miskito e do Tetun Prasa. Meakins (2013, p. 215) afirma que há uma série de diferenças tipológicas entre as línguas mistas, variando desde línguas mistas que apresentam grande parte de seu léxico de uma língua-fonte e sua gramática de outra até

⁵ Esta mudança ocorreu pelo fato de a língua Tetun originalmente não apresentar em seu inventário os segmentos /g/ e //, sendo o primeiro modificado para /k/ e o segundo para [d], [d] ou [d].

línguas que substituíram somente alguns itens lexicais em situações comunicativas especiais. Caso seja considerado este continuum de variação na tipologia das línguas mistas, é possível incluir o Tetun Prasa, já que manteve a gramática tetunófona, mas substituiu grande parte de seu léxico original pelo léxico lusófono, com mais de 6000 itens lexicais do português. Em relação a sua sócio-história, o Tetun Prasa também apresenta as características de língua mista, tendo surgido no contexto de bilinguismo com a presença de uma língua comum ao povo, sendo que a língua mista possui funções de identidade: para manter uma identidade antiga de um grupo, ou para marcar uma identidade de um novo grupo (Meakins, 2013, p. 216). Desta maneira, o Tetun Prasa se instalou em um grupo que já possuía sua língua, sendo os habitantes de Dili que falavam antigamente o Manbae, e serviu como uma marcação de identidade deste grupo, já que o Tetun Prasa atualmente é falado como L1 somente pelos habitantes de Dili, apesar de ser língua franca e oficial de Timor-Leste.

As línguas indigenizadas são aquelas que foram inseridas em um país de cima para baixo, de acordo com Couto (2009, p. 56), ou seja, a língua indigenizada é aquela que entra em um país pela elite da população e, por isso, se mantém limitada a certas instâncias sociais, como a escola, alguns meios de comunicação, entre outros. O exemplo mais prototípico de uma língua indigenizada é o inglês na Índia. O português pode ser considerado uma língua indigenizada em Timor-Leste, já que em sua variedade padrão o uso está limitado somente a algumas situações formais, como: a escola, a administração pública, os meios de comunicação impressos, entre outros. Em outras palavras, o português padrão é empregado na maioria das vezes pela elite leste-timorense: cidadãos que estudaram em escolas portuguesas existentes em Timor-Leste; cidadãos que moraram e/ou estudaram em países estrangeiros lusófonos, principalmente Portugal ou Brasil; idosos que viveram durante o período de colonização portuguesa. As consequências de o português, no caso o português padrão, se apresentar como uma língua indigenizada em Timor-Leste são as mais variadas, entre elas, é possível mencionar: as atitudes negativas dos falantes leste-timorenses diante do português, como língua do colonizador e língua ‘retrógrada’ que impede o desenvolvimento do país; o próprio uso do PTL em diversos AICs que necessitam do uso da língua portuguesa, fazendo deste uma variedade local distinta do português europeu padrão, e também formando um índice de identidade leste-timorense.

Finalmente, um resultado do contato interlinguístico em Timor-Leste foi a reestruturação gramatical parcial das línguas nativas. O conceito de reestruturação gramatical parcial, ou simplesmente reestruturação parcial, foi desenvolvido por Holm (2004) e consiste na formação de uma variedade distinta da língua fonte por fatores sociais e linguísticos. Este tipo de variedade não possui nenhuma relação com os crioulos, que são variedades que sofreram reestruturação gramatical completa, ou total. As variedades parcialmente reestruturadas equivalem ao conceito de semicrioulo (entre a língua fonte e a língua crioula), empregado com maior frequência na crioulistica. Exemplos prototípicos de línguas parcialmente reestruturadas é o Português Popular Brasileiro, o Inglês Afroamericano e o Afrikaans, língua falada na África do Sul e que possui como língua fonte o holandês. O resultado da reestruturação parcial das línguas de Timor-Leste não se assemelha ao conceito de anticrioulo de Couto (2002), já que não ocorreu nenhum tipo de resistência cultural dos povos leste-timorenses, mas o que aconteceu foram migrações distintas e os contatos entre diversos povos de origem austronésia. Segundo Hull (2001, p.100), ocorreram duas ondas sucessivas de migrações em massa para a ilha de Timor em um intervalo de tempo relativamente pequeno. A primeira aconteceu provavelmente no século XIII com a introdução do *Ambonês Antigo*, um conjunto dialetal inserido na ilha, que teve intenso contato com a língua austronésia já falada em Timor, desde o século X, foi introduzida por meio das migrações das Celebes. A segunda onda de migração foi da língua Malaio, introduzida pelos comerciantes, provavelmente no século XV, que navegavam as rotas comerciais asiáticas. Nesse período, o *Pazar Melayu* tornou-se a língua franca de grande parte do sudeste asiático, pois era a língua usada nas relações comerciais, e também foi uma língua regional de troca. Segundo Hull (2001), essas duas ondas migratórias acabaram por fazer com que as línguas nativas do Timor-Leste sofressem um ‘processo de criouliização’ intenso e em um curto tempo. É este ‘processo de criouliização’ que consiste na reestruturação parcial. O resultado da reestruturação parcial nas línguas de Timor foi a perda da morfologia flexional e de alguns afixos derivacionais, levando os constituintes sintáticos a serem marcados somente por suas respectivas posições na sentença. Desta maneira, as línguas leste-timorenses de origem austronésia são encaradas por falantes estrangeiros, bem como pelos falantes de Tetun Terik, que retiveram os afixos e demais elementos gramaticais, como línguas ‘simplificadas’ pelo fato de terem perdido estas estruturas gramaticais consideradas mais complexas.

6. Considerações finais

O presente artigo procurou apresentar uma abordagem ecológica para os estudos do contato de línguas. Para tanto, foram discutidas as principais referências e teorias sobre o tema, destacando-se Mufwene (2001, 2008) e Couto (2009).

O estudo de caso conduzido aqui foi baseado em trabalho de campo original do autor, bem como na obra de Albuquerque (2014b), que conduziu uma análise mais detalhada do assunto apresentado neste artigo. A análise da ecologia dos contatos interlinguísticos em Timor-Leste serviu para lançar luz tanto sobre a situação do contato de línguas e povos no país, como para aplicar a teoria que foi discutida em (2). Assim, a partir da análise dos dados que foi elaborada neste artigo foi possível perceber a importância do contato de línguas para o desenvolvimento do ecossistema linguístico local de Timor-Leste, bem como para um melhor entendimento das características deste ecossistema na atualidade.

Com isso, a abordagem ecológica do contato de línguas apresenta uma nova visão para as pesquisas desta área ao levar em consideração as interações entre Povo (P), Língua (L) e Território (T), ou seja, não se limitando a questões puramente linguísticas ou sócio-históricas do contato, como vem sendo feito nas pesquisas atuais. Nessa abordagem são levados em consideração também os diferentes ecossistemas (natural, mental e social) em que P-L-T se relacionam. Isso faz com que as características da ecologia do contato discutidas aqui, retiradas de Couto (2009), que são a tipologia, as situações, os resultados e os fatores que influenciam o contato, além de estarem em harmonia com a visão ecológica de mundo, podem ser aplicadas a qualquer contato de línguas e povos, apresentando-se, assim, como uma nova abordagem para a pesquisa nestas áreas: contato de línguas e criouliização.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. B. *Pré-história, história e contato linguístico em Timor Leste. Domínios de Lingu@gem*, v.6, n.2, 2009, p.75-93.
- _____. *Peculiaridades prosódicas do português falado em Timor Leste. ReVEL*, v.8, n.15, 2010a, p.270-285.
- _____. *Elementos para o Estudo da Ecolinguística de Timor Leste. Domínios de Lingu@gem*, Ano 4, v. 1, 1º sem, 2010b, p. 21-36.
- _____. *O Português de Timor Leste: contribuição para o estudo de uma variedade emergente. Pápiá*, v. 21, n.1, 2011a, p. 65-82.

- _____. *O elemento luso-timorense no português de Timor Leste*. *ReVEL*, v. 9, n. 17, 2011b. p. 226-243.
- _____. *Esboço gramatical do Tetun Prasa: língua oficial de Timor Leste*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2011c.
- _____. *Esboço Morfossintático do Português Falado em Timor-Leste*. *Moderna Sprak*, v. 106, n. 1, 2012a.
- _____. *Especificidades do léxico do português de Timor-Leste*. *Papia*, v. 22, n. 1, 2012b, p. 201-223.
- _____. *Ecologia dos contatos linguísticos em Manbae, Timor-Leste*. In: COUTO, E. K. N. N.; ALBUQUERQUE, D. B.; ARAÚJO, G. P. (orgs.). *Da Fonologia à Ecolinguística*. Ensaio em homenagem a Hildo Honório do Couto. Brasília: Thesaurus, 2013. p. 251-283.
- _____. *Restrições métricas da língua Tetun no português falado em Timor-Leste: o acento e a variação*. In: MAGALHÃES, J. S. (Org.). *Linguística in Focus 10: Fonologia*. Uberlândia: Editora UFU, 2014a. p. 73-90.
- _____. *A língua portuguesa em Timor-Leste: uma abordagem ecolinguística*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2014b.
- _____. *A ecologia dos contatos de línguas e povos: o contato intralinguístico*. MS. Em preparação.
- BAKKER, P.; MOUS, M. (eds.). *Mixed languages: 15 Case Studies in Language Intertwining*. Amsterdam: Uitgave IFOTT, 1994
- BANG, J. C.; DØØR, J. *Language, Ecology and Society. A Dialectical Approach*. Editado por Sune Vork Steffensen e Joshua Nash. Londres: Continuum, 2007.
- BAXTER, A. *Notes on the Creole Portuguese of Bidau, Timor*. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v.5, n.1, 1990, p.1-38.
- _____. *Portuguese and Creole Portuguese in the Pacific and Western Pacific rim*. In: WURM, S. A.; MÜHLHÄUSLER, P.; TYRON, D. T. (orgs.). *Atlas of Languages of Intercultural Communication in the Pacific, Asia, and the Americas*. Vol. 2. Berlim: Mouton de Gruyter, 1996. p. 299-338.
- BOXER, C. R. *The Topasses of Timor*. Amsterdam: Indisch Instituut, 1947.
- CALVET, L. J. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- CAPELL, A. *Peoples and Languages of Timor (I)*. *Oceania*, v.14, n. 3, 1943a, p.191-219.
- _____. *Peoples and Languages of Timor (II)*. *Oceania*, v.14, 1943b, n.4, p.311-337.
- _____. *Peoples and Languages of Timor (III)*. *Oceania*, v.15, n.1, 1944, p.19-48.
- CARVALHO, J. S. *Morte e vida em Timor durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Livraria Portugal, 1972.
- COUTO, H. H.. *Anticrioulo*. Manifestação linguística de resistência cultural. Brasília: Thesaurus, 2002.
- _____. *Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. *Linguística, ecologia, ecolinguística*. Contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. *O que vem a ser ecolinguística, afinal?* *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 14, n. 1, 2013, p. 275-313.
- ESPERANÇA, J. P. T. *Estudos de Linguística Timorense*. Aveiro: SUL, 2001.
- FIGUEIREDO, F. A. *Timor. A presença portuguesa (1769-1954)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto. 2004.
- FOX, J. J. *Tracing the path, recounting the path: historical perspectives on Timor*. In: FOX, J. J.; SOARES, D. B. (eds.) *Out of the ashes: destruction and reconstruction of East Timor*. Hindmarsh: Crawford House Publishing, 2000. p.1-29.
- _____. *Drawing from the past to prepare for the future: responding to the challenges of food security in East Timor*. In: COSTA, H. et al. (Eds.). *Agriculture: New Directions for a New Nation - East Timor (Timor-Leste)*. Canberra: The Australian National University, 2003. p. 105-114.

- GREKSAKOVA, Z.; HOLM, J. *Tetun and Miskito: Refining our typology of mixed languages*. Comunicação apresentada à Conferência conjunta da Society for Pidgin & Creole Linguistics (SPCL) e da Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (ACBLPE). Lisboa, 2013.
- HAGÈGE, C. *Morte e Rinascita delle Lingue*. Milão: Feltrinelli, 2002.
- HÄGERDAL, H. *Lords of the Land, Lord of the Seas*. Conflict and adaptation in early colonial Timor, 1600-1800. Leiden: KITVL Press, 2012.
- HAJEK, J.; WILLIAMS VAN-KLINKEN, C. *Um sufixo românico numa língua austronésia: -dór em Tetum*. *Revue de linguistique romane*, n. 67, 2003, p. 55-65.
- HAUGEN, E. *The Ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- HOLM, J. *Languages in Contact*. The Partial Restructuring of Vernaculars. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HULL, G. *A Morphological Overview of the Timoric Sprachbund*. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v. 4, 2001, p.98-205.
- _____. *The Papuan Languages of Timor*. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, n. 6, 2004, p. 23-100.
- HULL, G.; ECCLES, L. *Tetum Reference Grammar*. Sydney/Dili: Sebastião Aparício da Silva Project/Instituto Nacional de Linguística/Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, 2001.
- LWEIS, M. P.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (eds.). *Ethnologue: Languages of the World*. 17a ed. Dallas: SIL International, 2013. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em: 27 Nov. 2013.
- MACKEY, W. F. *Toward an ecology of language contact*. In: MACKEY, W.; OMNSTEIN, J. (orgs.) *Sociolinguistic studies in language contact: Methods and cases*. Haia: Mouton, 1979. p. 453-459.
- _____. *The ecology of language shift*. In: NELDE, P. (org.). *Sprachkontakt und Sprachkonflikt*. Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik Beiheft n. 32. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1980. p. 35-41.
- MATRAS, Y.; BAKKER, P. (eds.). *The Mixed Language Debate: Theoretical and Empirical Advances*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.
- MEAKINS, F. *Mixed Languages*. In: BAKKER, P.; MATRAS, Y. (eds.). *Contact Languages. A Comprehensive Guide*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2013. p. 159-228.
- MUFWENE, S. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- _____. *Language Evolution. Contact, Competition and Change*. Londres: Continuum, 2008.
- MÜHLHÄUSLER, P. *Linguistic Ecology: Language Change and Linguistic Imperialism in the Pacific Region*. Londres/ NovaYork: Routledge 1996.
- _____. *Language of environment, environment of language: a course in ecolinguistics*. Londres: Battlebridge, 2003.
- National Board of Statistivs. *Timor-Leste Census of Population and Housing 2004*. Priority Tables Editions: National Board of Statistics and the United Nation Fund for Population, 2006.
- SCHAPPER, A.; HUBER, J.; ENGELHOVEN, A. *The historical relation of the Papuan languages of Timor and Kisar*. In: HAMMARSTRÖM, H.; HEUVEL, W. (eds.). *Journal of the Linguistic Society of Papua New Guinea*. Special Issue 2012. Part 1. History, contact and classification of Papuan languages, p. 192-240, 2012.
- Thomaz, Luis Filipe. Timor: Notas histórico-linguísticas. *Portugaliae Historica*, vol. 2, 1974, p.167-300.
- _____. *O afluxo ao meio urbano no Timor Português*. *Revista da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa*, v. 4, n. 1, 1976, p. 495-553.
- _____. *Babel Loro Sa'e: O Problema Lingüístico de Timor Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.
- TRAMPE, W. *Ökologische Linguistik. Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.
- VASCONCELOS, J. L. *Esquisse d'une dialectogie portugaise*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1970 [1901].

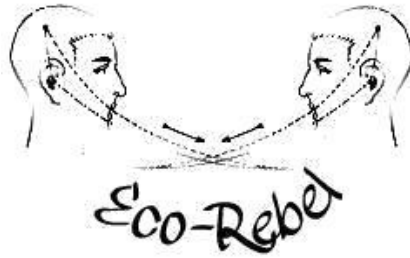
ECO-REBEL

WHINNOM, K. *Linguistic Hybridization and the 'Special Case' of Pidgins and Creoles*. In: HYMES, D. (ed.). *Pidginization and Creolization of Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 91-116.

Recebido em 30/09/2014.

Aceito em 25/01/2015.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 1, 2015.



O AMBIENTE COMO ARGUMENTO FINAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

Rui Ramos (Universidade do Minho, Portugal)

R e s u m o : O presente artigo analisa, no quadro da ecolinguística, uma notícia publicada num jornal brasileiro, acerca de um funcionário público proeminente detido pela polícia. Reconhece a centralidade da enunciação para a análise linguística e procura identificar a ideologia subjacente à modalização operada. Defende que o artigo analisado simplifica a realidade, cria dicotomias simplistas e, num certo sentido, manipula os factos para criar espetacularização e atrair o público. Em particular, evoca o interdiscurso ambiental que percorre a esfera pública para, por associação, valorizar a imagem do indivíduo-alvo e, em seguida, inverter a valorização e criar dele uma imagem fortemente disfórica. O interdiscurso ambiental é, então, dado como pacífico, aceite inquestionavelmente por todos os cidadãos, e a militância ambiental é apresentada como traço mais elevado do carácter do indivíduo em causa.. Apesar de se apresentar como uma notícia, com caraterística de texto objetivizado, o artigo em análise é claramente avaliativo e substitui os tribunais pela praça pública para a condenação do indivíduo-alvo, mesmo sem o ter ouvido e considerado a sua defesa.

P a l a v r a s - c h a v e : Linguística, ecolinguística, media, discurso ambiental, enunciação.

A b s t r a c t : This article analyses, in the field of ecolinguistics, a news story published in a Brazilian newspaper, about a prominent civil servant detained by the police. It recognizes the centrality of enunciation for linguistic analysis and aims at identifying the ideology underlying its modalisation. In our point of view the analysed news simplifies reality, creating simplistic dichotomies and, in a sense, it manipulates the facts to create spectacularisation and attract the newspaper reading public. In detail, it evokes the environmental interdiscourse which runs the public sphere to, by association, enhancing the targeted person image and then reverse the appraisal and create a strong dysphoric image of him. The environmental interdiscourse is then given for granted, indisputably accepted by all citizens, and environmental activism is presented as a higher trait of individual's character. Despite being built like a news story, with objectified text feature, the article in question is clearly a public assessment, replacing the court by the public opinion in order to charge the targeted person, without ever having heard him or considered his personal defence.

K e y w o r d s : Linguistics, ecolinguistics, media, environmental discourse, enunciation.

1. Apresentação e enquadramento teórico

1.1. O presente artigo analisa, no quadro definido pela ecolinguística, uma notícia publicada no jornal brasileiro Zero Hora em 1 de maio de 2013 (ver anexo).

O facto de se analisar um artigo jornalístico, que se apresenta como notícia, justifica-se não só em termos puramente académicos (é um exercício de análise linguística, num âmbito e com propósitos científicos), mas também da sua relevância social: não se trata de uma interação verbal privada entre um restrito número de falantes, mas de um exercício discursivo público, inscrito num historial (portanto, com um passado e um provável futuro), participando de uma prática socioprofissional específica (no âmbito jornalístico) e vocacionado para promover a interação com um grande número de indivíduos (os leitores do jornal).

Quando se afirma que se trata de um exercício discursivo inscrito num historial, focalizam-se, pelo menos, duas dimensões.

1.1.1. Uma dessas dimensões é a temática que o artigo aborda. Há uma longa tradição de relato jornalístico de eventos ligados ao desvio social, à fuga à lei, aos processos de crime e castigo, tópico que este artigo retoma. Além disso, o texto explora ainda o *pathos*, intensificado pela imagem da queda de um indivíduo outrora tido como poderoso, o que constitui um elemento apelativo suplementar para a leitura.

1.1.2. A outra dimensão prende-se com a forma (o género textual) atualizado por este artigo. Ele comunica necessariamente com determinados géneros textuais, na esteira dos quais se constrói, e cujas regras retoma. Esta é uma visão herdada de Bakhtine (1981 (1930)) e da sua noção de dialogismo, que sublinha o facto de cada discurso se construir em diálogo com outros discursos, pretéritos ou futuros, reais ou imaginários, o que leva a considerar que a polifonia é constitutiva de qualquer enunciação. Assim, cada texto / discurso ativa uma memória interdiscursiva, “que constitui um contexto global que envolve, e largamente condiciona ou sobredetermina, a actividade linguística, nela interferindo fortemente tanto ao nível da produção como ao nível da recepção- interpretação” (Fonseca, 1992: 275-276), também designada “*lieu de croisement d'énoncés*”, por Sophie Moirand (1999: 173).

Couto (2013, 2014a) reelabora a noção de contexto no quadro da ecolinguística (que também designa “linguística ecossistémica”) e opta por falar de “ecossistema social”, correspondente ao meio social no qual o discurso vai funcionar (encarado da perspetiva da “comunidade de fala” (Couto, 2013: 294), naturalmente; o autor contempla

igualmente a possibilidade de se considerar o ecossistema social na perspectiva da “comunidade de língua” ou da “comunidade de sistema” (idem, ibidem)).

1.2. Acresce que o artigo em análise se inscreve num largo volume de produções jornalísticas que Jung agrupa no que designa como “publicly dominant discourse” (2001: 271), acrescentando que esse deve ser o objeto de atenção e estudo dos linguistas, essencialmente pela capacidade que tais discursos manifestam de refletir preocupações sociais, de dar conta das interações que ligam os indivíduos que compõem o tecido social; pelo poder que detêm de moldar o discurso, a ideologia e as opiniões e ações de cada cidadão; e pelo facto de darem acesso aos indivíduos a experiências “em segunda mão” mediadas pelos meios de comunicação social.

1.3. As considerações acima elencadas estão em sintonia com a conceção da linguagem primordialmente como interação, como defende a linguística ecossistémica.

Assim, pretende-se neste estudo realizar uma “análise do discurso ecológica” (Couto, 2013, 2014) e também, até certo ponto, uma análise do discurso ecológico. Não porque este artigo jornalístico se assumia explicitamente como tratando temáticas ambientais¹, mas, como se pretende mostrar, porque o interdiscurso ambiental subjaz a uma das isotopias da sua construção retórica, mostrando e dando vida a um interdiscurso ambiental que se vai construindo no espaço público, de texto em texto.

Ainda assim, mesmo que o presente estudo se dedicasse à análise e descrição do discurso ambiental², poderia ser enquadrado no âmbito da ecolinguística, na medida em que se reconhece que um dos ramos desta, que Couto designa como “linguística ambiental” (2013: 281), se ocupa “com o estudo do ambientalismo, das questões ambientais, da crítica à devastação e poluição do nosso meio vital” (idem, ibidem). Acrescenta que “a linguística ambiental é aproximadamente o mesmo domínio a que se dedica a ecolinguística crítica ou a **linguística ecocrítica**. Todas elas podem ser acolhidas no seio da ecolinguística, inclusive porque ela tem uma visão abrangente, holística, dos fenômenos da linguagem” (idem: 281-282).

¹ Tivemos oportunidade de realizar análises de artigos jornalísticos de teor ambiental, como as que se encontram em Ramos 2007, 2009, 2009a, 2011, 2011a, 2012, 2013; ou em Ramos e Carvalho, 2008, entre outros.

² O discurso ambiental é também designado, de acordo com vários autores, como “ecospeak” (Killingsworth e Palmer, 1992) ou “greenspeak” (Harré et al., 1999), por exemplo.

1.4. Contudo, é imperativo que se faça neste ponto um esclarecimento que poderá afastar este estudo de alguns dos pressupostos que sustentam muita da construção teórica da ecolinguística, pelo menos como Couto (2013, 2013a, 2014, 2014a) a configura. Esse esclarecimento centra-se sobre o adjetivo “crítica” da expressão acima citada “ecolinguística crítica”. Tal como noutros âmbitos científicos, este adjetivo manifesta uma certa tomada de posição do analista, que renuncia à demanda do que considera ser a impossível objetividade e assume frontalmente uma posição empenhada/engajada. Couto evocará mesmo Arne Naess e a sua “ecologia profunda” para assumir que a ecolinguística crítica deve ser prescritiva e não somente descritiva. Contrariamente a esse posicionamento, ainda que reconhecendo que a pura objetividade é uma impossibilidade física, procura-se, pela fundamentação e pelo método, visar tal objetividade – pelo menos, a plausibilidade e a razoabilidade da análise, desenvolvida de um ponto de vista tão isento quanto é possível a um ser no mundo. E adotar, até aos limites do possível, uma atitude descritiva.

Assim, distingue-se a posição pessoal do cidadão, com as suas crenças, ideologias e sonhos, daquela do investigador, que procurará (dentro dos seus sistemas de valores, naturalmente) fundamentar tão fortemente quanto possível a análise.

1.5. Em suma, pretende-se perspetivar a análise deste texto particular, e da sua retórica específica, num quadro mais vasto do funcionamento dos discursos e do argumento ambiental na sociedade:

ter uma visão holística do objeto de estudo não é o mesmo que querer abranger muita coisa ou tudo. Querer abranger tudo significaria ter a pretensão de praticar uma ‘teoria de tudo’ em linguagem, como se diz na física (*theory of everything*). Pelo contrário, aqui se trata de uma outra maneira de encarar os fenômenos linguísticos. Poderíamos até estudar a palatalidade dos fonemas /s/ e /t/ na região de Uberaba (MG), mas sem esquecer que os dois fazem parte de uma sílaba, que faz parte de um morfema, que é parte de uma palavra, que é parte de uma frase, que é parte de um texto, que é parte de uma interação comunicativa e assim por diante, até chegar às interconexões do universo. É estudar uma árvore sem esquecer que ela é parte de uma floresta. Como já observado, a ecolinguística é um arcabouço geral para se estudarem os fenômenos da linguagem. (Couto, 2013: 291).

1.6. Nas modernas sociedades ocidentais, entre os poderes que modelam a vida social está o dos *media*. Longe de serem fiéis e impolutos espelhos do que se desenrola na sociedade, estes assumem o estatuto de instâncias de intervenção social: “os *media* não transmitem o que se passa na realidade social, eles impõem o que constroem do espaço público” (Charaudeau, 1997: 9). É sua missão atrair a atenção dos seus destinatários para mediar, filtrar e conferir um certo sentido aos factos sociais brutos, transformando-os em eventos mediáticos, revelando uns e, simultaneamente, esbatendo outros segmentos do real. Envolvem, na focalização e na modalização operadas, os olhares, as percepções e a ação dos cidadãos, agendando a vida social. Mesmo aquela componente da produção mediática que nos habituámos a designar como “informação”, supostamente objetiva e verificável, mais ou menos independente do olhar e, portanto, mais “isenta”, não deixa de ser uma construção balizada pela visão do mundo do enunciador, pelos seus objetivos, pelo contrato de comunicação (idem, 2006, 2008) estabelecido entre jornalista e leitor. Charaudeau sintetizará desta forma o seu ponto de vista: “a informação é pura enunciação” (1997: 35).

1.6.1. Afirmar que a informação é pura enunciação implica reconhecer, como Fonseca, que “a enunciação desempenha um papel de tão largo alcance na organização da língua que dela se deverá dizer que constitui a trave mestra dessa mesma organização” (1992: 253). Admite-se, assim, como Benveniste (1975), a fundamental centralidade do homem na linguagem.

Considerando, contudo, como este autor, que o homem não vive sozinho, mas vive para fazer comunidade, numa rede de relações altamente complexa, a existência de subjetividade envolve necessariamente a conceção da intersubjetividade. E, no relacionamento entre indivíduos, o sistema da língua, enquanto sistema semiótico, é “depositário e mediador de intersubjetividade” (Fonseca, J., 1992: 250).

Sistema e uso do sistema não estão dissociados, nem são realidades estanques. Há influxos do uso na configuração interna do sistema (como é toda a problemática dos deícticos, fortemente imbricada nas questões de intersubjetividade). Tal consideração mostra o relevo que o uso da língua assume na configuração da experiência humana. É pelos discursos que o homem negocia posições, faz valer a sua visão do mundo, exerce ou é alvo de poder e atribui sentido também às coisas e seus estados.

Note-se que, como Couto (2013) assinala, não se pode falar em determinação mecânica neste caso: a nossa língua não “determina” a nossa forma de vermos e agirmos sobre o mundo, no sentido radical do termo. A prova disso é que o indivíduo pode questionar-se sobre a construção linguística das coisas e seus estados e a mudança faz parte de todo o processo. Contudo, parece ser certo que é dentro das potencialidades de cada língua que se configura a experiência humana.

A negociação de pontos de vista materializa-se frequentemente em processos de modalização, persuasão e argumentação, assumindo os discursos uma

generalizada orientação causativa ou factitiva: neles será de surpreender um mais ou menos subtil mas sempre operante papel de influenciador assumido, quase sempre veladamente, pelo locutor – papel que vai do instituir o alocutário em testemunha e / ou juiz das suas crenças, atitudes ou propósitos às alterações de natureza cognitiva, emotiva ou comportamental desse mesmo alocutário (Fonseca, J., 1992: 238).

1.6.2. Se todos os discursos são caracterizados pela orientação causativa ou factitiva acima referida, quando se trata de discursos públicos, como os que povoam os *media*, o jogo intersubjetivo ganha contornos específicos.

Tem havido, ao longo do tempo, múltiplas tentativas de construir uma classificação abrangente dos géneros jornalísticos. Para os efeitos da presente análise, recuperar-se-á a de Moirand (1999), que parte de um critério essencialmente enunciativo para agrupar os artigos da imprensa em dois grandes grupos, identificando-os como “géneros de enunciação subjetivizada” e “géneros de enunciação objetivizada”.

1.6.2.1. Pertencem ao primeiro grupo as peças jornalísticas que apresentam marcas explícitas e / ou identificáveis de subjetividade (ex.: opinião, comentário, editorial...). Estes artigos operam frequentemente sobre discursos anteriores, comentando-os, podem ocorrer com alguma distância temporal relativamente aos factos brutos e suscitam a reflexão crítica. O seu autor assume a responsabilidade enunciativa, por norma marcando tal responsabilidade através de traços explícitos na superfície textual (marcas de primeira pessoa, verbos de opinião, marcadores de modalização avaliativa, etc) e assinando a sua peça jornalística. Toda a construção assume um ponto de vista, o do

autor, que é partilhado com o recetor, e há um trabalho argumentativo que procurará tornar esse ponto de vista também adotado, em algum grau, pelo mesmo recetor. Frequentemente, estes artigos são produzidos por líderes de opinião, não necessariamente jornalistas, que ora se apresentam como porta-vozes da opinião pública, trazendo os anseios e as preocupações individuais ou de grupos restritos para a agenda global, ora como condutores dessa opinião, sugerindo atitudes e ações a adotar.

1.6.2.2. O segundo grupo, composto pelos textos de enunciação subjetivizada, agrupa os artigos em que as marcas de subjetividade foram ocultadas (ex.: notícia, reportagem, breve, artigo de divulgação científica, etc.). Tipicamente, estes textos procuram criar a ideia de que os factos “falam por si” e que o jornalista não é mais do que um anódino veículo transmissor do real. O apagamento enunciativo operado contribui para a criação de uma imagem de seriedade, favorável à credibilidade que o jornalista necessita para ser bem recebido pelos leitores (Amossy, 2010). Mas também neste caso, à semelhança do que acontece com os textos de enunciação subjetivizada, o exercício verbal é – como não poderia deixar de ser – marcado por uma origem e um ponto de vista, uma interpretação dos estados de coisas, uma construção³.

1.7. É nessa perspetiva que o artigo jornalístico em causa é observado: como construção discursiva, cuja análise pode revelar os pressupostos ideológicos do seu enunciador e os mecanismos retóricos que usa para conseguir a adesão do leitor aos seus pontos de vista. Mais do que o relato da ascensão e queda de uma figura pública, afigura-se interessante identificar os entreditos e os não-ditos que povoam o discurso e, em particular, o relevo que o interdiscurso ambiental joga no quadro de valores do enunciador e que é sugerido veladamente ao leitor.

2. O corpus

Como foi referido acima, o presente estudo elege como *corpus* de análise o artigo “Do combate aos quiosques à maré que inundou Fepam”, uma notícia de fundo policial publicada no diário Zero Hora em 1/5/2013 (página 10), na sua versão impressa.

³ Sobre enunciação, responsabilidade enunciativa e ocultação enunciativa, ver Koren, 2006 e Moirand, 2006.

A peça jornalística apresenta um antetítulo (“Referência da orla”), o título, um *lead* ou parágrafo de apresentação e o corpo da notícia. O *lead*, à esquerda do corpo da notícia e impresso em itálico, é antecedido por uma espécie de título que explora um grafismo portador algum dramatismo, evocando vagamente uma imagem com texto produzida por impressão manual sobre molde. O corpo da notícia apresenta igualmente um entretítulo e é composto por sete parágrafos, organizados em duas colunas, podendo ser considerado pouco extenso. Finalmente, assinala-se que, enquadrada no texto, surge uma foto do rosto do protagonista dos eventos relatados, e que a notícia é assinada pelo seu autor.

Para os efeitos da presente análise, não se aborda a questão do enquadramento da peça na economia da página, ou da rubrica jornalística.

O diário Zero Hora é publicado em Porto Alegre, RS. Segundo informação presente no seu sítio da *internet*, existe desde 1964 e é o mais representativo jornal do Rio Grande do Sul; é líder em circulação impressa e em audiência *online* no Estado, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC).

No mesmo sítio da *internet*, o jornal não tem disponível qualquer informação sobre política editorial, livro de estilo ou interesses (políticos, económicos ou outros) assumidos. Informa, contudo, que pertence ao grupo RBS, que abarca um conjunto de outras publicações periódicas e não periódicas.

3. Análise

3.1. Como seria de esperar, o artigo é encabeçado por um título.

É conhecido o estatuto específico dos títulos na imprensa. Constituem um género delimitado, habitualmente da responsabilidade de uma instância coletiva: o jornal.

Do ponto de vista semiótico, o título tem por missão captar a atenção do leitor e dar abertura ao processo de comunicação. Joga, assim, um papel atrativo, enigmático e descritivo, tendo de balancear as doses certas de informação e vagueza para poder desempenhar a sua missão de forma eficaz.

A sua dimensão projetiva permite-lhe revelar o tema geral do artigo e ativar um conjunto de pressupostos que condicionarão de imediato a leitura. Sendo habitualmente elíptico, convida o leitor a criar os primeiros laços de cumplicidade, completando a sua formulação, identificando *clichés* ou lugares-comuns, aceitando os seus jogos

metafóricos, reconhecendo e aceitando os quadros conceptuais, ou estabelecendo relações interdiscursivas com outros textos / discursos.

No caso presente, dois elementos de relevo são identificáveis.

3.1.1. O primeiro desses elementos centra-se no campo lexical atualizado. O antetítulo refere “a orla”, o título menciona “maré”, “inundou” e “Fepam”, que o corpo do artigo explicitará como sendo a “Fundação Estadual de Proteção Ambiental”. Completa-se a isotopia com os “quiosques”, que o leitor, num exercício de cooperação interpretativa e com base na sua enciclopédia, facilmente associará à orla litoral, às marés e ao espaço objeto de proteção ambiental. O quadro conceptual está traçado, a temática está evocada. O interdiscurso mediático fornece ao leitor, mesmo o menos atento à realidade social, uma rede de produtos verbais e não-verbais (discursos, publicidade, campanhas, intervenções múltiplas) que povoam o espaço público e que focalizam a orla litoral e a regulação do seu uso ou a sua proteção. O traço negro, o “sangue” que atrairá a atenção do leitor está presente, pelo menos, na evocação da inundação, cenário catastrofista capaz de apelar à curiosidade mórbida.

3.1.2. O segundo elemento relevante identificável reside na estrutura do próprio título, que anuncia a lógica de construção do artigo no seu todo: um percurso associado a uma organização escalar com dois polos fortes e extremados pelo discurso mediático.

Neste caso, a estrutura é “de... a...”, estabelecendo o movimento entre um ponto-origem (marcado por “de”) e um ponto-final (marcado por “a”). O ponto-final é caracterizado disforicamente, com alto grau, como sugere o semantismo de “inundou”, seja tomado literal ou metaforicamente.

A dicotomia do título sugere, portanto, que o “combate aos quiosques” é positivamente conotado, já que constitui o polo oposto ao da “inundação”. O lexema “combate”, também ele tomado literal ou metaforicamente, cria um quadro conceptual e actancial de interesses cruzados, agentes, pacientes, circunstâncias, “bons” contra “maus” na simplificação excessiva tão frequente na fugacidade do tratamento mediático de que os factos do mundo são objeto. Os ingredientes para a captação do interesse (a restrição de emocionalidade que Charaudeau (2008) refere) estão reunidos.

Esses ingredientes decorrem não só da dicotomia simplificadora, facilitadora da cómoda e rápida categorização dos intervenientes em “bons” e “maus”, como foi acima referido,

mas também da evocação mais ou menos implícita de uma sequência narrativa – em particular, o facto de surgir um ponto-origem e um ponto-final, criando a expectativa de ser revelada uma trama que se desenrola ao longo do tempo e recebe a coerência determinada por relações de causalidade. Ora, o modelo narrativo parece ser o mais natural e facilmente apreendido, aquele com que mais confortavelmente o leitor é capaz de lidar, constituindo esta sugestão outra forma de concretização da restrição de emocionalidade.

A própria organização sinótica do título colabora na construção da dicotomia e da sugestão de narratividade, visto que este se divide em duas linhas sobrepostas, cada uma tendo por referente um dos polos mencionados.

3.2. A dicotomia observada no título reproduz-se no parágrafo de apresentação (*lead*). Este, composto somente por três frases, encontra a meio da segunda o momento de viragem da condensada narrativa que apresenta.

3.2.1. Na primeira frase, o artigo traça um retrato eufórico do indivíduo-alvo da notícia (Mattos' Alem Roxo), cujo rosto surgirá numa fotografia inserida na mancha gráfica, referenciando-o como “referência da Fepam” e “responsável por dar informações sobre balnearidade e eventuais manchas de óleo na areia”. Esta caracterização, em particular a menção das “manchas de óleo na areia”, ativa todo um quadro conceptual fortemente operativo nas sociedades ocidentais. Não há cidadão minimamente integrado na *praxis* social que não tenha sido afetado pelos apelos de preservação do meio ambiente. Há todo um interdiscurso ambiental que perpassa e subjaz aos discursos da esfera pública, potencialmente já interiorizado e indiscutível, que cataloga tudo quanto seja associado a poluição (um dos lexemas mais acessíveis desse interdiscurso) como fortemente disfórico e, por implicitação pragmática, tudo quanto se lhe opuser como eufórico. O indivíduo-alvo seria, assim, conotado positivamente neste segmento.

3.2.2. A segunda frase corresponde a um avanço. Por um lado, um avanço no tempo, operado através do marcador “depois disso”, para traçar o percurso profissional do indivíduo-alvo; por outro lado, para marcar a sua ascensão na luta pela preservação ambiental: não só referenciando-o como “algoz dos proprietários de quiosques”, uma expressão particularmente veemente para manifestar a sua luta, como também

caraterizando-o como “voz forte na defesa da fauna e da flora”. De novo, o quadro conceptual é intensamente favorável à criação de um *ethos* eufórico, pois beneficia da imagem associada à atividade (decorrente da agentividade que o caracteriza na construção frásica) e recebe todas as expectativas positivas de quem se envolve neste tipo de luta, em favor de valores generalizadamente aceites.

Contudo, nesta segunda frase dá-se uma inversão brusca, explorando efeitos dramáticos. O texto afirma que tudo aconteceu “até entrar na mira dos órgãos de fiscalização”. O marcador “até” é coerente com a criação de uma organização escalar e identifica o ponto máximo da escala – a partir daí, surge a queda abrupta. Tão abrupta quanto abrupta é a construção sintática, visto que a mesma frase que colocava o indivíduo-alvo no ponto máximo da avaliação eufórica opera uma inversão violenta, dividindo os dois segmentos por um travessão.

Mesmo neste segmento, a isotopia da luta mantém, mas desta vez Roxo deixa de ser o agente com poder sobre os seus antagonistas para passar a ser o paciente desprovido de poder: ele fica “na mira” das autoridades, o que, de novo, é compatível com o seu estatuto de alvo, não só dessas autoridades, mas também deste artigo.

3.2.3. A terceira frase do *lead* é breve, sumariando o desfecho da fiscalização anunciada na frase anterior: o indivíduo-alvo já se encontra preso pela Polícia Federal. Há uma precipitação do resultado, sugerindo a queda abrupta e violenta.

É também sugerida a sua culpabilidade: nenhum facto ou argumento é aduzido em sua defesa; o locutor não se distancia das implicaturas associadas ao facto de Roxo ter sido detido, ainda que nenhum tribunal o tenha ainda condenado e se lhe aplique a presunção de inocência fundamental nos sistemas legais das sociedades de direito democrático; não se diz, neste passo, que ele espera julgamento ou o desenrolar das averiguações. No tribunal da opinião pública, ser detido é sinónimo de ser culpado; o indivíduo-alvo está já condenado.

3.3. Tal como o título e no *lead*, o corpo da notícia tem uma organização dicotómica, mostrando (agora com mais detalhe) o percurso de ascensão e queda de Roxo. Desta narrativa, dois aspetos mostram-se particularmente pertinentes na análise.

3.3.1. O primeiro desses aspetos reside no facto de o indivíduo-alvo ser configurado como poderoso e com estatuto social elevado na sociedade em que se insere. O jornalista lembra que Roxo ocupava uma posição de relevo numa instituição de proteção ambiental, na qual detinha um estatuto de “referência” (termo já usado no antetítulo e no *lead* para o descrever), tem formação superior, assumia visibilidade e teve uma ascensão rápida dentro da instituição. Esse aspeto ganha relevo na sua descrição: o jornalista esclarece que Roxo, “poucos anos depois [de ter entrado na Fepam], havia alcançado o posto de líder da instituição no Litoral Norte” e que “três anos antes já era o responsável pelas principais ações da fundação na orla”. Todo o desenho do seu perfil mostra um indivíduo ativo, com perfil de líder, exercendo poder, tendo obrigado a alterações no uso do espaço público na orla marítima.

A imagem do indivíduo-alvo que o jornalista cria orienta-se para a direção oposta à que decorre da ação policial noticiada. Sublinhe-se a referência à formação superior que Roxo havia obtido, numa instituição de prestígio local e nacional, como elemento de reforço da expectativa de seriedade e honestidade. Para o enunciador, parece haver o pressuposto segundo o qual indivíduos com formação superior não cometem erros ou ilegalidades. O que, inversamente, sugere que aqueles que não têm formação académica superior serão mais suscetíveis de enveredar pela via do crime. Este parece ser um posicionamento ideológico preconceituoso e, eventualmente, perigoso para os modelos sociais aceites pela civilização ocidental.

3.3.2. O segundo aspeto de particular interesse na retórica intrínseca a este artigo reside na evocação da defesa ambiental como traço de credibilização máxima de Roxo. Depois de apresentar todos os argumentos de credibilização e valorização da imagem do indivíduo-alvo, o enunciador inverte a orientação avaliativa, como havia feito na construção do *lead*. E o último argumento, aquele que surge como derradeiro e mais poderoso elemento credibilizante antes da inversão, é o seguinte: Roxo havia sido “projetado pela postura de ambientalista – chegando a integrar um movimento não-governamental em defesa da Lagoa dos Quadros”.

O semantismo do verbo “chegar” incorpora a noção de percurso e de ponto de chegada, pelo menos, assim como pode evocar o de escala. Constrói uma narrativa condensada, por evocação. Assim, a militância ambiental é apresentada como derradeiro traço eufórico, como ponto máximo de valorização do indivíduo.

A defesa do ambiente não é questionada, antes é apresentada como valor intrínseco, como pressuposto. A sua evocação integra-se no interdiscurso ambiental que caracteriza as sociedades atuais, profundamente difundido. Mostra, neste passo, a ideologia do jornalista e os valores que ele dá como partilhados com o leitor.

3.4. De seguida, à semelhança da construção do *lead*, o corpo da notícia opera uma alteração brusca e afirma que Roxo “passou a ser investigado pelo Ministério Público Estadual”. Também neste caso, é usado um verbo que manifesta a mudança de estado, o que é compatível com a construção de uma narrativa que se vai desenrolando ao longo da notícia.

Há mais algumas informações disponibilizadas, em particular após um entretítulo que pauta o artigo. Este encerra com uma citação do promotor encarregado do caso, anunciando para breve a conclusão da investigação e as conclusões respetivas. Este relato de discurso autoriza a palavra do jornalista, que pode assim mostrar que o seu desenho dos estados de coisas é comprovado por um enunciador externo e credível.

4. Reflexões finais

O artigo na análise inscreve-se numa lógica de crime e castigo, com todo o poder atrativo que tal cenário encerra. Abordando um assunto atual e público, responde à restrição de visibilidade que Charaudeau (2008) identifica como caracterizando a imprensa contemporânea. Mas está longe de apresentar os factos de forma neutra e isenta. Como foi referido acima, Roxo é julgado e condenado na imprensa, independentemente do que a investigação vier a mostrar, a sua defesa puder aduzir e o tribunal vier a apurar. Expressões como “referência da orla” são utilizadas para elevar o estatuto do indivíduo-alvo e o contraste com a sua queda ser dramatizado. Responde, igualmente, desta forma, à restrição de emocionalidade (*idem*), envolvendo o leitor pela vertente afetiva.

Fica claro que, apesar de se apresentar como texto de enunciação objetivizada, sem marcas enunciativas de primeira pessoa, o presente artigo é claramente avaliativo.

Os três segmentos analisados – título, *lead* e corpo da notícia – apresentam estruturas narrativas semelhantes. Fazem um retrato eufórico de Roxo, aumentando gradualmente a avaliação positiva do seu caráter, para abruptamente inverterem a avaliação e o mostrarem em queda. Neste sentido, o artigo parece dirigir-se aos isentos de poder, que

encontram algum conforto em ver que os poderosos também caem. Não será o sentimento mais nobre que existe, envolvendo talvez alguma inveja social, mas parece vender jornais.

O jornalista dá a ver os seus valores, propondo-os implicitamente também aos leitores. Em particular, tem um posicionamento marcado (poderia dizer-se mesmo um preconceito) face à estratificação social e à probabilidade de cidadãos de certos níveis socioculturais cometerem ilegalidades. Além disso, assume como compartilhado com os leitores a valorização da defesa do ambiente, recaindo sobre esta dimensão de carácter uma avaliação de muito alto grau.

O artigo simplifica a realidade, construindo um estado de coisas dicotómico, tendendo a apagar tudo quanto não for facilmente enquadrável em avaliações fáceis e imediatas. Poderia dizer-se que constrói um mundo a preto e branco, sem cinzentos que exijam reflexão e questionem o leitor.

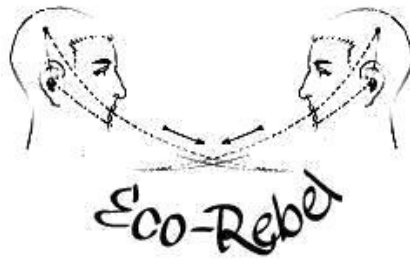
Referências

- AMOSSY, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: PUF.
- BAKHTINE, M. (1981 (1930)). La structure de l'énoncé. In T. Todorov: *Mikhail Bakhtine et le principe dialogique*, suivi de *Écrits du Cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, pp. 287-316.
- BENVENISTE, E. (1975). *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard.
- CHARAUDEAU, P. (1997). Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social. Paris: Nathan.
- CHARAUDEAU, P. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- CHARAUDEAU, P. (2008). *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.
- COUTO, I. H. (2013). *O que vem a ser a ecolinguística, afinal?*. Cadernos de linguagem e sociedade, 14 (1), pp. 275-313.
- COUTO, I. H. (2013a). *Análise do discurso ecológica*. Disponível em <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2013/04/analise-do-discurso-ecologica.html>. Consultado em 13/01/2015.
- COUTO, I. H. (2014). *Linguística ecossistêmica crítica ou análise do discurso ecológica*. Disponível em <http://aarvinha.blogspot.com.br>. Consultado em 13/1/2015. (Também disponível em: Couto, Elza; Duncck-Cintra, Ema; Borges, Lorena (orgs.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, pp. 27-41).
- COUTO, I. H. (2014a). *Ecossistema integral da língua*. Disponível em <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2014/10/ecossistema-integral-da-lingua.html>. Consultado em 13/01/2015.
- DONDIS, D. A. 2007. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes.
- FONSECA, J. (1992). *Heterogeneidade na Língua e no Discurso*. In: FONSECA, J. *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa / Nice: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Universidade de Nice, pp. 249-292
- HARRÉ, R.; BROCKMEIER, J.; MÜHLHÄUSLER, P. (1999). *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage.

- JUNG, M. (2001). *Ecological Criticism of Language*. In FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (2001). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 270-285.
- KILLINGSWORTH, M.; PALMER, J. (1992). *Ecospeak*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- KOREN, R. (2006). *La responsabilité des Uns dans le regard des Autres: l'effacement énonciatif au prisme de la prise de position argumentative*. *Semen*, 22, Énonciation et responsabilité dans les médias [En ligne], mis en ligne le 2 mai 2007. URL: <http://semen.revues.org/document2820.html>. Consultado em 13/01/2015.
- MOIRAND, S. (1999). *Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire*. *Cahiers de praxématique*, 33, pp. 145-184.
- MOIRAND, S. (2006). *Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse*. *Semen*, 22, Énonciation et responsabilité dans les médias, [En ligne], mis en ligne le 16 mai 2007. URL: <http://semen.revues.org/document2798.html>. Consultado em 13/01/2015.
- RAMOS, R. (2007). *Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso directo*. *Linguagem em (Dis)Curso*, 7:1, pp. 45-70.
- RAMOS, R. (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- RAMOS, R. (2009a). *The Organization and Functions of the Press Dossier: The Case of Media Discourse on the Environment in Portugal*. In: BAZERMAN, C.H. ; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Eds.). *Genre in a Changing World*. Fort Collins, Colorado / West Lafayette, Indiana: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, pp. 223-242.
- RAMOS, R. (2011). *Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa*. *Revista Galega de Filoxia*, 12, pp. 155-176.
- RAMOS, R. (2011a). *Vozes políticas no discurso mediático sobre o ambiente*. In: MACEDO, M. G. ; SOUZA, C. M.; MOURA, V. (Org.). *XII Colóquio de Outono. Vozes, discursos e identidades em conflito*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho / Edições Húmus, pp. 265-279.
- RAMOS, R. (2012). *Editoriais de edições especiais "verdes" na imprensa periódica portuguesa contemporânea*. O caso da revista "Visão". *Caderno Seminal*, 18, pp. 186-200.
- RAMOS, R. (2013). *O rei de Espanha foi caçar elefantes. A construção discursiva do evento nos media portugueses*. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 14:1, pp. 17-40.
- RAMOS, R.; CARVALHO, A. (2008). *Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change*. In: DAM, L.; HOLMGREEN, L.-L.; STRUNCK, J. (Eds.). *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 223-247.

Recebido em 28/02/2015.

Aceito em 12/03/2015.



POR UMA IDENTIDADE ECOLINGUÍSTICA

Francisco Gomes de Matos (UFPE)

Desde as ideias pioneiras de Haugen sobre a ecologia da linguagem em 1971, vem se desenvolvendo lenta, mas constantemente, uma nova dimensão para o macroconceito de identidade: IDENTIDADE ECOLINGUÍSTICA. O objetivo deste artigo é propor o reconhecimento desse componente da identidade individual e instigar os colegas a continuar explorando a natureza ecolinguística da vida comunicativa humana.

O conceito de identidade tem sido tratado por estudiosos interdisciplinares com ampla visão de vários domínios, entre eles a psicologia e a linguística. Exemplos contemporâneos inspiradores são Edwards (1985) e Crystal (1997). O primeiro tem se dedicado a aspectos da questão sobre como a identidade individual pode se mostrar no uso da língua, enquanto que o segundo tem apresentado comentários detalhados sobre o conceito multidimensional de identidade, enfatizando as dimensões física, psicológica, geográfica, étnica, nacional, social, contextual e estilística. Que a língua e os seres humanos interagem em ecossistemas é um princípio subjacente a projetos atuais sobre educação ambiental. Com efeito, a própria cronologia dos conceitos-chave dessa estratégia de educação global mostra quão intensamente nosso vocabulário cotidiano é banhado pelas águas da ecologia.

Eis uma lista ilustrativa de termos colhidos de *Random House* (1997), com a respectiva datação: 1825-30 meio ambiente; 1865-70 recursos conservacionistas, recursos naturais; 1870 - 75 ecologia; 1890-95 poluidor; 1915-20 ambientalista; 1920-25 antipoluição (lei); 1924-30 reciclado (papel); 1930-35 ecossistema; 1935-40 efeito estufa; 1960-65 biodegradável.

Esses exemplos podem ser atualizados com termos usados em campos altamente especializados, tais como os do direito ambiental, por exemplo: impacto ambiental; auditoria ambiental. Se é verdade que, como Kaplan & Baldauf Jr (1997, p. 321) lembram, "toda língua é parte de um ecossistema", é igualmente verdade que todo

indivíduo de nosso planeta tem DIREITOS E RESPONSABILIDADES ECOLINGUÍSTICAS e deveria ser educado para essa dignidade ecolinguística e para a paz.

Vinte anos atrás eu apresentei a proposta de uma organização brasileira para o ensino de língua que integrava ecologia e ensino de língua inglesa (Matos, 1978). Hoje minha convicção da necessidade de integrar ensino de língua e ensino ambiental está mais forte do que nunca.

Eis uma lista pequena, aberta, para a autoavaliação de traços positivos ou questionáveis da identidade linguística.

1. Eu me refiro à natureza de modo dignificante (respeitoso?) ou a critico preconceituosamente? (Na cultura brasileira, por exemplo, às vezes se ouve as pessoas falarem de “punição pela natureza”).
2. Quão interculturalmente universais são essas avaliações polêmicas (questionáveis)?
3. O que pode ser feito para ajudar os usuários da língua a mudar sua percepção/representação para modos ecolinguisticamente sensíveis de mapear a realidade ambiental?
4. Eu me refiro a tipos de comportamento desumanos (pelos humanos) equiparando-os a nomes de animais? (De novo, em nossa cultura brasileira pode-se encontrar palavras como “cachorro”, “cavalo” no vocabulário de gíria).
5. Quão ecolinguisticamente universal é o uso de expressões como “Você está agindo como um animal”?
6. Por que nós, seres humanos, tendemos a representar mal e distorcer a visão de outros seres da natureza? Aqui está um desafio para todos nós preocupados com a identificação e a solução de questões globais de natureza ecolinguística. O patrono da ecolinguística, São Francisco de Assis, se referia ao sol como “irmão sol” e à lua como “irmã lua”. Ele não só pregava, mas praticava aquilo em que acreditava.
7. E nós, como estamos no que se refere a tudo isso?

Em um espírito profundamente transformador, compartilhem com todos a tarefa desafiadora de não apenas reconhecer que cada cidadão do mundo tem uma identidade ecolinguística, mas também que essa dimensão vital precisa ser apoiada construtivamente, desde a infância. Nesse sentido, que isso seja um pedido de ação pelos Educadores que se ocupam de Questões Globais em todos os lugares.

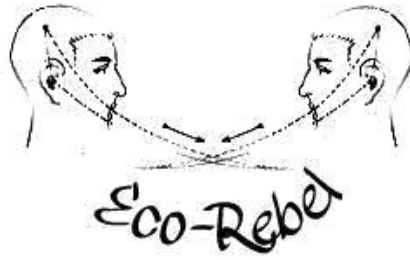
Referências

- CRYSTAL, D. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge University Press, 1997, 2ed.
- EDWARDS, J. *Language, Society and Identity*. Oxford, Blackwell, 1978.
- HAUGEN, E. *The Ecology of Language. Essays by Einar Haugen*. Edited by Anwar S.Dil. Stanford University Press, 1972.
- KAPLAN, R. B. & BALDAUF JR., R. *Language Planning. From practice to theory*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 1997.
- MATOS, F. G. de. *A pedagogical-ecological approach to English for Brazilian preadolescents*. Comunicação apresentada no V World Congress of AILA - International Association of Applied Linguistics, Montreal, Canadá, 18/8/1978/.
- Random House Webster's College Dictionary*. New York: Random House, 1997.

[Este texto foi publicado em *FIPLV World News* 42, 1998. Disponível em <http://www.fiplv.org/News/fiplvnews/news42.htm> (acesso: 01/09/2006). Por ser um minitexto, não apresentamos Resumo nem Abstract. Reproduzido em ECO-REBEL com autorização do autor].

Texto convidado.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 1, 2015.



RESENHA

SILVA, Denize Elena Garcia. L & S: Cadernos de Linguagem e Sociedade/ Papers on Language and Society. Organizado por Hildo H. Couto. V. 14, n. 1, 2013, p. 296 páginas.

Alessandro Borges Tatagiba (UAB/UnB)

Tido como a primeira publicação coletiva de ecolinguística em língua portuguesa, o Volume 14 (1) 2013 de Cadernos de Linguagem e Sociedade reúne catorze artigos e uma resenha. Os artigos perpetuam a aura do I Encontro Brasileiro de Ecolinguística, realizado em julho de 2012 na Universidade de Brasília. As comportas da robusta publicação, abertas pelo editorial da Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva, já anunciavam ao leitor o panorama da obra com o desejo de que a leitura "inspire novos estudos e desafie pesquisadores/as a práticas reflexivas transformadoras, sobretudo, com novas propostas para subsidiar os cursos de Ecolinguística que começam a surgir no Brasil." (Silva, 2013, p.8). Após essas encorajadoras palavras do editorial, o Professor Alwin Fill, considerado o principal impulsionador do movimento ecolinguístico no mundo, situa a ecolinguística como o campo de estudos dedicado às inter-relações e às interações mútuas entre língua e natureza bem como entre cultura e linguagens. Nessa perspectiva, o Professor Alwin Fill destaca que o princípio da Ecolinguística é a diversidade de fenômenos, de espécies, de culturas, de meta-níveis de opiniões e abordagens.

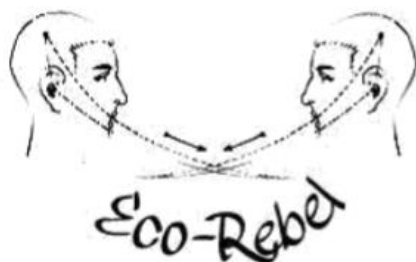
Ao encontro dessa perspectiva, os catorze artigos que se seguem explicitam uma diversidade de abordagens sobre temas considerados caros para a Ecolinguística. O discurso ambiental, tratado no primeiro trabalho, e os artigos que abordam o ambientalismo em revistas educacionais e representações discursivas no ambiente ecolinguístico corroboram com o entendimento que a "Ecolinguística é um campo amplo de pesquisa com diferentes tópicos a serem investigados. Ainda, a Ecolinguística também contém espaço para novos projetos, discussões e trocas de opiniões" (Fill, 2013, p. 13).

As discussões apresentadas em todos os trabalhos, sem sobra de dúvida, igualmente coadunam com essa observação de Fill, principalmente em relação à diversidade de temas pesquisados. Dessa forma, os temas abordados trazem contribuições que remetem a

diferentes espaços, linguagens e sociedades desde visões holísticas sobre natureza e cultura até análises sobre etnossemântica, etnoterminologia, léxico, dentre outros relevantes trabalhos. A diversidade cultural e a linguística igualmente contribuem com esta edição de Cadernos de Linguagem e Sociedade, com a apresentação de pesquisas sobre as inter-relações entre ambiente e cultura cigana, sobre a língua munduruku, a gramática tetun, dentre outros significativos trabalhos.

Abordagens sobre a inter-relação entre língua e identidade na perspectiva ecolinguística e sobre a Eco-Filosofia-Linguística traçam, por sua vez, novas linhas no horizonte da pesquisa Ecolinguística. Inscreve-se igualmente nesse horizonte o trabalho seminal sobre os discursos do ecologismo e ecologia humana, com base na tríade da Análise do Discurso Crítica, Linguística Sistêmico Funcional e Ecolinguística.

Coube ao fundador da Ecolinguística no Brasil e um dos seus principais pesquisadores, o Professor Hildo H. Couto, a chave de ouro da publicação. Numa abordagem direta, solta à queima-roupa: "O que vem a ser ecolinguística, afinal?". Nota-se que, dentro do universo de possibilidades do sistema de significados da língua, o professor selecionou o "processo", conforme Halliday e Matthiessen (2014), "vem a ser". Obviamente, o trabalho que encerra o livro não se intitula "O que é a ecolinguística, afinal?". Poderia sê-lo, contudo, "vem a ser" coaduna com as palavras iniciais de Fill no sentido que estamos diante de um novo campo de investigação em que há muito espaço para pesquisas originais em ecolinguística. Não obstante, longe de finalizar esta publicação de Cadernos de Linguagem e Sociedade com uma palavra final, o último artigo abre novas comportas para a Ecolinguística.



RESENHA

Couto, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. *Ecolinguística: Um diálogo com Hildo Honório do Couto*. Coleção Linguagem & Sociedade, vol. 4, Campinas: Editora Pontes, 2013.

Nathália M. P. Gomes (UnB)

A coleção "Linguagem & Sociedade" traz em seu 4º volume uma entrevista realizada pela professora e pesquisadora Elza K. N. N. do Couto, doutora em linguística pela PUC-SP, com foco em Análise do Discurso, cursou seu pós-doutorado na Universidade de Brasília, entre 2009 e 2010, quando tornou-se ecolinguista, inserindo essa nova perspectiva em seus estudos e levando a Ecolinguística a um outro patamar na Universidade Federal de Goiás (UFG), onde atua.

O entrevistado é o pai da Ecolinguística no Brasil, o também professor e pesquisador Hildo H. do Couto, da Universidade de Brasília (UnB).

Conforme a praxe da coleção, a obra atende a uma inegável demanda acadêmica, ao apresentar riquíssima, embora sucinta colaboração aos estudos linguísticos modernos, especialmente àqueles voltados para a Ecolinguística.

O livro "Ecolinguística: um diálogo com Hildo Honório do Couto" como o próprio nome indica, apresenta um diálogo, estruturado em 29 capítulos, que correspondem, precisamente, a 29 perguntas feitas ao professor Hildo pela responsável pela obra, Elza do Couto, e as respostas dele. O trabalho é fruto de um material coletado não sequencialmente, mas em conversas e debates nos quais o objetivo era responder suas "dúvidas e angústias", dúvidas essas partilhadas por todos que tem interesse de aprofundamento teórico na Ecolinguística. Ou ainda, são questões que ainda não brotaram em muitos interessados e simpatizantes da Ecolinguística, mas que foram antecipados pela professora Elza, atendendo e respondendo à todos nós.

Para ter esse material de forma mais acessível, a autora decidiu gravar e transcrever esses diálogos e por considerá-los um material realmente relevante e útil, decidiu editá-los e transformar os resultados desses diálogos em um livro, tornando-os acessíveis a qualquer pessoa interessada nos estudos da Ecolinguística.

Seria adequado afirmar que, nesta obra, entrevistadora e entrevistado têm igual importância, posto que enquanto ao entrevistado coube buscar respostas claras, objetivas e didáticas para esclarecer as questões propostas pela entrevistadora, a ela coube organizar todo esse material de forma muito bem estruturada, tornando a leitura e a consulta à obra facilitada.

O livro começa com perguntas-chaves, que nos levarão aos conceitos mais elementares da Ecolinguística, como ecossistema(s), interações, comunidades, territórios, entre outros, além de sua caracterização como disciplina. Destaca-se aí a

explicação a respeito de "Quais são os ecossistemas linguísticos e quais são suas propriedades" (p. 23), que abre um esclarecedor debate sobre os quatro ecossistemas linguísticos reconhecidos hoje: o Ecossistema Fundamental da Língua (EFL), ou Ecossistema Fundacional da Língua, sobre o qual tudo na língua é construído.

É no interior do EFL que encontramos os outros três ecossistemas linguísticos, os Ecossistemas Natural, Mental e Social da Língua. A autora aproveita a resposta para conduzir uma continuidade à discussão, que toma também o capítulo 4 e nos permite ter acesso a uma informação completa, clara e elucidativa acerca dos ecossistemas linguísticos e seus mecanismos de funcionamento.

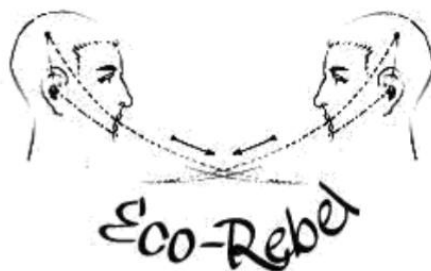
A partir daí, as perguntas começam a ser mais pontuais e se voltam para a Linguística Ecossistêmica, para a metodologia em pesquisas ecolinguísticas, fazendo algumas discussões sobre, por exemplo, línguas em contato, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, sob a perspectiva da Ecolinguística.

Nesta parte do livro destaca-se o capítulo acerca da metodologia empregada na Ecolinguística, posto que é um dos pontos pouco discutidos da disciplina e que gera muitas dúvidas. O entrevistado ressalta que é uma característica da Ecolinguística a possibilidade de buscar o modelo metodológico que melhor se adeque ao objeto de estudo de cada pesquisa e que a Ecolinguística "é uma disciplina multimetodológica, ou supermetodológica". No entanto, ele frisa que essa abordagem multimetodológica deve se inserir em um claro alinhamento com as bases da Ecolinguística, ou seja "o método da Ecolinguística... sempre encara seu objeto de estudo como uma ecologia, um ecossistema. Tudo é encarado, coletado e avaliado ecossistemicamente, ecologicamente." (COUTO, 2013, p. 121).

Os passos seguintes incluem relações de inter e transdisciplinaridade da área com a Sociolinguística, a Psicolinguística, a Análise do Discurso, passando pela Linguística Aplicada e pelos estudos funcionalistas até a Ecocrítica.

Ao final do livro a autora, sabiamente, faz a seguinte pergunta: "Diante da definição inicial de Ecolinguística e do que foi discutido ao longo de nossa conversa, gostaria de fazer uma última pergunta: qual é, afinal, o objeto da Ecolinguística?", tal pergunta, ao final do livro remete justamente à pergunta inicial "...o que é Ecolinguística?", essa pergunta parece compor a estratégia didática da autora que nos permite primeiro conhecer a área e seus imbricamentos, deixando que, ao longo do livro, o leitor construa sua hipótese a respeito do objeto da Ecolinguística e seus objetivos, para que, depois, completasse esse conhecimento com a informação. Isso já nos permite perceber que, de forma alguma, o leitor irá finalizar a obra com as mesmas impressões que tinha ao iniciar a leitura.

Diante do exposto fica claro que a obra se apresenta como um excelente ponto de partida para quem pretende se iniciar nos estudos da Ecolinguística, pois, como dito anteriormente, a obra é muito didática e tem o privilégio da clareza textual e estilística. Mas Por seu turno, para os já iniciados na Ecolinguística essa obra é fundamental, haja vista que a formulação das perguntas, certamente, atende não só às dúvidas e anseios da autora, mas às de todos nós, esclarecendo e aprofundando muitos aspectos de extrema importância para o ecólogo de línguas ou ecolinguista.



RESENHA

Couto, Elza K. N.; Albuquerque, Davi B.; Araújo, Gilberto P. (orgs.). *Da fonologia à ecolinguística: Ensaio em homenagem a Hildo Honório do Couto*. Brasília: Thesaurus, 2013.

Genis Frederico Schmaltz Neto¹ (UnB).

Ferdinand de Saussure nasceu em Genebra, em novembro de 1857. Hildo Honório do Couto veio ao mundo no Brasil em abril de 1941. Em meados de 1874, o primeiro passou a estudar sozinho sânscrito; já o segundo, em 1957, adquiriu por conta própria um exemplar de Jacques Maritain. Em 1886, os estudos do genebrense sobre indoeuropeu instaurariam um tempo sem igual na maneira de se encarar a língua. Em 1966, a entrega do brasileiro de Major Porto às Letras na USP, dirigindo-se em seguida para Berlim e Nova York, revolveria as visões de mundo holísticas. Saussure faleceu em 1913, mas formalizou as ciências linguísticas. Couto, vivo, esquadrinhou-as.

Foi partindo da ambição em descrever os percursos teóricos do brasileiro pela ótica daqueles que o seguiram que surgiu, em 2013, a obra *Da fonologia à ecolinguística*, dividida em três seções que se estendem por 494 páginas entre depoimentos, artigos e resenhas, justificando o subtítulo: uma *homenagem*. Organizado por três de seus orientandos do programa de pós-graduação da Universidade de Brasília mais efetivos, Gilberto de Araújo, Davi de Albuquerque e Elza do Couto, a primeira edição lançada pela editora Thesaurus hoje já se encontra esgotada.

A breve biografia de 11 páginas que abre os escritos procura dar destaque à simplicidade do envolvimento linguístico do homenageado com a Vida a partir de seu letramento. Sem dúvidas, o relato de suas frustrações com o socialismo somado à veia pulsante pela multiplicidade do conhecimento evidenciava que a Ecolinguística seria um caminho que não poderia ser outro. Aliás, o vocábulo “caminho” talvez seja o mais evidente em toda sua carreira: a semiótica, a fonologia, os estudos crioulos, todos – à sua maneira – convergem para a cumeeira do amadurecimento intelectual.

Por isso encontram-se, na primeira seção, três depoimentos calorosos a respeito da escolha e interferência de Couto em caminhos: seja em congressos e bancas de doutorado, segundo José Olímpio, na prática de Tai Chi, de acordo com o mestre Moo Shong Woo e Teresinha Montebello (ambos do Instituto Internacional de Being Tao) ou ainda na própria vida, segundo Antonio Batista Pereira, cuja linguagem aprazível e

¹ Doutorando em estudos linguísticos pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Letras e Linguística pela UFG. Membro do Núcleo de estudos em Ecolinguística e Imaginário. Bolsista do CNPq. Contato: ecofred@yahoo.com

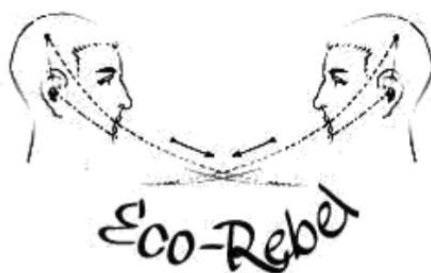
reflexões sinceras entregues em um belo texto conseguiriam muito bem sintetizar todo o livro.

A seção seguinte, denominada “artigos”, forma a maior parte da obra. Divida em três subseções, “fonologia”, “línguas crioulas e contato de línguas” e “ecolinguística”, tem-se 16 excelentes textos que primam pelo desenrolar teórico-metodológico das perspectivas linguísticas estudadas por Couto. Nomes de expressividade imensurável como Jurgen Lang, Alwin Fill, Salikoko Mufwene, Klaus Zimmermann e Rui Ramos aparecem seguidos de contribuições de ex-orientandos e colegas de pesquisa.

Nesse sentido, a massiva reunião de análises de dados e reforçamentos bibliográficos constituída pela diversidade de autores transformam-se em um material pontual a respeito das possibilidades de se fazer linguística, estabelecer pontes e proceder com análises multicompreensivas, aos modos de Couto. Os artigos de Davi de Albuquerque sobre contatos linguísticos em Mambae e Jørgen Chr. Bang & Jørgen Døør sobre a dialética da experiência ecológica sinalizam como mais representativos de toda escolha, apesar da ausência de uma linearidade explícita na ordem em que os textos estão postos. O realce da obra, no entanto, fica por conta do instigante Adam Makkai e seu “Da gramática pragmo-ecológica à ecolinguística”, explicitando a visão de língua como uma rede, uma rede de interconexões, assim como os conceitos de endoecologia e exoecologia – todos explorados e/ou amplificados por Couto. Mais interessante é sua abordagem a respeito de uma “ecologia da mente” (p. 350), que absorve e/ou considera os últimos aspectos mencionados; mais uma vez, um dos aspectos recentemente indagados pelo holista.

Já a última seção do livro, intitulada “resenhas”, é composta de 6 textos cunhados por entusiastas e novos nomes que se aproximam da linguística praticada por Couto. Apesar da curiosa republicação de Marcos Bagno (cujo texto é original de 1987), quem se destaca é Eliane Marquez, que se propôs a atravessar as estruturas minuciosas do taoísmo e linguagem defendidos por Couto para demonstrar que também se deixou atravessar pelas propostas de compreensão de uma linguística da Vida (p. 469).

Torna-se evidente, ao fim das leituras, que os frutos do percurso de Couto vêm em tempo profícuo, uma vez que hoje os estudos linguísticos soam ora reféns de um modelo metodológico importado da História, ora asserções enfadonhas a respeito do que já se considerou. A Ecolinguística se estabeleceu no Brasil e hoje galga em direção a sua adolescência com boas perspectivas, graças a um Pai que direciona o caminho e, como bem anota a fonóloga Celeste Garcia, dá “sábias orientações para conquistar horizontes jamais imaginados” (p. 63).



RESENHA

Couto, Elza K. N.N et. al. *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014.

Rosineide Magalhães de Sousa¹ (UnB)

A obra em tela, organizada por Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, professora da Universidade Federal de Goiás, com as pesquisadoras Ema Marta Dunk-Cintra e Lorena Araújo de Oliveira Borges, agrega o resultado de trabalhos realizados por pesquisadores de algumas instituições do Brasil, que se puseram a investigar e analisar temas sobre a *Antropologia do Imaginário e Ecolinguística e Metáfora*, que se fundamentam, principalmente, nos estudos, respectivamente, de Gilbert Durand e Hildo Honório do Couto, este último, eminente figura da Ecolinguística no país. Esses trabalhos nos convidam a vislumbrar o contexto da Ecolinguística, uma ciência de perspectiva holística que estuda a dimensão social, mental e natural da linguagem.

De natureza multidisciplinar, o livro traz em suas 260 páginas, 22 ensaios, com a autoria de muitos pesquisadores, distribuídos em 4 partes: “Análise do discurso, análise do discurso crítica e análise do discurso ecológica”; “Imaginário”; “Ecolinguística” e “Imaginário, e Ecolinguística”. Os artigos de tamanho condensado dão o tom coerente da abordagem, fazendo com que o leitor possa compreender com clareza cada pesquisa exposta, em contexto específico, evidenciando a perspicácia e inovação da investigação. Isso que motiva o leitor a enveredar por cada enquadre, de forma instigadora.

-
1. Doutora em Linguística. Professora da Universidade de Brasília, da Graduação e da Pós-Graduação. Pesquisadora do Observatório da Educação do Campo e do CNPq.

A primeira parte começa pela abordagem do discurso. Já no primeiro capítulo trazendo a concepção da Análise do Discurso Crítica, na resignificação leitora de Alexandre Costa (UFG). No artigo sobre Linguística ecossistêmica crítica ou análise do discurso ecológica, de Hildo H. do Couto (UnB), o pesquisador esclarece ser a linguística ecossistêmica crítica (LEC) integrante da linguística ecossistêmica que estuda os textos

e discursos. Daí ser chamada de análise do discurso ecológica (ADE). Nesse mesmo artigo, ainda, podemos enveredar por conhecimentos relacionados à Ecolinguística e temáticas, além do posicionamento crítico do autor em relação ao seu ponto de vista sobre diferentes concepções de Análise do Discurso: um convite à reflexão de tomada de posição diante das AD(s). Ainda nessa parte, Elza K.N. N. do Couto e Samuel de S. Silva discutem Análise do discurso ecológica: ecolinguagem e ecoética. Em outro artigo Eliene M. da F. Fernandes aborda a “A análise do discurso e perspectivas de um ecodiscurso”. E o que vem a ser um ecodiscurso? É o que o artigo responde. Portanto, essa parte do livro busca fazer um percurso das concepções de Análise do Discurso e como uma dessas concepções se insere no cenário da Ecolinguística.

Em interfaces com os discursos da obra em que a concepção de linguagem contempla mesmo a interação, vislumbramos os resultados de pesquisas relacionadas à temática do imaginário. Assim, a segunda parte da obra registra os artigos: “Revisitando a metáfora sob a luz dos regimes do imaginário”, de Maria Thereza Strôngoli; “Imaginário do envolvimento”, de Danielle Pitta; “Cultura, imagens e simbolismo: entre a norma e a vida”, de Iduína Chaves; “Cazuza: uma poética das sombras”, de João Barros; “O imaginário e a metáfora do movimento”, de Zilda Dourado; “Mito-estória de vida e chi kung: (Re)envolvimento humano, ecolinguagem e imaginário”, de Adilson Marques; “Da metáfora, do sonho e do mito: aproximação do inconsciente”, de Ezequiel Ferreira, e “A escola é prisão? Metáforas sobre espaço de ensino disciplinar”, de Lorena Borges e Henrique Fernandes.

A terceira parte do livro fortalece nossa compreensão sobre o que é Ecolinguística na visão da relação teoria e prática, com a leitura das pesquisas de Kênia Siqueira, “Toponímia: a nomeação dos lugares sob a ordem do imaginário”; de Gilberto Araújo, “As inter-relações entre língua e meio ambiente com base no conhecimento etnobotânico kalunga”; de Ema Dunk-Cintra, “Bilinguismo de memória como gênese para a ressignificação e fortalecimento do ecossistema básico do povo indígena chiquitano”; de Jéssica Neves e Sandra Bernardo, “Língua e interação: uma metáfora conceptual”; de Alessandro Tatagiba, de Ricardo Coutinho, “Mito verde: um diálogo entre Barthes e a ecolinguística crítica”; de Francisco Matos, Elza K.N. N. de Couto, Adilson Marques, Hildo H. do Couto, “Ecolinguagem”.

A integração Imaginário (mente), e Ecolinguística (linguagem, população e território) marca os trabalhos da quarta parte da obra em ressignificação leitora, intitulados: “A relação epistemológicas entre a antropologia do imaginário e a ecolinguística”, de Samuel Silva; “ Por uma ecolinguística do imaginário: Arco do Amanhecer como metáfora de linguagem, inter-relação e meio ambiente”; de Genis Schmaltz Neto; “Representações simbólicas e pertencimento: um estudo ecolinguístico dos pescadores do Angari, ribeirinhos de São Francisco”, de Vera Lúcia Alves.

Todos os temas expostos, por meio de ensaios no livro têm seu valor para a consolidação de uma ciência muito recente que é a Ecolinguística, agregadora de abordagens dinâmicas que abrangem contextos diversos, mas de forma muito coerente

em relação ao seu propósito teórico. Assim, ao longo da obra nos deparamos com a Ecolinguística e outras frentes teóricas, como a Semântica Cognitiva, explorando as várias possibilidades de sentido da metáfora conforme o contexto onde ela aparece: nos regimes do imaginário, do envolvimento, do movimento, nas imagens e simbolismos, na poética, no mito, no espaço do ensino disciplinar. Essas abordagens nos levam a uma reflexão para além da materialidade que pode apontar uma ciência, visto que o imaginário, que é híbrido, constitui a conjugação entre o psíquico, o fisiológico e o meio circundante natural e social da pessoa.

Essa forma de integração de uma ciência pode suscitar críticas por parte de visões conservadoras de outras ciências. Por outro lado, conforme Mafessoli (2008), há a tendência de uma “ecologização do mundo” e a Linguística não poderia ficar fora dessa tendência. Contudo, a Ecolinguística, que congrega conhecimentos teóricos além da Linguística, defende a tríade língua, povo e território, contexto propício para a inter-relação com o biológico, o social e o inconsciente, premissa fundamental da teoria das imagens. Daí a interface do livro: *Antropologia do Imaginário, Ecolinguística e Metáfora*.

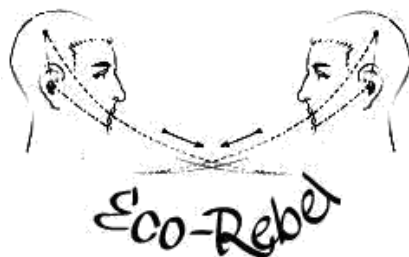
Voltando à última parte do livro, “Imaginário e Ecolinguística”, principalmente, o capítulo “A relação epistemológica entre a Antropologia do Imaginário e a Ecolinguística”, de Samuel Silva, chama nossa atenção o ponto de confluência entre essas duas vertentes no que diz respeito à construção da sua base teórica. Ambas têm como alicerce estrutural “a condição de existência por excelência da espécie humana, a sua relação corporal com o seu meio” (p.227). Nessa parte, o autor explica de forma muito clara e consistente termos cruciais como Linguística Ecolinguística, a constituição do meio ambiente mental e outras temáticas afins.

Na verdade, em cada capítulo do livro, encontramos riquíssimas pesquisas relacionadas à temática proposta pela obra, cada uma com sua especificidade contextual, com muita informação teórica e prática, o que faz com que conheçamos com muita precisão os conceitos e metodologias de cada pesquisa.

Podemos analisar, portanto, na obra, grosso modo, que a Ecolinguística apresenta uma teoria que contempla o conhecimento de diferentes áreas: ciências natureza, ciências humanas e sociais, ciências cognitivas, ciências linguísticas, contudo, faz isso de forma muito coerente, tendo em vista que o meio ambiente é ecologicamente integrado e apresenta-nos diferentes discursos nas narrativas do imaginário humano, em cenários complexos.

Referência

MAFFESOLI, M. Envolvimentarismo. *Anais do XV Ciclo de estudos sobre imaginário*, 2008, <http://www.yle-seti-imaginario.org/home/artigo/Anais-dos-Ciclos-estudos-/36>.



RESENHA

COSTA NETO, Eraldo Medeiros. *Entomologia cultural: Ecos do I Simpósio Brasileiro de Entomologia Cultural 2013*. Feira de Santana: UEFS, 2014, 662p.

Hildo Honório do Couto (UnB)

A primeira pergunta que alguém poderia fazer é por que resenhar um livro de entomologia em uma revista de linguística. Primeiro, porque a revista não é só de linguística, mas de ecolinguística, o que já começa a justificar a resenha. Segundo, o livro trata de entomologia cultural, o que nos leva na direção da **etnoecologia linguística**, parte da ecolinguística que estuda o modo pelo qual comunidades tradicionais lidam com seu entorno, via linguagem. Por ser do âmbito das etnociências, o livro dialoga muito bem com os tópicos ecolinguísticos, tanto que a ONG Terralingua, dirigida por Luisa Maffi, tem albergado muitas publicações de ecolinguistas, como Peter Mühlhäusler. O ecolinguista Gilberto Paulino de Araújo, da editoria executiva de ECO-REBEL, vem se dedicando à etnoecologia linguística. Por fim, o organizador do livro, Eraldo Costa Neto, além de biólogo e etnocientista, é também ecolinguista e constante colaborador dos empreendimentos da área. Onze artigos estão escritos em espanhol, dois em inglês. Os demais em português.

O livro está dividido em quatro partes, além de uma curta Apresentação do organizador, um Prefácio de Hitoshi Nomura e uma conferência de abertura de Nelson Papavero, intitulada "Santos e insetos". O primeiro texto desta seção é mais uma justificativa para esta resenha. Por isso, vou deixar para falar dele no final. Os demais capítulos dessa primeira parte do livro tratam da presença dos insetos em obras escritas, desenhos, pinturas e publicidade (Cordona; Carvalho; Fonseca & Lopes; Takada; Sandoval-Gómez & Sánchez; Franco & Santana-Reis; Amaral; Oliveira, Lima & Lhano).

Os seis capítulos da parte 2 são dedicados à "Entomologia cultural na perspectiva da América Latina". Ana L. Gaddi toca na questão da etnoentomologia, Maurício Vargas-Clavijo associa a entomologia à psicologia e à educação, Mariana Sanmartino enfrenta a questão da doença de Chagas, Maria Celeste Medrano discute a o xamanismo e a metamorfose dos insetos na zoo-sociocosmologia qom (toba), segundo os quais estamos sempre mudando, como os animais, aí inclusos os insetos. Os humanos estão sujeitos aos mesmos desígnios que eles. A visão etnoentomológica aparece também em Fernando Zamudio & Norma I. Hilgert. A terceira parte do livro consta de apenas três ensaios, todos eles tratando de fatos entomológicos do passado registrado por cronistas e outros.

A quarta parte, por fim, contém dez textos sobre "representações sobre os insetos". Os assuntos vão de mitos e credices sobre insetos (Silva et al.), aranhas, pragas domésticas (Rieder), a convivência de uma comunidade rural com os insetos (Silva & Jucá-Chaves), as atividades no Museo La Plata no mês de Chagas (Salsalobre et al.), o mesmo assunto nos jovens (Amieva, Mordeglia & Sanmartino), a questão do mal de Chagas na educação (Sanmartino & Gaddi), as "pragas" em hortas e mercados de Teresina (Souza Jr. & Lima), o modo de os estudantes de Cruz da Almas encararem os gafanhotos (Conceição et al.), o desconhecimento em relação aos besouros em comunidades urbanas (Regina et al.) e, finalmente, o uso dos insetos na previsão do tempo (Oliveira).

Retornemos ao texto de Tayron Sousa Amaral & Thiago Alves França, sob o título de "O código das abelhas: comunicação ou linguagem? Uma discussão acerca da seleção lexical utilizada em manual de entomologia à luz da linguística". Entre os oito autores mencionados nas Referências, seis são linguistas, e apenas dois são entomólogos. Baseando-se sobretudo em Émile Benveniste, os autores discutem a questão da linguagem humana relativamente à "comunicação animal", designações que já denunciam o antropocentrismo não só do grande linguista que é Benveniste, cujas ideias eles seguem, mas da esmagadora maioria dos linguistas, sobretudo os de orientação formalista. Para eles a 'língua' humana nada tem em comum com a 'comunicação' animal, com o que a entomologia estaria de acordo, segundo os autores. Na verdade, como Benveniste, eles não fazem distinção entre 'língua' e 'linguagem', o que é de estranhar, pois ela é importante na língua do linguista francês. Ela só não existe nas línguas germânicas.

Benveniste é o proponente de uma das mais interessantes teorias linguísticas, a linguística da enunciação. No concernente ao assunto em tela, ele segue a opinião padrão entre os linguistas, sobretudo os formalistas, de que a 'língua' humana é tão extraordinária, tão superior à 'comunicação' animal que nem há termos de comparação. Ele, e muitos outros,

prefere dizer que nos animais há "comunicação" e, entre os humanos, "linguagem", "língua". Isso ocorre porque acham que "língua" é um sistema de regras, ao passo que "comunicação" seria qualquer tipo de interação que se aproxime da teoria matemática da comunicação. No entanto, como se pode ver no artigo sobre linguística ecossistêmica (*este volume de ECO-REBEL*), as regras do sistema existem para ajudar na comunicação porque a língua é basicamente comunicação, que não é apanágio exclusivo dos humanos, mas é compartilhada com os demais animais. No artigo sobre análise do discurso ecológica pode-se ver que nem o silogismo é apenas sintaxe. Sem referência ele seria ininteligível, como JÁ mostrara Russel.

Na perspectiva ecossistêmica, a língua é interação, dos organismos entre si e deles com o meio. A segunda corresponde à referência; a primeira, à comunicação. Aí já temos um primeiro ponto de contato entre "comunicação animal" e "comunicação humana".

Embora Amaral & França concordem com Benveniste em "que a sociedade é [...] condição da linguagem", aparentemente não aceitam a "sociedade animal". Nós comunicamos uns com os outros para nos referirmos a algo, o mundo. Tanto que as abelhas se orientam pelo sol (p. 60), exatamente como os humanos fazem, criando as coordenadas *norte/sul*, *leste/oeste* etc., ou *antes/depois*, *sobre/sob*, *à direita/à esquerda* e *dentro*, entre outras.

Aparentemente, os autores subscrevem a asserção de Benveniste de que entre as abelhas não há diálogo, uma vez que não haveria resposta. É claro que há. A linguística ecossistêmica mostrou que a interação comunicativa primordial é a ordem. Entre os humanos alguém pode dizer a outrem "Feche a porta" e a resposta é o ato de fechar a porta. Isso é uma interação comunicativa, pois houve uma solicitação e um atendimento. A abelha que achou a fonte de alimento solicita às demais que vão na direção em que ele se encontra e elas a obedecem. Vale dizer, há uma interação comunicativa, exatamente como na recém-mencionada.

Tudo depende de como se define linguagem. Para a linguística ecossistêmica e para os semioticistas, todo tipo de comunicação é linguagem, como se pode ver na zoosemiótica de Sebeok, na ecossemiótica de Winfried Nöth e outras. Portanto, a asserção de "que linguagem não é o melhor termo para se referir ao que se verifica entre as abelhas" não faz sentido. Já que não podemos falar em 'língua das abelhas', o mais sensato seria dizer que há a **linguagem humana** e a **linguagem animal**, aliás, várias linguagens animais, dependendo da espécie. Uma e outra têm uma faceta referencial e uma comunicativa.

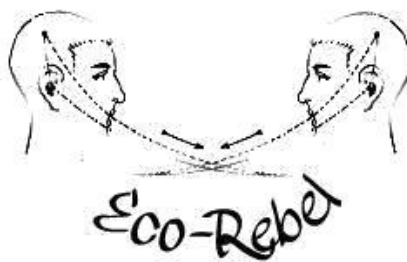
O grande problema de Benveniste que Amaral & França subscrevem é procurar por 'diferenças' entre a linguagem humana e a animal, inconscientemente para nos distanciar

ECO - REBEL

das demais espécies. Ora, nós achamos o que procuramos. Se procurarmos por 'diferenças' entre as duas, vamos achá-las. De qualquer forma, os autores estão de parabéns por terem posto o problema em um encontro de entomologia, já que os linguistas não acham que ele seja digno de sua atenção. Os ecolinguistas estão convictos, sobretudo os seguidores da linguística ecossistêmica, de que sua disciplina é um ótimo ponto de partida para se estudar a questão, como reconhece o ecolinguista e filósofo da linguagem alemão Peter Finke. Só por isso já valeu a publicação do ensaio dos dois autores.

Depois de compulsar este volumoso livro, constatamos que a entomologia, ou melhor, a etnoentomologia tem tudo a ver com o ramo da linguística ecossistêmica intitulado etnoecologia linguística. Trata-se de um motivo para um diálogo entre entomólogos e ecolinguistas. Fica aqui o convite aos dois lados para esse diálogo.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 1, 2015.



MINIRRESENHAS

Os organizadores

Além dos cinco livros acima resenhados, gostaríamos de elencar os demais que foram publicados em português em épocas anteriores com a finalidade de manter o registro deles neste primeiro número de ECO-REBEL. Apresentamo-los por ordem cronológica de publicação.

1) Couto, Hildo H. do. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007, 462p.

Trata-se do primeiro livro sobre Ecolinguística a ser publicado em português. O livro está dividido em nove seções. A primeira seção é dedicada a descortinar a paisagem da ecolinguística, com capítulos sobre conceitos ecológicos e sobre conceituação, histórico e situação atual da disciplina. A segunda trata da 'Ecologia da Língua', propondo a 'ecologia fundamental da língua', a 'ecologia da interação comunicativa', além da questão das relações entre língua e mundo (três capítulos). Os seis capítulos da terceira parte (Endoecologia da Língua) mostram que é possível estudarem-se questões estruturais ecolinguisticamente. A quarta parte (Etnoecologia Linguística) mostra, em sete capítulos, que o que as etnociências vinham fazendo deve ser assimilado pela ecolinguística. A quinta (Ecologia das Línguas) discute em seis capítulos aquilo que o próprio Haugen havia proposto como agenda para a disciplina. Entre os assuntos, estão contato de línguas e dialetos e outras variedades linguísticas. Os cinco capítulos da seção seis discutem questões como análise do discurso, linguodiversidade, linguagem preconceituosa e a questão do desenvolvimento. A seção sete, com cinco capítulos, é dedicada questões como política e planejamento linguístico, direitos linguísticos, insegurança linguística e outros. A seção oito apresenta duas áreas conexas, quais sejam, a ecossemiótica e a ecocrítica. Por fim, vêm as conclusões na seção nove.

Há uma detalhada resenha deste livro em catalão, feita por Pere Comellas, na *Revista de Llengua i Dret*, número 53, 2010, p. 500-506, de Barcelona. Uma tradução portuguesa dela foi reproduzida em *Da fonologia à ecolinguística: Ensaaios em homenagem a Hildo Honório do Couto* (Brasília: Thesaurus, 2013), organizado por Elza Kioko N. N. do Couto, Davi B. de Albuquerque & Gilberto P. de Araújo, p. 451-459.

2) Hildo H. do Couto. 2009. *Linguística, ecologia e ecolinguística: Contato de línguas*. São Paulo: Editora Contexto, 187p.

Esse livro representa uma primeira tentativa de inserir a questão do contato de línguas no paradigma ecológico. Após apresentar a ecolinguística e seus conceitos principais (ecologia da interação comunicativa, ecologia da evolução linguística etc.), o autor mostra que o contato de línguas é, na verdade, tributário do contato de povos, motivo pelo qual apresenta quatro tipos principais de migração de populações: 1) de um povo dominante para o território de um povo dominado, 2) o contrário, 3) dominantes e dominados encontrando-se em um terceiro território, 4) os dois mantendo-se nos respectivos territórios e se deslocando sazonalmente para o território um do outro. Nesse contexto, entram questões de pidginização e criouliização, obsolescência e morte de língua, multilinguismo e multidialetalismo, situações fronteiriças e enclaves ou ilhas linguísticas.

3) Ramos, Rui. 2009. *O discurso do ambiente na imprensa e na escola: Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 636p.

O terceiro livro de ecolinguística a ser publicado em português é este de Rui Manuel do Nascimento de Lima Ramos, da Universidade do Minho (Portugal). Trata-se de um alentado volume de 636 páginas. Na Introdução, o autor discute questões ambientais gerais. A seguir, vêm três partes, com vários capítulos cada. Na Parte I, temos o capítulo 1, dedicado à "Emergência do ambientalismo", e o capítulo 2, "Linguagem/Língua(s)/Discurso e Ambientalismo", com sete subseções. As seções 2 a 4 são dedicadas à conceituação de 'ecologia da linguagem / da(s) Língua(s)', "Ecolinguística" e "Ecolinguística Crítica". São as mais interessantes para os estudiosos de ecolinguística. A Parte II começa com o capítulo 1, "Quadro teórico-metodológico e objecto de análise". A seguir, vêm capítulos dedicados à "Heterogeneidade enunciativa" (com dez seções), "A construção linguística do risco" (5 seções), "Ambiente e ciência,

interdiscursos cruzados" (5 seções), "Ambiente e educação" (idem), "O ambiente em manuais escolares" (idem) e "Conclusões" (3 seções).

4) Couto, H. H. do. 2012. *O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 232p.

Apesar do nome, este livro é ecolinguístico. A diferença em relação aos demais é que ele mostra que o taoísmo é inteiramente compatível com a visão ecológica de mundo. Desse modo, falar de taoísmo em linguagem é falar de ecologia na linguagem, ou melhor, é falar da linguagem ecologicamente. O livro contém os seguintes capítulos: 1. Introdução; 2. Taoísmo; 3. Ecologia Profunda; 4. Comunhão; 5. Comunicação; 6. Comunidade; 7. Comunicação Harmoniosa; 8. Semântica Taoísta; 9. Linguagem; 10. Evolução Linguística; 11. Expressão Harmoniosa: A Redação Libertadora; Conclusão.

5) Couto, Elza Kioko N. N. do Couto. 2012. *Ecolinguística e imaginário*. Brasília: Thesaurus, 94p.

Este livro está resenhado por Genis Frederico Schmaltz Neto, em *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1, 2013, p. 315-317.

[Compilado pelos organizadores de ECO-REBEL].